

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ROSILAINE CRISTINA SILVA

(TRANS)FORMANDO NO ENSINO SUPERIOR:

**Trajetórias de estudantes Travestis e Transexuais na Universidade
Federal de Uberlândia**

UBERLÂNDIA
2022

ROSILAINÉ CRISTINA SILVA

(TRANS)FORMANDO NO ENSINO SUPERIOR:

Trajetórias de estudantes Travestis Transexuais na Universidade Federal de Uberlândia

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Saberes e Práticas Educativas

Orientador: Prof. Dr. Vagner Matias do Prado

UBERLÂNDIA
2022

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

S586 2021	<p>Silva, Rosilaine Cristina, 1985- (TRANS)FORMANDO no Ensino Superior [recurso eletrônico] : Trajetórias de estudantes Travestis e Transexuais na Universidade Federal de Uberlândia / Rosilaine Cristina Silva. - 2021.</p> <p>Orientador: Vagner Matias do Prado. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Educação. Modo de acesso: Internet. Disponível em: http://doi.org/10.14393/ufu.di.2021.534 Inclui bibliografia.</p> <p>1. Educação. I. Prado, Vagner Matias do, 1985-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Educação. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU: 37</p>
--------------	--

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação
 Av. João Nogueira de Azevedo, 2121, Itaipu, Uberlândia - Minas Gerais, Uberlândia, CEP 38400-102
 Telefone (31) 3334-2122 - www.ufrs.ufes.br - www@ufes.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Educação
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, 05/2022/794, PPGED
Data:	Viés e nove de abril de dois mil e vinte e três
Horário de início:	14:00
Horário de encerramento:	16:30
Matrícula do Discente:	201202U04
Nome do Discente:	ROSÁRIANE CRISTINA SILVA
Título do Trabalho:	"TRANS/Formando no Ensino Superior: Trajetórias de Estudantes Transviés e Transsexuais no Trabalho"
Área de concentração:	Educação
Linhas de pesquisa:	Saberes e Práticas Educativas
Projeto de Pesquisa de vinculação:	"Das instituições escolares à pedagogia: das ruínas: percepções de transviés e mulheres transsexuais sobre educação, escola, preconceitos e cidadania"

Realizada, através do serviço de Conferência Web da Rede Nacional de Pesquisa - RNP, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação, assim composta: Profa. Dra. Adriana Barbosa Sales - SEDUC-MT, Arregilda Fernandes da Silva Júnior - UFU e Wagner Mattos do Prado - UFU, orientador(a) do(a) candidato(a).

Indicando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr. Wagner Mattos do Prado, apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença da público, e concedeu à Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da Discente e o tempo de arguição e resposta foram conformes as normas do Programa.

Aprovada

Esta defesa fez parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após o cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lida e presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por Wagner Mattos do Prado, Professor(a) do Magistério Superior, em 25/04/2023, às 16:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

11/03/2023 10:52:36.616 - https://sistemas.senac.br/si/portal/validar.asp?codigo=202302020104_104 - 1/3



Documento assinado eletronicamente por Adriana Sales, Usuário Externo, em 05/05/2023, às 09:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por Arregilda Fernandes da Silva Júnior, Professor(a) do Magistério Superior, em 03/05/2023, às 16:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.ufes.br/ufes/validador_documento.php inserindo o código verificador 2647527 e o código CRC 98802896.

ROSILAINE CRISTINA SILVA

(TRANS)FORMANDO NO ENSINO SUPERIOR:

Trajórias de estudantes Travestis e Transexuais na Universidade Federal de Uberlândia

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Saberes e Práticas Educativas

Orientador: Prof. Dr. Vagner Matias do Prado

Uberlândia, 29 de abril de 2022.

Banca Examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Vagner Matias do Prado (UFU/MG)

Titular: Prof. Dr. Astrogildo Fernandes da Silva Júnior (UFU/MG)

Titular: Prof.^a Dr.^a Adriana Babosa Sales – (SEDUC/MT)

Suplente: Prof.^a Dr.^a Elenita Pinheiro de Queiroz Silva (UFU/MG)

DEDICATÓRIA

Primeiro dedico este trabalho ao meu grande incentivador e a pessoa mais importante da minha vida “Oswaldo Luiz da Silva” (in memoriam), pai te amo e agradeço por tudo!

Dedico também a(o)s sobrinha(o)s Antonella, João Pedro, Davi e Luiz Felipe, que representam para mim o futuro.

Que possam através dos meus escritos e percepções construir um mundo mais empático, respeitoso e de amor para com o próximo.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não teria sido possível sem o estímulo, o apoio e os desafios de Vagner Matias do Prado, orientador e amigo. Registro aqui meu agradecimento mais sincero e afetuoso por essa trajetória que construímos juntos e que essa parceria se estenda em outras oportunidades não só acadêmicas, mas de vida.

Agradeço a(o)s servidora(e)s do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia (PPGED/UFU), coordenadora(e)s, secretária(o)s, estagiária(o)s, colegiado e demais componentes, pela ajuda carinhosa e solidária que recebi em todos os momentos que apresentei dúvidas e precisei de auxílio.

Agradeço a(o)s estudantes que participaram da pesquisa, que responderam ao questionário, que se dispuseram a conceder entrevista, que me ajudaram a construir essa pesquisa de forma direta e indireta. Ao Grupo de Pesquisa Educação, Sexualidades e Performatividade (GPESP), pelas leituras e provocações geradas nos encontros. Aos colegas que possibilitaram rodas de conversas que foram importantes para ampliar o conhecimento e possibilitar uma escrita mais afetuosa e empática.

A(o)s amiga(o)s, colegas e familiares, que tiveram paciência em me ouvir e me ajudar nos momentos de crise e de alegria também, toda(o)s tiveram sua parcela de contribuição seja encorajando, consolando, lendo e palpitando enfim obrigada!

A(o)s gestora(e)s do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Uberlândia (SISBI/UFU), por entenderem a importância desta etapa da minha vida, e a(o)s colegas do Setor de Bibliotecas Digitais (SEBID) por terem suprido a minha ausência.

Finalmente, agradeço ao Prof. Dr. Astrogildo Fernandes da Silva Júnior, à Prof.^a Dr.^a Adriana Barbosa Sales e à Prof.^a Dr.^a Elenita Pinheiro de Queiroz Silva, por aceitarem participar da banca de qualificação e terem acolhido minha escrita de uma forma tão especial.

EPÍGRAFE

*“Eu determino que termine aqui e agora
Eu determino que termine em mim, mas não acabe comigo
Determino que termine em nós e desate
E que amanhã, que amanhã possa ser diferente pra elas
Que tenham outros problemas e encontrem novas soluções
E que eu possa viver nelas, através delas e em suas memórias”*

(LINN DA QUEBRADA, 2019).

RESUMO

A pesquisa está vinculada a linha de pesquisa “Saberes e Práticas Educativas” do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (PPGED/UFU), bem como ao Grupo de Pesquisa Educação, Sexualidades e Performatividades (GPESP). Objetivou problematizar como se deu o processo de acesso, permanência e vivências de estudantes travestis e transexuais, de cursos de graduação e pós-graduação da UFU. Pautamos o referencial teórico nos Estudos Pós-críticos e Pós-estruturalistas sobre gênero e sexualidade. A metodologia utilizada foi pesquisa exploratória e abordagem qualitativa. Os instrumentos de geração de dados aplicados foram: um questionário *online* e a condução de entrevistas semiestruturadas, conduzidas de forma remota, devido à pandemia por COVID-19. No decorrer da pesquisa foi possível notar essa temática está em processo de ascensão na academia, revelando haver um pacto coletivo entre pesquisadora(e)s na produção de novos conhecimentos e verdades pautados em perspectivas teóricas e metodológicas que buscam analisar as singularidades e a diversidade existente na sociedade. Concluímos que a(o)s estudantes em sua maioria ingressaram na UFU através do ENEM/SISU e cada um(a) ao seu modo, criou estratégias para manutenção de sua existência e permanência dentro da instituição. O ingresso na universidade colaborou para encontrarem informações acerca de suas identidades, elucidar questões relacionadas a gênero e a diversidade sexual e puderam socializar com seus pares, seja em coletivos, grupos, movimentos sociais ou junto ao CRAIST. Em relação a permanência foram relatadas algumas dificuldades, como a questão financeira, que ocasionou a necessidade de conciliar o trabalho e estudos. Outro apontamento é em relação a dificuldades burocráticas na instituição para o uso do nome social, desde a solicitação junto ao setor responsável até o não respeito do mesmo em sala de aula. As transfobias vivenciadas foram de várias formas físicas, simbólicas e psicológicas. E em muitos casos não houve nenhuma tratativa ou estas não foram adequadas, o que ocasiona a descrença em se fazer denúncia por parte dessa(e)s estudantes. As políticas afirmativas estabelecidas no âmbito da UFU também foram apontadas e entendemos que para além das resoluções e portarias, que são consideradas um avanço dentro da universidade, é necessário tornar o debate mais amplo e criar meios de se desenvolver ações que possam concretamente transformar a realidade de pessoas travestis e trans dentro da UFU. Por fim, acreditamos que a Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da UFU terá grande importância, uma vez que possibilitará apontar os pontos que precisam ser reparados pela gestão superior da UFU e apoiar a promoção de direitos constitucionais e institucionais da(o)s estudantes travestis e trans.

Palavras-Chave: Ensino Superior. Acesso e Permanência Estudantil. Transgeneridade. Transexualidade. Travestilidade. Transfobia.

ABSTRACT

The project is associated with the "Saberes e Práticas Educativas" research from Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (PPGED/UFU), as well as Grupo de Pesquisa Educação, Sexualidades e Performatividades (GPESP). It aimed understand how the access, stay and experience process was made for transvestites and transexuals students, who are enrolled in graduation and undergraduation from UFU. It followed the theoretical benchmark in critical studies and poststructuralist about gender and sexuality. The method of research was an exploratory surgery and also qualitative approach. The instruments applied to data measurement was: a online survey form and an interview following a script prepared by the research author, each one conducted remotely, because of COVID-19 pandemic. During the research, it noticed that thematic is rising through the academy, it showed up an agreement between researchers in production of new knowledge based on analyse the singularity and diversity in the society. We conclude that students, in majority, enrolled at UFU by ENEM/SISU and each student made their own strategy to keep their existence and stay into University. Join university helped them find out more about themselves, socialize with their pairs, in groups, social movements or with CRAIST. When asked about staying, they reported some difficulties, as finances, which showed the necessity to work and study. Another report was about using their social name at UFU, they told that it's a hard bureaucratic process. The transphobia experienced by them was from each form, fiscally, mentally, symbolic. And, in much cases, they did not get any right treatment, which make them do not believe on report it. The affirmative policies approached by UFU had been cited and help to understand it over resolutions and administrative rules, it's important to talk to create ways and develop actions that improve the reality of them in UFU. According to the research, we believe that the Sexual Diversity and Gender Commission of UFU will have a great responsibility, once it'll be able to find what needs to be improved by superior management of UFU and support promotion of constitutional rights of trans students.

Key-words: Higher Education. Student Access and Permanence. Transgenderism. Transsexuality. Transvestite Ability. Transphobia.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia	31
Quadro 2 Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações	33
Quadro 3 Catálogo de Teses e Dissertações da Capes	37
Quadro 4 Síntese dos Trabalhos do Levantamento	50
Quadro 5 Apresentação da(o)s Participantes do questionário	70
Quadro 6 Apresentação da(o)s Participantes das Entrevistas	85

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Estado de Origem	71
Gráfico 2 Autodeclaração da Cor	72
Gráfico 3 Expressões Sexual Declarada	73
Gráfico 4 Tipo de Moradia	74
Gráfico 5 Processo de Escolarização no Ensino Médio	76
Gráfico 6 Participação em Cursinhos Pré-vestibular	77
Gráfico 7 Forma de Ingresso na UFU	78
Gráfico 8 Uso de Cotas para Ingresso na UFU	79
Gráfico 9 Desistir do Curso de Graduação	80
Gráfico 10 Tiveram que Estudar e Trabalhar Concomitantemente	81
Gráfico 11 Como Avaliaram ter Trabalhado e Estudado	81
Gráfico 12 Recebeu Apoio Financeiro da Família	82
Gráfico 13 Recebeu Bolsa ou Auxílio Estudantil	83

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADI - Ação Direta de Inconstitucionalidade.
AL - Alagoas.
ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior.
ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil.
BA - Bahia.
BDBTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
CFP - Conselho Federal de Psicologia.
CNE - Conselho Nacional de Educação.
CNJ - Conselho Nacional de Justiça.
CNS - Conselho Nacional de Saúde
CNS - Conselho Nacional de Saúde.
CONSUN – Conselho Universitário.
CRA - Coeficiente de Rendimento Acadêmico
CRAIST - Centro de Referência de Atenção Integral à Saúde Transespecífica.
DIASE - Divisão de Assistência e Orientação Social.
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio.
FACED - Faculdade de Educação.
FADIR - Faculdade de Direito.
FURG - Universidade Federal do Rio Grande.
GO - Goiás.
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.
IBTE - Instituto Brasileiro Trans de Educação.
IC - Iniciação Científica.
IES - Instituições de Ensino Superior.
IFTM - Instituto Federal do Triângulo Mineiro.
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais “Anísio Teixeira”.
LaSalle - Universidade La Salle.
LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis/Transexuais, *Queer*, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais e demais expressões divergentes.
MEC - Ministério da Educação.
MG - Minas Gerais.
MS - Mato Grosso do Sul.
NEAB - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros.
NeTrans - Núcleo de Estudos e Pesquisas de Travestilidades, Transgeneridades e Transexualidades.
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil.
OMS - Organização Mundial da Saúde.
ONG's - Organizações Não-Governamentais.
PCD - Pessoa com Deficiência.
PIBID - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência.
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.
PPGED - Programa de Pós-graduação em Educação.
PPI - Pretos, Pardos E Indígenas.
PROAE - Pró-reitoria de Assuntos Estudantis
PROGRAD - Pró-reitoria de Graduação.

PROUNI - Programa Universidade para Todos.
REDETRANS - Rede Nacional De Travestis E Transexuais.
RI/UFU - Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia.
SISBI/UFU - Sistema de Bibliotecas da UFU.
SISU - Sistema de Seleção Unificada.
SP - São Paulo.
STF - Supremo Tribunal Federal.
SUS - Sistema Único de Saúde.
TA - Termo de Assentimento.
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.
UEM - Universidade Estadual de Maringá.
UEMS - Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul.
UFABC - Universidade Federal ABC.
UFES - Universidade Federal do Espírito Santo.
UFG - Universidade Federal do Goiás.
UFMT - Universidade Federal do Mato Grosso.
UFPA - Universidade Federal do Pará.
UFPE - Universidade Federal do Pernambuco.
UFPI - Universidade Federal do Piauí.
UFPR - Universidade Federal do Paraná.
UFRG - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
UFRJ - Universidade Estadual do Rio de Janeiro.
UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
UFSB - Universidade Federal do Sul da Bahia.
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina.
UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos.
UFSE - Universidade Federal de Sergipe.
UFSM - Universidade Federal de Santa Maria.
UFTM - Universidade Federal do Triângulo Mineiro.
UFU - Universidade Federal de Uberlândia.
ULBRA - Universidade Luterana do Brasil.
UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas.
UNIPLAC - Universidade do Planalto Catarinense.
UTP - Universidade Tuiuti do Paraná.

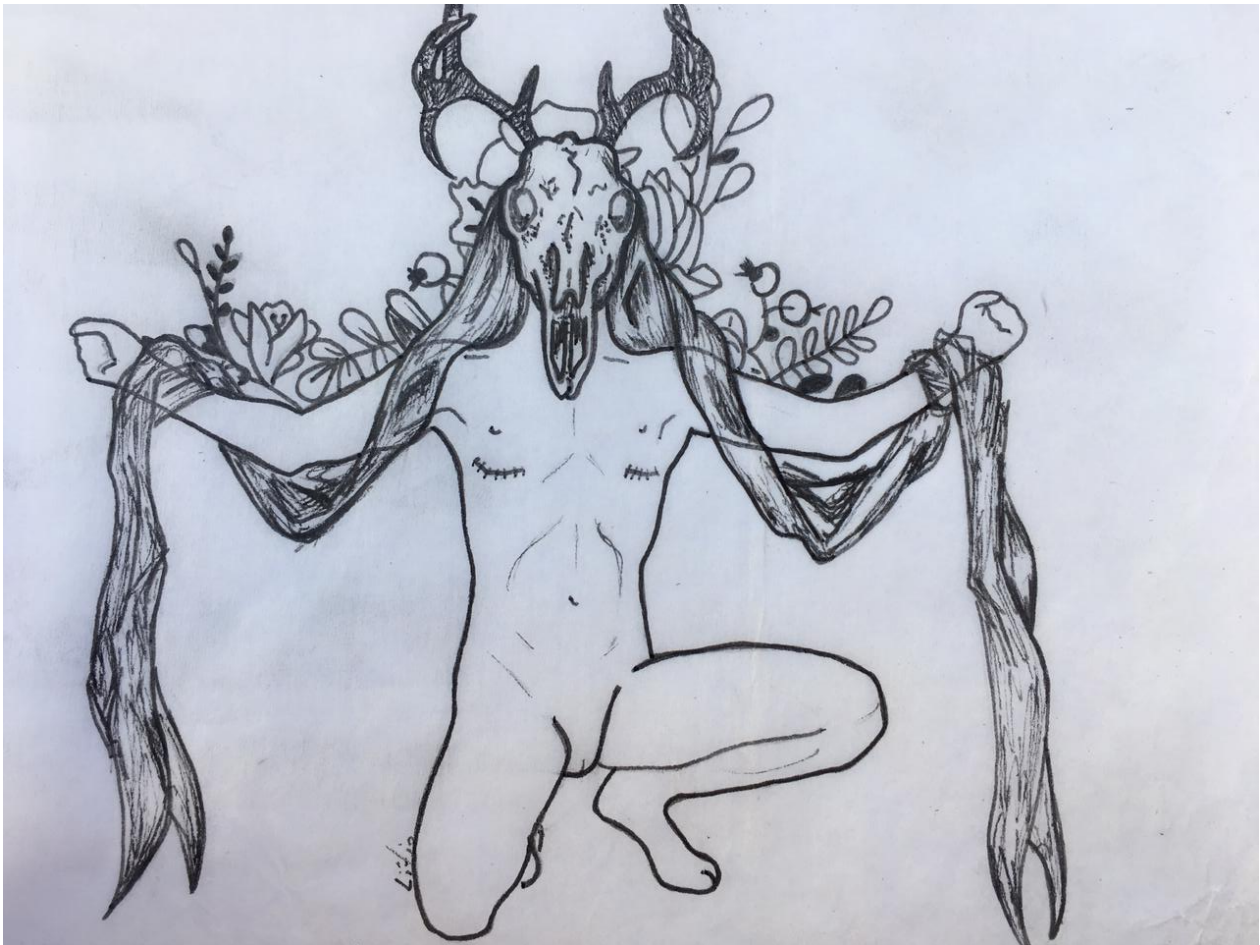
SUMÁRIO

1. SEÇÃO I – ATRAVESSAMENTOS E APROXIMAÇÃO COM UMA TRANS-EPISTEMOLOGIA	18
1.1. APROXIMAÇÃO COM A TEMÁTICA PESQUISADA	18
1.2. PERSPECTIVA METODOLÓGICA	22
2. SEÇÃO II – ESTADO DA QUESTÃO: A CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO E (IN)VISIBILIDADE DOS CORPOS TRAVESTIS E TRANS NOS ESPAÇOS EDUCATIVOS	30
2.1. TRANSCREVER: O QUE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PRODUZIRAM DE 2015 A 2020, SOBRE A PRESENÇA DE CORPOS TRAVESTIS E TRANS NO ENSINO SUPERIOR	30
2.2. TRANSCENDER: OPORTUNIDADES DE AVANÇOS EM PESQUISAS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO, NO CAMPO DOS ESTUDOS DE GÊNERO, SOBRE TRAVESTILIDADES E TRANSEXUALIDADES E O ENSINO SUPERIOR	51
3. SEÇÃO III – GÊNERO E SEXUALIDADE: UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL.....	54
3.1. TRANSGREDIR: GÊNEROS E SEXUALIDADES	55
3.2. TRANSVERSAL: EDUCAÇÃO COMO UMA FERRAMENTA DE MARCAÇÃO DE GÊNEROS E SEXUALIDADES	60
4. SEÇÃO IV – MEU CORPO, MINHAS REGRAS: PERFIL DA(O)S PARTICIPANTES DA PRIMEIRA ETAPA DA PESQUISA - QUESTIONÁRIO	71
4.1. PERFIL SOCIAL DA(O)S ESTUDANTES TRAVESTIS E TRANS DA UFU	71
4.2. PERFIL EDUCACIONAL DA(O)S ESTUDANTES TRANS E TRAVESTIS DA UFU.....	76
4.3. PERFIL ECONÔMICO DA(O)S ESTUDANTES TRANS E TRAVESTIS DA UFU.....	81
5. SEÇÃO V – VIVENDO NAS MARGENS: AS VOZES DA(O)S PARTICIPANTES	86
5.1. TRANSIÇÃO: O OLHAR DA FAMÍLIA E AMIGA(O)S	87
5.2. TRANSFERIR: AS REPRESENTAÇÕES SOCIOCULTURAIS E O IMPACTO NA VIDA DE PESSOAS TRAVESTIS E TRANS	96
5.3. TRANSPOR: ADENTRAR NA UFU	100
5.4. TRANSITAR: PERMANECER NA UFU.....	106
5.5. TRANSFOBIA: PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO NA UFU	116
5.6. R(E)XISTIR NA UFU.....	128
CONSIDERAÇÕES TRANSITÓRIAS	143
REFERÊNCIAS	149

ANEXOS	158
ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) MAIOR DE 18 ANOS.	158
ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) PARA RESPONSÁVEL LEGAL POR MENOR DE 18 ANOS.....	160
ANEXO C - TERMO DE ASSENTIMENTO PARA O MENOR ENTRE 12 E 18 ANOS INCOMPLETOS.	162
APÊNDICES.....	164
APÊNDICE A - CONVITE I.....	164
APÊNDICE B - CONVITE II	165
APÊNDICE C - MODELO QUESTIONÁRIO PERFIL SOCIOECONÔMICO	166
APÊNDICE D - MODELO ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....	172

*Muito prazer, eu sou o oitavo pecado capital.
Tente entender, eu sempre fui vista por muitos como o mal.
Não consegue ver, que da sua família eu sou pilar principal.
Possuo você, possuir você.
Sua lei me tornou ilegal.
Me chamaram de suja, louca e sem moral.
Vão ter que me engolir por bem ou por mal
Agora que eu atingi escala mundial.
Navalha debaixo da língua, Tô pronta pra briga.
Navalha debaixo da língua.
Diaba Diaba
Não sou nova aqui, não te peço licença
Sua permissão, nunca fez diferença.
Como toda educação, foda-se sua crença.
Foda-se sua crença.
Navalha debaixo da língua,
Tô pronta pra briga.
Navalha debaixo da língua.
Diaba Diaba*

DIABA, Urias, Hodari, Gorky, Maffalda, Zebu (2019).



Fonte: Aatoria Litor, 2021.

1. SEÇÃO I – ATRAVESSAMENTOS E APROXIMAÇÃO COM UMA TRANS-EPISTEMOLOGIA

*Mas não se esqueça
 Levante a cabeça
 Aconteça o que aconteça
 O que aconteça, aconteça
Continue a travecar
Continue a navegar
Continue a atravessar
 Continue a travecar
 Sereia do asfalto
 Rainha do Luar
 Entregue o seu corpo
 Somente a quem possa carregar
 (Linn Da Quebrada, Serei A, 2017)*

Nesta primeira seção apresentamos como se deu aproximação e o interesse pela temática, qual foi a perspectiva metodológica percorrida e como organizamos a dissertação nas próximas seções.

1.1. Aproximação com a Temática Pesquisada

A proposta de pesquisa partiu do interesse sobre a temática das travestilidades e transexualidades, principalmente no que tange o espaço universitário. O primeiro contato com o tema se deu em 2015, na Especialização em Direitos Humanos para Educadores oferecido pela Faculdade de Direito (FADIR), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Na especialização o termo “transgêneros”¹ foi apresentado e, como explicado por Lanz, “é um termo ‘guarda-chuva’ destinado a reunir debaixo de si todas essas expressões de gênero-divergentes” (LANZ, 2014, p. 7) abarcando, portanto, as travestilidades, transexualidades, drag queens/kings, não binários e outras expressões de gênero dissidentes que tensionam o dispositivo binário de gênero. Os termos travestis² e transexuais já eram familiares, mas naquele momento estavam sendo desvelados junto com a visão (pré)conceituosa enraizada pelo senso comum.

¹ Transgênero é uma circunstância sociopolítica de transgressão ou não conformidade com as normas estabelecidas do gênero como no caso das pessoas cisgêneras (LANZ, 2014, p. 70).

² A respeito da palavra travesti, está se vincula à luta, à resistência, à dignidade e a uma potencialidade política e contestatória. (YORK; OLIVEIRA; BENEVIDES. 2020, p. 2)

O segundo contato ocorreu em 2018 durante coordenação da “Semana Nacional do Livro e Biblioteca” do Sistema de Bibliotecas da UFU (SISBI/UFU), que teve como tema “TRANS-cores (IN)visíveis: a invisibilidade TRANS nos espaços educacionais e trabalho formal”. O contato com estudantes travestis³ e trans⁴ da graduação e pós-graduação da UFU foi ampliado e essa aproximação possibilitou conhecer histórias e vivências dentro e fora da academia. Foi possível perceber os desafios enfrentados, as situações de preconceitos, as discriminações e as violências estiveram presentes em suas trajetórias, mas também as conquistas, superações e a força de cada uma dessas pessoas.

O contato com grandes nomes da militância Travestis e Trans do cenário nacional, como Jaqueline Gomes de Jesus (Professora Universitária), Marina Reidel (Secretária de Justiça e Direitos Humanos do Governo Federal), Maite Schneider (empresária e cofundadora da Agência Transempregos), Maria Zanela (doutoranda e fundadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas de Travestilidades, Transgeneridades e Transexualidades - NeTrans) e Sayonara Nogueira (Coordenadora do Núcleo de Diversidade Sexual da Prefeitura Municipal de Uberlândia/MG e Vice-presidente do Instituto Brasileiro Trans de Educação - IBTE), também foi oportunizado neste evento. Todas participaram como palestrantes, compondo as mesas temáticas junto com a(o)s estudantes travestis e transexuais da UFU.

Nestes dois momentos várias discussões foram colocadas e o acesso à educação foi o que se destacou e despertando maior interesse. Foi possível perceber que o espaço universitário apesar de estar permeado pela diversidade, pelas diferenças e pela multiculturalidade, pessoas que se apresentam como travestis ou transexuais de alguma forma são invisibilizadas dentro deste espaço. A não presença destas corporalidades nos diversos cursos ofertados pela UFU e ausentes nas várias discussões promovidas pela

³ Utilizaremos o termo pessoa travesti e trans, no intuito de não provocar o apagamento das experiências de travestilidade e reconhecer todo o trabalho pioneiro realizado pelo Movimento das Travesti no Brasil.

⁴ Ressaltamos que o termo “trans” é utilizado para identificar as pessoas que TRANSgridem as normas binárias do corpo e do gênero, podendo estas serem: não binárias, drag Queen/king, transexuais femininas ou masculinas, dentre outra(o)s,

universidade, sejam estas específicas de suas pautas ou sobre assuntos distintos das diferentes áreas do conhecimento, pareceu ser uma confirmação desta situação.

As diversas discussões que ocorreram no evento, abordaram sobre a presença de pessoas travestis e trans nos espaços educacionais e de trabalho formal. Esse diálogo com seus pares e não pares sobre suas demandas, oportunizou que suas vozes ecoassem junto com a reflexão sobre o que é ser uma pessoa travestis e trans na sociedade civil e no espaço educacional. O espaço de diálogo criado foi importante, pois possibilitou que uma “trans-epistemologia” (YORK; OLIVEIRA; BENEVIDES. 2020, p. 3) se constituiu dentro do espaço universitário, potencializando a importância e a necessidade de se promover e pautar cada vez mais discussões como estas.

A partir dessas duas experiências relatadas, surgiu a necessidade de saber mais sobre a inserção no ambiente universitário da UFU de pessoas travestis e trans. Pois, em vários momentos houve relatos sobre a tentativa de invisibilização, silenciamento e em muitos momentos de até violências contra essas pessoas no ambiente acadêmico.

Compreendemos que as ações de preconceito e discriminação, partem da não aceitação destas expressões de gênero que dissidem da norma binária determinada biologicamente pelo sexo/genital. Isto é, estas não estão de acordo com o que socialmente é entendido como ser homem ou mulher. Os corpos travestis e trans se apresentam como uma afronta a norma constituída, por serem a confirmação de que a definição de gênero pelo sexo é apenas uma convenção social (BENTO, 2008; BUTLER, 2016; FOUCAULT, 1999 e LOURO, 2007).

A colonização, o capitalismo e o patriarcado impactam as relações sociais e de gênero, de modo a oprimir, regular e marginalizar os corpos, evidenciando uma “co-construção do biológico com o social” (CONNELL, 2016, p. 48). Assim, perceber que pessoas travestis e trans fazem parte das mais diversas áreas da universidade participando de palestras, falando sobre suas experiências de vida, apresentando trabalhos sobre suas pesquisas, permite percebermos que estão a ocupar um espaço que antes lhe fora negado. É importante salientar que a(o)s estudantes travestis e trans que coabitam o espaço universitário, em nada se assemelhavam com os estereótipos impostos socialmente, são corpos potentes e empoderados.

A Universidade Federal de Uberlândia (UFU) é o *loco* da pesquisa. É uma Instituição de Ensino Superior (IES), localizada no interior de Minas Gerais (MG), na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, com sede na cidade de Uberlândia e com campi avançados em Ituiutaba, Monte Carmelo e Patos de Minas. Foi nesse espaço que buscamos localizar e saber sobre as pessoas travestis e trans que ali estão inseridas, enquanto estudantes de graduação e pós-graduação.

A UFU tem 65 anos de tradição, sendo a 25ª melhor universidade do país e a 4ª melhor de Minas Geras, conforme o Ranking Universitário Folha de 2019. Possui 93 cursos de graduação e 45 de pós-graduação e um universo de aproximadamente 26 mil estudantes matriculados na graduação e cerca de 5 mil na pós-graduação, conforme consta no Relatório da Associação Nacional dos Dirigente das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), em seu relatório do “V Pesquisa Nacional de Perfil dos Graduandos das IFES 2018” (ANDIFES, 2019).

A partir do relato acima, nasce a inquietação quem são e como se dá o acesso e a permanência de estudante travestis e trans nos cursos de graduação e pós-graduação da UFU, tornando está a questão central de pesquisa desta dissertação.

Assim, o objetivo geral foi o de “problematizar como se deu o processo de acesso, permanência e vivências de estudantes travestis e transexuais dentro da UFU”. Que contou com os seguintes objetivos específicos: mapear como se deu o processo de acesso desta(s) estudantes travestis e trans ao Ensino Superior; mapear quais foram os principais desafios encontrados no processo de permanência na universidade; identificar se as relações estabelecidas no espaço universitário foram permeadas por experiências transfóbicas; analisar quais foram às formas de r(e)xistências elaboradas para se manterem na UFU.

Os relatos apresentados nos dois eventos já mencionados, possibilitaram ter uma dimensão do que foi e é a trajetória universitária para estudantes travestis e trans. Em muitos relatos, a jornada universitária se apresentou como um caminho estreito, difícil e solitário, mas, não só isso: houve também relatos sobre vitórias, conquistas e muito orgulho de serem quem são e das escolhas que fizeram. É sobre esse processo que esta pesquisa se dedicou a falar.

1.2. Perspectiva Metodológica

Em relação à organização metodológica da pesquisa, optamos por uma abordagem qualitativa. Gatti (2004) avalia que a abordagem qualitativa pode facilitar e enriquecer a compreensão de eventos, fatos e processos que permeiam a realidade educacional. O intuito com essa escolha se baseou no fato de entendermos o caráter subjetivo que a pesquisa possuiu, com uma questão de investigação que buscou entender o comportamento, as particularidades e experiências individuais de um conjunto de pessoas com características em comum que estão inseridas em um mesmo ambiente.

O tipo de pesquisa utilizado foi exploratório, com inserção em campo. Como posto por Gil esse tipo de pesquisa tem como “objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato” (GIL, 2008, p. 27), ou seja, é usado quando o tema escolhido é pouco pesquisado e possui uma gama variada de hipóteses. A inserção em campo se deu a partir das entrevistas, este instrumento foi o principal elo entre a(o)s participantes e a pesquisadora. Esse encontro colaborou com a confirmação da questão de pesquisa e a formulação das hipóteses com maior precisão.

Os critérios de inclusão foram: estudantes que se reconhecessem como travestis, mulheres trans e homens trans; terem tido vínculo estudantil com a UFU entre os anos de 2015 e 2020, na graduação ou pós-graduação; aceitarem de forma voluntária e gratuita participar da pesquisa; e concordarem com os termos éticos da pesquisa, que foram passados nos Termos e Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (anexo A e B) e no Termo de Assentimento (TA) (anexo C).

Os critérios de exclusão definidos foram: estudantes que não responderam ao contato inicial para participação na pesquisa no prazo de 30 dias; participantes que não concordaram com TCLE e TA; participantes menores de 18 anos que concordaram em participar, mas não apresentaram a concordância da(o) responsável legal. Ambos os critérios possibilitaram refinar a(o)s participantes apta(o)s e possibilitou atender as exigências apresentadas juntas aos termos éticos.

Recorremos à utilização de instrumentos mistos para dar uma maior visibilidade em relação ao fenômeno estudado. Foi escolhido o uso do questionário (apêndice C) e da entrevista semiestruturada, a partir de um roteiro (apêndice D).

Na primeira etapa, utilizamos o questionário que, de acordo com Gil, pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com propósito de obter informações” (GIL, 2008, p. 121). O questionário foi estruturado e aplicado de forma online através do Google forms, plataforma de fácil acesso para a(o)s participantes, sem a necessidade de fazer cadastro ou possuir conta. Esse formato possibilitou o envio do link para diversa(o)s participantes simultaneamente e, ao final, esta(e)s receberam uma cópia de suas respostas. Cabe explicar que as respostas garantiram o sigilo das informações, pois a aplicação foi individual e nenhum participante teve acesso a dados de outra(o)s participantes.

A composição do questionário foi quarenta e quatro questões, entre abertas e fechadas. E todas visaram a ensaiar respostas para os objetivos específicos da pesquisa. Nessa etapa, foi possível fazer um levantamento do perfil social, educacional e econômico da(o)s participantes. Esses perfis colaboraram para se ter uma noção da realidade socioeconômica da(o)s estudantes participantes.

Em um primeiro momento, o convite (apêndice A) foi enviado para as pessoas que possuíam vínculo pré-estabelecido com a pesquisadora, foram convidada(o)s oito participantes dos quais seis aceitaram participar. O envio do convite se deu por meio de mensagem a partir de um aplicativo de conversa (*Whatsapp*) e redes sociais (*Instagram* e *Facebook*).

Nesse convite foi explicitado o objetivo da pesquisa, as etapas e dado ciência sobre a possibilidade de desistência a qualquer momento de sua participação, além de total sigilo de sua identidade. Dessa forma, após o aceite, foi encaminhado o link de acesso aos termos éticos da pesquisa, TCLE e TA (anexos A, B e C). Somente após o aceite dos termos o questionário foi liberado para ser respondido.

Utilizamos também a técnica “*snowball*” (PATTON, 1990), traduzindo “bola de neve”, que consiste na indicação de possíveis nova(o)s participantes, por quem já

participou da pesquisa, atentando-se aos critérios de inclusão da pesquisa. A(o)s participantes da primeira etapa indicaram três pessoas, para essas foi enviado o convite por mensagens de texto por aplicativos de conversa (*Whatsapp*) e por e-mail. Toda(o)s aceitaram participar da pesquisa, dando aceita no TCLE e respondendo o questionário. Por fim, contamos também com a participação de mais quatro pessoas que acessaram o link do questionário, aceitaram os termos éticos e responderam ao questionário de forma voluntária.

Além do contato direto com possíveis participantes, enviamos via e-mail uma solicitação de apoio na divulgação da pesquisa (apêndice B) para a(o)s membra(o)s do Projeto SOMOS, que atua na promoção da população LGBTQIA⁺⁵ de Uberlândia com a defesa de direitos por meio de assessoria jurídica gratuita e conscientização, e do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da UFU (NEAB/UFU), que tem foco no ensino, na pesquisa e na extensão na área dos estudos afro-brasileiros e das ações afirmativas em prol das populações afrodescendentes, bem como estudo da História Africana e Cultura Afro Brasileira.

Entendemos que estes dois grupos firmaram ao longo dos anos de atuação, um importante elo entre os diversos coletivos, grupos e estudantes que estão ou passaram pela UFU. Sendo, portanto, importantes parceiros na divulgação da pesquisa possibilitando a ampliação do universo amostral para a investigação.

Na segunda etapa, conduzimos entrevistas que, ainda de acordo com Gil pode ser compreendida “como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formulam perguntas, com o objetivo de obtenção de dados que interessam à investigação” (GIL, 2008, p. 109). Nessa etapa, optamos por uma entrevista informal que, como recomendado também por Gil (2008), geralmente é indicada para estudos exploratórios. Para ajudar a nortear a entrevista, fizemos uso de um roteiro semiestruturado a fim de não se perder nos objetivos a serem tratados durante a geração dos dados dessa etapa. Objetivou-se nesta etapa problematizar as relações com familiares e amiga(o)s no decorrer do processo de transição, além das

⁵ Optamos por utilização da sigla por ser a mais utilizada dentro do espaço acadêmico, de militância e ativismo da causa.

interferências socioculturais e o processo de acesso e permanência na UFU, e suas formas de resistências nesse espaço.

Tivemos, portanto, nessa segunda etapa nove participantes. Essas foram contatados a partir do aceite sinalizado ao responderem o questionário. As entrevistas foram realizadas através do aplicativo Skype, que possibilitou a gravação. É importante ressaltar que a pesquisa ocorreu durante a Pandemia por COVID-19 no período de quarentena, desse modo, toda(o)s estavam impossibilitada(o)s de realizar encontros presenciais, como medida de prevenção recomendada pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Cada entrevista teve duração média de 40 a 60 minutos. Para a transcrição das entrevistas não foi possível utilizar um software de transcrição, tendo sido estas realizadas manualmente pela própria pesquisadora. Nesta etapa, torna-se importante informar que antes da análise dos dados cada participante recebeu a cópia da transcrição de sua entrevista para aprovação, sendo-lhe permitido a alteração ou exclusão de trechos, foi estabelecido o prazo de 10 dias após o envio para manifestação, e a não manifestação dentro do prazo foi interpretada que a(o) mesma(o) estava de acordo com a transcrição realizada.

Para a análise dos dados tanto do questionário, quanto das entrevistas, utilizamos os recursos disponíveis no *Google forms* para geração de gráficos, quadros e estatísticas, como também recorremos a uso dos recursos disponíveis no *Office Word* e *Excel*.

O procedimento de guarda e segurança dos dados gerados foi baseado nas recomendações do Conselho Nacional de Saúde (CNS), conforme as Resoluções Nº 466 de 12 de dezembro de 2012 e a Nº 510, de 7 de abril de 2016. Todos os itens foram respaldados junto ao TCLE e TA. Em relação ao arquivamento dos dados, foi escolhido o formato digital, ficando estes sob a responsabilidade de guarda da pesquisadora.

Como toda pesquisa possui riscos e benefícios, avaliamos que os possíveis riscos consistiram na possibilidade de identificação da(o)s participantes e o possível desconforto em responder alguma questão. Para evitar que esse risco ocorresse, optou-se por não utilizar os nomes reais da(o)s participantes, recebendo códigos de

identificação. Já em relação a possíveis desconfortos com as questões, foi dada toda a liberdade para recusa a responderem e até mesmo se retirarem da pesquisa, caso sentissem algum desconforto, atendendo os termos éticos já mencionados.

Os benefícios desta pesquisa consistiram na produção de dados a respeito do grupo de estudantes travestis e trans da UFU, que estiveram entre 2015 e 2020 vinculados a cursos de graduação ou pós-graduação. E a partir dos dados gerados na pesquisa, grupos e coletivos possam pautar a discussão para a criação de políticas institucionais, programas e que promovam discussões que tenham foco estudantes travestis e trans.

Pretendemos também com a pesquisa que se tenha um olhar mais apurado com comprometimento ético, respeitoso e com uma escuta atenta e que busque a equidade e igualdade para com a(o)s membra(o)s da comunidade acadêmica que se reconhecem como travestis e transexuais. Sendo levado em consideração suas demandas e as questões que envolvem o acesso e a permanência da(o)s estudantes travestis e trans, propiciando a criação de resoluções, políticas, estruturas de gestão, de programas e eventos que apoie o acesso e a permanência desta(e)s no ambiente universitário.

Após a apresentação dessa introdução e delineamento metodológico a dissertação foi estruturada da seguinte forma:

A seção II “Estado da questão: Construção de conhecimentos e invisibilidade dos corpos travestis e trans nos espaços educativos” ficaram responsáveis pelo embasamento e demonstração da relevância social e importância acadêmica da pesquisa, sendo dividida em duas subseções.

Na subseção 2.1 “TRANScrever: O que programas de Pós-graduação em Educação produziram de 2015 a 2020, sobre a presença de pessoas travestis e trans no Ensino superior”, apresentamos um levantamento realizado junto ao Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia (RI/UFU), a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDBTD) e o Catálogo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

O levantamento tentou buscar nessas bases publicações dos últimos cinco anos, que tiveram como tema a presença de estudantes travestis e trans no Ensino Superior. Percebemos que as produções sobre a presença desta(e)s estudantes são baixas, tendo poucos trabalhos feito o recorte aprofundado no tema das travestilidades e transexualidades. Porém, o que tem sido produzido é relevante.

E na subseção 2.2 “(Trans)cender: Oportunidades de avanços em pesquisas na área da Educação, no campo dos Estudos de Gênero, sobre travestilidades e transexualidades e o Ensino Superior”, trouxemos uma análise dos possíveis avanços e algumas possibilidades de temas para futuras pesquisas no campo da Educação junto aos Estudos de Gênero e Sexualidade.

Já a seção III “Gênero e Sexualidade: Uma construção histórica e social” ficou responsável por apresentar o aporte teórico da pesquisa, que foi dividida em duas subseções, sendo a subseção 3.1 “TRANSgredir: Gêneros e Sexualidades” fundamentamos as discussões no campo das problematizações em torno das categorias de Gêneros e Sexualidades. O referencial teórico apoiou-se nos Estudos Pós-críticos, Pós-estruturalista, Feministas e Pós-feministas e da Teoria Queer.

Nessa subseção foi apresentado conceitos chave de autora(e)s e pesquisadora(e)s que pautam sobre o tema, como Adriana Sales, Berenice Bento, Guacira Lopes Louro, Jaqueline Gomes de Jesus, Judith Butler, Letícia Lanz, Luma Andrade, Megg Rayara, Michel Foucault, Paul Preciado e Viviane Vergueiro, dentre outra(o)s. Esta(e)s autora(e)s foram localizada(o)s no percorrer da pesquisa, e contribuíram para com o entendimento em relação aos conceitos das categorias “gênero”, “sexo”, “sexualidade” e “transexualidade” que vem de encontro com as vivências das pessoas travestis e trans no campo da Educação.

Contamos também com os dados fornecidos por entidades como a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), o IBTE, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), ANDIFES e relatórios, artigos, dissertações e teses, que produziram dados importantes sobre a transfobia⁶ no Brasil. Esses dados também foram utilizados

⁶ Termo utilizado para nomear as violências direcionado **as pessoas que se reivindicam como travestis, transexuais ou transgêneros.** (JESUS, 2012, p. 11; LANZ, 2014, p. 141).

para balizar nossas análises em relação aos apontamentos sobre as opressões, discriminações e violências que ocorrem contra as pessoas travestis e trans entrevistadas, e colaborou para localizar formas de r(e)existências empreitadas.

Já na subseção 3.2 “Transversal: Educação como uma Ferramenta de Marcação de Gêneros e Sexualidades”, apresentamos uma análise em relação a como o ambiente educacional marca as diferenças, principalmente as relacionadas à raça, classe e gênero. Além disso, endossamos como a Educação é um importante caminho para se discutir de forma transversal as questões de gêneros e sexualidades para além do ideal binarista, baseado no dimorfismo biológico. Nessa subseção foi ressaltada a importância das discussões para e com as pessoas LGBTQIA+, no sentido de fortalecer os meios e caminhos de acesso e permanência em espaços de formação educacional.

A seção IV “Perfil da(o)s participantes da primeira etapa da pesquisa - questionário” trouxemos os resultados aferidos através dos instrumentos utilizados. Na subseção 4.1 “Aplicação do Questionário” apresentamos, por meio de um quadro, quem foram a(o)s participantes desta etapa da pesquisa, e como se deu o processo de aplicação. Na subseção 4.2 “Perfil social da(o)s estudantes travestis e trans da UFU”, na 4.3 “Perfil educacional da(o)s estudantes travestis e trans da UFU” e na 4.4 “Perfil econômico da(o)s estudantes travestis e trans da UFU”.

Já na seção V “Análise das entrevistas” apresentamos através de quadro quem foram a(o)s participantes da segunda etapa da pesquisa. Na subseção 5.1 “TRANSição: O olhar da família e amiga(o)s” trouxemos os relatos de como foi esse processo de se reconhecer enquanto uma pessoa travesti e trans, e como esse processo foi assimilado pelos familiares e amiga(o)s, e o impacto que tudo isso gerou. Na subseção 5.2 “TRANSferir: As representações socioculturais e o impacto na vida das pessoas travestis e trans” trouxemos relatos sobre como estas representações impactaram a vivência desta(e)s estudantes dentro e fora do ambiente acadêmico. Já na subseção 5.3 “TRANSpor: Adentra na UFU”, os relatos foram em relação ao processo de adentrar na universidade pública e como tudo isso impactou a vivência na academia e fora dela. Na subseção 5.4 “TRANSitar: Permanência na UFU” os relatos já são sobre as dificuldades que tiveram para permanecerem na graduação, desde adoecimentos da ordem psicológica, questões financeiras e burocráticas. Na subseção 5.5 “TRANSfobia:

Preconceito e discriminação na UFU” trouxemos os relatos de situações de transfobia passadas dentro da UFU e como tudo isso repercutiu em suas vivências. Por fim na subseção 5.6 “R(e)xistir na UFU” trouxemos alguns relatos sobre as formas empreitadas para resistirem e existirem dentro da UFU. Por fim, temos as considerações, seguida das referências, dos anexos e apêndices.

Pedagorgia

*Te comeu e saiu fora, e tu chorando igual uma otária?
Vem com a irmãs de pau pra faculdade das safadas
Pedagogia da Putaria
Pedagogia da Putaria
Irmãs de pau chegou na sala ensinando uma orgia
Pedagogia da Putaria
Pedagogia da Putaria
Irmãs de pau chegou na sala ensinando uma orgia
A, aquenda a neça
B, bala na língua
C, só no cuzinho
E desce pro maloqueirinho
Aaaa, hoje eu quero dar
Éeee, ele vai me fazer mulher
Iiii, vai descobrir que é travesti
Óooo, gostou, chupou, sentou sem dó
Uuuu, é hora de voltar pra school
Pedagogia da Putaria
Pedagogia da Putaria
Irmãs de pau chegou na sala ensinando uma orgia
Pedagogia da Putaria
Pedagogia da Putaria
Irmãs de pau chegou na sala ensinando uma orgia
Dá raiz quadrada, calor de quarenta graus
O tesão multiplicou e deu fusão irmãs de pau
Minha bunda não é plana, para de falar besteira
Ce fez, foi fumar um e me amassou a noite inteira
Pedagogia da Putaria
Pedagogia da Putaria
Irmãs de pau chegou na sala ensinando uma orgia
Pedagogia da Putaria
Pedagogia da Putaria
Irmãs de pau chegou na sala ensinando uma orgia
The book's
The book's
The book's on the table
Ô trava, qual é o seu nome
Qual é o seu nome
Ô trava, qual é o seu nome
Qual é o seu nome
Eu sou Trava Respeita o meu nome
(Irmãs de Pau, **Pedagorgia**, 2021).*

2. SEÇÃO II – ESTADO DA QUESTÃO: A CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO E (IN)VISIBILIDADE DOS CORPOS TRAVESTIS E TRANS NOS ESPAÇOS EDUCATIVOS

*Bato palmas para as travestis que lutam para existir
E a cada dia batalhando conquistar o seu direito de
Viver brilhar e arrasar
(Linn Da Quebrada, **Mulher**, 2018)*

Trouxemos nesta seção os resultados obtidos no levantamento realizado junto ao Repositório Institucional da UFU (RI/UFU), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDBTD) e o Catálogo da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES). Buscamos nessas bases teses e dissertações que foram produzidas em Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED), sobre a temática pesquisada. E a intenção foi de saber o que já foi pesquisado sobre e assim, demonstrarmos a relevância acadêmica e importância social da pesquisa desenvolvida.

A escolha destas bases foi pensada no sentido elucidar o estado da questão da pesquisa desenvolvida. Buscamos analisar o que foi produzido dentro da UFU primeiramente, instituição essa que foi loco desta pesquisa, e daí partimos para bases maiores que abarcam produções de outras IES públicas e privadas, que contemplam PPGED autorizados e reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC). Desta forma, foi possível identificar o que se foi produzido em relação ao assunto pesquisado, assim como quais foram as metodologias, referencial teórico e dados produzidos.

Na segunda subseção apresentamos alguns questionamentos que podem direcionar as futuras pesquisas na área da Educação, no campo de Estudo de Gênero. O intuito aqui foi o de possibilitar a(o)s futura(o)s pesquisadora(e)s um direcionamento sobre o que ainda não foi discutido, e assim avançar suas pesquisas em pontos não abordados e que contribuam ao que já foi publicado.

2.1. TRANScreever: O que programas de Pós-graduação em Educação produziram de 2015 a 2020, sobre a presença de corpos travestis e trans no Ensino superior

A primeira busca se deu no RI/UFU esta base é responsável por receber e publicar o material produzido pelos cursos de graduação, técnico, pós-graduação e residência profissional, além das revistas e material informacional produzidos no âmbito

da UFU. Para a segunda e terceira etapa foram escolhidas a BDBTD, que é administrada pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), e o Catálogo da CAPES, que é alimentado através da Plataforma Sucupira.

Os critérios definidos para a realização do levantamento foram pensados para ressaltar o que tem sido produzido sobre a temática, “acesso e permanência de estudantes trans no ensino superior público”. Para isso, foi definido que as produções deveriam estar vinculadas a PPGED, preferencialmente em instituições públicas, podendo ser no formato de teses ou dissertações.

Outro critério definido foi a utilização das seguintes expressões chave de busca “Travesti no ensino superior”, “Travesti na universidade”, “Travestilidade no ensino superior”, “Travestilidade na universidade”, “Transexual no ensino superior”, “Transexual na universidade”, “Transexualidade no ensino superior” e “Transexualidade na universidade”. Foi pensado também nas seguintes palavras-chave “Travesti”, “Travestilidade”, “transexual” e “Transexualidade”, para as bases que não permitissem a busca pelas expressões. Esses termos também foram pensados por remeterem ao tema da pesquisa.

Como último critério, foi delimitado o período entre 2015 e 2020 para ocorrência das publicações, na tentativa de trazer o que há de mais atual produzido no meio acadêmico e por também ter ocorrido neste período importantes ações para ampliação de direitos para as pessoas travestis e trans.

Podemos citar dois marcos desse período que impactaram diretamente o tema pesquisado. O primeiro foi o Decreto Presidencial Nº 8.727/2016 que dispõe sobre o uso de nome social e o reconhecimento da expressão de gênero para travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal. Em razão deste, em 2017 o Ministério da Educação (MEC) e o Conselho Nacional de Educação (CNE), através da Resolução Nº 1 de 2018, definiu que os registros escolares fossem adequados com o uso do nome social para estudantes travestis e transexuais.

E o segundo foi o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) Nº 4.275/2018 pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que através deste permitiu que fosse realizada a alteração do nome e sexo nos registros civis para as travestis e

transexuais. Ambas as decisões se fizeram importantes neste período, pois ampliaram o direito e deram visibilidade às travestis e trans no ambiente educacional, tornando possível o uso do nome social no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e ao se matricular em instituições de Ensino Superior públicas e privadas.

Para salientar a importância destes dois processos trazemos um dado que foi apresentado no levantamento realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o qual nos informa que houve um aumento em 46% o número de travestis e transexuais que utilizaram o nome social no ENEM de 2016. Logo, após o decreto 408 pessoas travestis e trans recorreram ao direito de uso do nome social no ENEM de 2016, mesmo antes de vigorar a Resolução CNE Nº 1/2018. Contudo, a resolução possui caráter recomendatório e não tem força de lei, de maneira que não há punição ou sanção esclarecida para a instituição, diretor(a) ou professor(a) que decidir descumpri-la.

Desta forma, atendendo aos critérios estabelecidos, foram realizadas buscas junto as três bases. Os resultados foram apresentados em quadros, nos quais cada um refere-se a uma base. Abaixo de cada quadro trouxemos um resumo em relação ao processo de busca e, na sequência, um resumo dos trabalhos encontrados.

Nos quadros foram destacados os seguintes itens: título do trabalho, autoria, orientação, ano de defesa, instituição e o formato do trabalho. Acreditamos que esses itens possibilitarão a(o)s futura(o)s leitora(e)s perceberem quais a(o)s pesquisadora(e)s produziram sobre a temática, quais orientadora(e)s estiveram acompanhando estas pesquisas, quais as instituições e qual ano se teve mais produções.

Quadro 1 Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia

Título	Autor(a)	Orientador(a)	Defesa	Formato
1.Experiências de pessoas trans - ensino de biologia	Sandro Prado Santos	Elenita Pinheiro de Queiroz Silva	2018	Tese
2.Performance de gênero no feminino e no plural: travestilidade, violência e abjeção	Gabriela de Morais Santos	Raquel Discini de Campos	2016	Dissertação

Fonte: Repositório de teses e dissertações da UFU. Quadro organizado pela autora, 2021.

A busca no RI/UFU foi realizada em vinte e oito de janeiro de dois mil e vinte um e apresentou apenas dois resultados dentro dos critérios definidos. As dificuldades encontradas para este levantamento estiveram relacionadas com os filtros que a base oferece para refinar a busca.

O RI/UFU não possui filtros específicos para os critérios que foram definidos, além de não possibilitar o uso de recursos como busca avançada e utilizar mais de um filtro simultaneamente. Desta forma, foi necessário adaptar a busca dentro do que era permitido pela base.

Portanto, primeiramente é importante explicar como o RI/UFU é organizado. Sua divisão é por comunidades, sendo estas representadas pelas Unidades Acadêmicas, Institutos ou Faculdades, e cada comunidade é organizada por coleções que representa os cursos ofertados pelas unidades, sejam de graduação ou pós-graduação.

Posto isto, o primeiro passo foi o de selecionar a comunidade da Faculdade de Educação (FACED) e, em seguida selecionar a coleção teses. Refinamos a busca, inserindo uma palavra-chave por vez no campo buscar. O campo assunto foi escolhido como prioridade, pois entendemos que neste campo teríamos uma maior abrangência dos resultados. O mesmo processo foi realizado para busca das dissertações e repetido para cada palavra-chave. Como o RI/UFU não possui filtro temporal, essa separação foi realizada manualmente, após catalogar todos os resultados encontrados.

Abaixo apresentamos um breve resumo dos trabalhos encontrados:

O primeiro trabalho “Experiências de pessoas travestis e trans - ensino de biologia”, de autoria de Sandro Prado Santos, mapeou os encontros de pessoas travestis e trans com o ensino de biologia, e captou uma outra possibilidade para se ver e ensinar a disciplina. Discutiu sobre como o dimorfismo biológico não considera essas experiências, e naturaliza a divisão binária de gênero. Como resultado, cartografou como ocorre as fugas de pessoas travestis e trans no território do ensino de biologia, no qual as ressonâncias que transbordam o ensino de sexualidades, sexos, corpos e gêneros como fluxo do regime biológico, social, histórico e político, que desfaz a totalidade orgânica que encerra as subjetividades e experiências das pessoas.

O segundo trabalho “Performance de gênero no feminino e no plural: travestilidade, violência e abjeção”, de autoria de Gabriela de Moraes Santos, mapeou e analisou as produções científica produzidas sobre travestilidade. Investigou sobre performance de gênero em mulheres trans, por meio de pesquisa bibliográfica, discutiu sobre dados de violências por homofobia e demonstrou a importância de se falar sobre a causa LGBTQIA+ nas diversas instâncias. O produto foi um roteiro cênico denominado “Casa de Família”.

Quadro 2 Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

Título	Autor(a)	Orientador (a)	Ano defesa	Instituição	Formato
1.Cidadanias precárias: sujeitos trans e educação	Izaquel Machado Ribeiro	Jorge Luiz da Cunha	2019	Universidade Federal de Santa Maria - UFSM	Tese
2.Formação das pessoas transexuais na Universidade Federal de Sergipe: enfrentamento e resistência das normas de gênero no espaço acadêmico	Adriana Lohanna dos Santos	Alfrâncio Ferreira Dias	2018	Universidade Federal de Sergipe - UFSE	Dissertação
3.Histórias transcriadas: cuidado de si nas formas de (re)existir	Alexandre Ceconello Marinho	Áurea Maria Guimarães	2018	Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP	Dissertação
4.Será que temos mesmo direitos a universidade? O desafio do acesso e a permanência de pessoas transexuais no ensino superior	Fausto Delphino Scote	Marcos Roberto Vieira Garcia	2017	Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR	Dissertação
5.Sobre corpos insolentes: corpo trans, um ensaio estético da diferença sexual em educação	Silvane Lopes Chaves	Gilcilene Dias da Costa	2015	Universidade Federal do Pará - UFPA	Dissertação
6.As representações sociais de universitários de sexualidades LGBT sobre seus processos de escolarização e as implicações em seus	Francisco Ednardo Barroso Duarte	Ivany Pinto Nascimento	2015	Universidade Federal do Pará - UFPA	Tese

projetos de vida

Fonte: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Quadro organizado pela autora, 2021.

A busca na BDBTD foi realizada em vinte e nove de janeiro de dois mil e vinte um, apresentou seis resultados dentro dos critérios definidos. Esta base possui um sistema de busca um pouco mais sofisticado que a base anterior, o que possibilitou fazer uso da busca avançada e a utilização simultânea de filtros.

A BDBTD é organizada por categorias, tais como: instituições, dissertações, teses e documentos. Desta forma, a busca iniciou com a inserção da expressão chave no campo buscar, sendo inserida uma por vez. Foi possível refinar a busca por publicações de PPGED e utilizar o filtro temporal.

Abaixo apresentamos um breve resumo dos trabalhos:

O primeiro trabalho “Cidadanias precárias: sujeitos trans e educação” do autor Isaque Machado Ribeiro, buscou entender os processos de precarização e as possibilidades de resistência, a partir das narrativas autobiográficas de pessoas travestis e trans no Ensino Superior. Apresentou três eixos de análise: as trajetórias educacionais da(o)s estudantes; os espaços inabitáveis por esta(e)s; e as estratégias de sobrevivência.

Como resultado, apresentou que é necessário reconhecer os lugares de vulnerabilidade que há no processo educacional, pois estes desvelam os novos caminhos para se produzir um outro tipo de narrativa na educação, chamadas pelo autor de narrativas coabitadas. Para o autor pessoas travestis e trans podem colaborar com a educação a partir da potência de seus processos, assim como repensar novos currículos, a forma como se vem produzindo teorias e conceitos, e como a prática docente tem se pautado nas epistemologias dominantes.

O segundo trabalho “Formação das pessoas travestis e transexuais na Universidade Federal do Sergipe: enfrentamento e resistências das normas de gênero no espaço acadêmico” da autora Adriana Lohanna dos Santos, buscou analisar o processo de formação e permanência das pessoas travestis e trans na UFSE. Refletiu sobre as trajetórias de vida e as estratégias de enfrentamento e resistências adotadas por esta(e)s estudantes.

Os principais resultados da pesquisa foram: localizou e apresentou quem são a(o)s estudantes travestis e trans que estão na UFSE; as trajetórias formativas desta(e)s; como se deu a reflexão sobre a expressão de gênero no espaço universitário e como foi a experiência enquanto pessoa travestis e trans no cotidiano acadêmico. Por fim, ressaltou que a presença destes corpos no meio acadêmico possibilitou o surgimento de coletivos que contribuiram para socialização dos saberes travestis e trans, e que estes colaboraram e colaboram para reflexão da necessidade de se desfazer das ideias preconcebidas sobre corpo, gênero e sexualidade.

O terceiro trabalho “Histórias trans-criadas: cuidado de si nas formas de (re)existir” do autor Alexandre Ceconello Marinho, buscou explorar como ocorre os processos de subjetivação que dão sentidos às trajetórias de pessoas travestis e trans. Recorreu a história oral, através das narrativas desta(e)s, buscando tensionar os discursos que naturalizam a identidade e patologizam um sofrimento que provém das relações estabelecidas com a norma e cultura.

Como resultado, compreendeu que as experiências, as singularidades e as práticas reiteram ou resistem às normas existentes, que é traduzido na forma como estas pessoas utilizam as estratégias de existência, sobrevivência e cuidados de si.

O quarto trabalho “Será que temos mesmo direitos a universidade? O desafio do acesso e a permanência de pessoas travestis e transexuais no ensino superior” do autor Fausto Delphino Scote. Este trabalho possui embargo de acesso inserido pelo autor, por motivo de direitos autorais. Assim, recorreremos ao resumo disponibilizado na base para compreendermos a pesquisa realizada.

A pesquisa analisou as dificuldades de acesso e permanência da população travesti e trans no Ensino Superior. Nessa etapa o autor considerou estudantes de instituições públicas e particulares e recorreu a entrevistas como instrumento de geração de dados. Apresentou como resultado pontos positivos e negativos, como positivo ressaltou que as ações requeridas pelo movimento LGBTQIA⁺ junto ao poder público foi um facilitador que permitiu o acesso de muita(o)s estudantes travestis e trans ao Ensino Superior. A exemplo, citou o uso do nome social na aplicação do ENEM, implementação das cotas raciais e de baixa renda e Programa Universidade para Todos (PROUNI). Ressaltou que projetos sociais com oferta de cursinho preparatórios

específicos para pessoas travestis e trans também foi um grande facilitador para o acesso.

Já como pontos negativos trouxe a questão da permanência no Ensino Superior, como a dificuldade em arcar com as mensalidades, a utilização de banheiros com o seu gênero de identificação, o não acesso às bolsas de assistência estudantil e, por fim, o despreparo/desrespeito e não tratamento adequado por parte do corpo técnico, docente e discentes das instituições pesquisadas.

O quinto trabalho “Sobre corpos insolentes: corpo trans, um ensaio estético da diferença sexual em educação” da autora Silvane Lopes Chaves, objetivou discutir a noção de diferença sexual como dimensão fronteira e indeterminada da sexualidade. Assim, problematizou o paradigma da inclusão da diversidade como suposto acolhimento das diferenças no campo da Educação. A autora analisou como os diversos olhares que se constituíram historicamente sobre o corpo, produziram deslocamentos discursivos sobre o pensar a relação corpo e diferença sexual.

Concluiu que a estética travestis e trans nesse panorama é vista como liberdade, fazendo do corpo um espaço político, de luta, de resistência e de arte-transgressão, e exige da Educação um tratamento ético para se tornar verdadeiramente um espaço de promoção das múltiplas diferenças e diversidades.

O sexto trabalho “As representações sociais de universitários de sexualidades LGBT sobre seus processos de escolarização e as implicações em seus projetos de vida” do autor Francisco Ednardo Barroso Duarte, discutiu e analisou as representações sociais de universitária(o)s LGBTQIA⁺ em seus processos de escolarização, e as implicações deste percurso em suas vidas.

Apresentou como resultado que há consensos e partilhas sobre as imagens e os sentidos atribuídos à escola e a sexualidade para estas pessoas, pois esta(e)s buscaram na escolarização uma forma de legitimação e empoderamento como compensação dos enfrentamentos, que impactaram em seus projetos de vida.

Quadro 3 Catálogo de Teses e Dissertações da Capes

Título	Autor (a)	Orientador (a)	Ano defesa	Programa	Formato
1.O dispositivo	Amilton	Fernando	2019	Universidad	Tese

bicha: gênero e sexualidade como técnicas de controle prisional	Gustavo da Silva Passos	Seffner		e Federal do Rio Grande do Sul - UFRG	
2.A produção da criança trans nas reportagens digitais: um olhar para os espaços educativos família e escola	Ariane Pickersgill Arana	Joanalira Corpes Magalhaes	2018	Universidad e Federal do Rio Grande - FURG	Dissertação
3.Possibilidades de acesso à educação superior: a experiência do transenem porto alegre	Cintia Itaquí	Denise Macedo Ziliotto	2018	Universidad e La Salle - LaSalle	Dissertação
4.Infâncias trans: a emergência de uma narrativa social em (con)textos midiáticos e suas inter-relações com a educação	Melanie Laura Mariano da Penha Silva	Anna Luiza Araujo Ramos Martins de Oliveira	2018	Universidad e Federal do Pernambuco - UFPE	Dissertação
5.(Des)pregamentos e táticas nos cotidianos narrados por travestis: desalojamentos nos espaços prisionais como modos de (r)existências	Rodrigo Pedro Casteleira	Eliane Rose Maio	2018	Universidad e Estadual de Maringá - UEM	Tese
6.As trajetórias de “jovens trans” na fronteira Brasil/Bolívia: (in)visibilidade nas escolas públicas de Corumbá (MS)	Sanderson Fardim Fernandes	Tiago Duque	2018	Universidad e Federal do Rio Grande do Norte - UFRN	Dissertação
7.Gênero politizado - narrativas de transhomens em vídeos do youtube	Sheila Beatriz Ost	Luiz Felipe Zago	2018	Universidad e Luterana do Brasil - ULBRA	Dissertação
8.Um corpo potente fazendo das dores possibilidades de asas: transformando modos de educar e de resistência na universidade	Valdenia Pinto de Sampaio Araujo	Shara Jane Holanda Costa Adad	2018	Universidad e Federal do Piauí - UFPI	Tese
9.Sobre corpos que “não podem” aparecer: memórias de escola nas	Bruno do Prado Alexandre	Raquel Goncalves Salgado	2017	Universidad e Federal do Mato Grosso -	Dissertação

narrativas de pessoas travestis				UFMT	
10.Docências trans: entre a decência e a abjeção	Dayana Brunetto Carlin dos Santos	Maria Rita de Assis Cesar	2017	Universidade Federal do Paraná - UFPR	Tese
11.Socialização, diferença e destino: a experiência trans	Hugo Leonnardo Cassimiro	Anita Cristina Azevedo Resende	2017	Universidade Federal do Goiás - UFG	Tese
12.Transmulheres e sua relação com a família: desafios durante o processo de transexualização	Joelci Cristina Melo Vargas	Mareli Eliane Graupe	2017	Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC	Dissertação
13.Choque de monstros: corpo, identidade e visualidade na escola.	Pâmela Souza da Silva	Aldo Victorio Filho	2017	Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UFRJ	Dissertação
14.Pedagogias de gênero em narrativas sobre transmasculinidades	Renata Silva Pamplona	Nilson Fernandes Dinis	2017	Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR	Tese
15.Transexual, transversal, transgressão: o que dizem docentes sobre pessoas trans na escola.	Cristiano da Silva Brasil de Moraes	Libania Nacif Xavier	2016	Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ	Dissertação
16.Educação bicha	Jesio Zamboni	Maria Elizabeth Barros de Barros	2016	Universidade Federal do Espírito Santo - UFES	Tese
17.A política educacional brasileira em interface com a diversidade sexual no período de 2003 a 2014	Jose Antônio Correia de Souza	Fausto dos Santos Amaral Filho	2016	Universidade e Tuiuti do Paraná - UTP	Dissertação
18.Entre ocós, truques e atraques: a produção de confetos sobre as experiências de educadoras trans do projeto trans formação	Lucivando Ribeiro Martins	Shara Jane Holanda Costa Adad	2016	Universidade Federal do Piauí - UFPI	Dissertação
19.(Trans) pensando a educação social: os sentidos de ser	Rodrigo Bravin	Hiran Pinel	2016	Universidade Federal do Espírito	Dissertação

(trans) educadora social				Santo - UFES	
20. “É friboi!”: discutindo gênero e sexualidade no ensino médio a partir do pânico na band	Aline Maria Ulrich Bloedow	Bianca Salazar Guizzo	2015	Universidade e Luterana do Brasil - ULBRA	Dissertação

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da Capes. Quadro organizado pela autora, 2021.

A busca no Catálogo da CAPES foi realizada no dia primeiro de fevereiro de dois mil e vinte e um e apresentou vinte resultados dentro dos critérios definidos. A base possui um sistema de busca similar ao da base anterior, o que facilitou o processo de busca.

O primeiro passo foi o inserir a palavras-chave no campo buscar, sendo colocada uma palavra por vez. Em seguida foi escolhido os filtros para refinamento, utilizamos os seguintes filtros: trabalhos produzidos em PPGD e publicados entre 2015 e 2019. Aqui é importante ressaltar que não havia filtro para busca das produções de 2020.

Abaixo apresentamos um breve resumo dos trabalhos:

O primeiro trabalho “O dispositivo bicha: gênero e sexualidade como técnicas de controle prisional” do autor Amilton Gustavo da Silva Passos, partiu da análise das narrativas produzidas por travestis, mulheres transexuais, gays e seus maridos na prisão masculina de Porto Alegre. Analisou também as narrativas dos responsáveis pela administração da unidade prisional e os registros de cenas vividas no dia a dia da prisão. A discussão baseou-se em como gênero e sexualidade foram operacionalizados na formação de um amplo e complexo sistema de controle, possuindo elementos discursivos, práticas e relações de poder sobre os corpos.

Como conclusão, apresentou que a configuração interna da prisão e seu método particular de regulação, individual e populacional é desenhada a partir das especificidades de sua população carcerária, marcadas pelo binarismo de gênero. O autor afirmou que a compulsoriedade, ou seja, a manutenção das encarceradas em prisões masculinas, só acarreta a reiteração do autoritarismo que é uma marca das unidades prisionais. Para solucionar o problema, ao invés de debater quem tem mais

razão ou argumentos mais coerente, o sistema ou as encarceradas, a resposta estaria em realizar uma consulta individual para entender as situações pontualmente. Assim, as travestis e as mulheres trans poderiam escolher o melhor local para cumprirem sua pena, seja este na prisão masculina ou feminina, já que serão essa(e)s que sofrerão com os efeitos desta mudança.

O segundo trabalho “A produção da criança trans nas reportagens digitais: um olhar para os espaços educativos família e escola” da autora Ariane Pickersgill Arana, investigou reportagens no meio digital sobre crianças trans, tendo como enfoque os espaços educativos da família e da escola. Fundamentou sua base teórica nos Estudos Culturais e nos Estudos de Gênero, ambos nas vertentes do pós-estruturalistas.

Concluiu que é possível perceber o quanto as reportagens ensinam a(o)s leitora(e)s a produzirem modos de pensar e perceberem o que é ser uma criança trans. Não só o modo como são construídos alguns significados sobre a transexualidade infantil que acaba por determinar normas e subjetividades na formação e construção social, assim como perceber e lidar com a criança trans nos espaços educativos, seja na família ou na escola.

O terceiro trabalho “Possibilidades de acesso à educação superior: a experiência do transENEM Porto Alegre” da autora Cintia Itaquí, analisou a experiência do curso transENEM Porto Alegre. Descreveu em sua pesquisa a trajetória histórica, a estrutura, a dinâmica de funcionamento e a efetividade enquanto espaço de educação não formal para acesso ao Ensino Superior. Como método de investigação optou por uma abordagem qualitativo e descritiva, com tipo de pesquisa estudo de caso, tendo como instrumentos de geração de dados a entrevistas, documentos institucionais, postagens do coletivo dentre outros.

Como resultado apresentou que o curso contribuiu para o acesso de aluna(o)s participantes em instituições de Ensino Superior. Mas, ressaltou que há a necessidade de acompanhar a(o)s estudantes LGBTQIA⁺ para finalizarem o Ensino Fundamental e Médio, proporcionando-lhes um ambiente acolhedor com uma rede de apoio pedagógico, psicológico e social.

O quarto trabalho “Infâncias trans: a emergência de uma narrativa social em (con)textos midiáticos e suas inter-relações com a educação” da autora Melanie Laura Mariano da Penha Silva, examinou os caminhos da emergência de narrativas sociais sobre “infâncias trans”, em matérias jornalísticas digitais e na série “Quem sou eu?” produzida pelo programa “Fantástico”. Teve como base teórico-metodológica a Teoria Política dos Discursos, a Teoria Pós-estruturalista de Gênero e a Teoria dos Estudos Culturais da Mídia.

Concluiu que há construções discursivas sobre infância e transexualidade sendo revisitadas e que produzem uma nova categoria de infâncias trans, fixando as pessoas que são pertencentes a ela. Por fim, revelou que os discursos perpassam pela validação de aparatos médicos, familiares e jurídicos, que tensionam a estrutura discursiva cisnormativa, a fim de legitimarem estas identidades marginalizadas.

O quinto trabalho “(Des)pregamentos e táticas nos cotidianos narrados por travestis: desalojamentos nos espaços prisionais como modos de (r)existências” do autor Rodrigo Pedro Casteleira, analisou a narrativa de quatro travestis que passaram pelo sistema prisional em momentos distintos. A discussão foi em torno das formas de resistências criadas por estas travestis.

Apresentou em sua conclusão a categoria monstro, criada pela educação hegemônica. Essa categoria define que os corpos que fogem dos padrões normativos, geram medos, seja por subverter as questões de gênero, seja por transgredirem o aparato jurídico. Nesse caso as travestis são vistas duplamente monstras, por serem travestis e presidiárias. As táticas elaboradas pelas travestis narram uma educação de si escapadiças, articuladas e resistentes, com atravessamentos também não pensáveis. A noção de afeto que provém de onde e de quem não se espera, que também se revelou como uma tática de desalojamento não esperado das masculinidades hegemônicas.

O sexto trabalho “As trajetórias de “jovens trans” na fronteira Brasil/Bolívia: (in)visibilidade nas escolas públicas de Corumbá (MS)” do autor Sanderson Fardim Fernandes, também possui embargo de acesso por motivo de direitos autorais, recorreremos ao resumo disponibilizado pela base para analisá-lo. A pesquisa analisou a trajetória escolar de jovens trans em suas participações nos ensaios e apresentações das bandas de fanfarras e festas juninas. A pessoas participantes da pesquisa, se

identificaram como gays, efeminadas, travestis, mulheres transexuais e bichas, com faixa etária entre 18 e 29 anos e moradora(s) do município de Corumbá (MS).

A conclusão apresentada é a de que essa(s) jovens possuem trajetórias escolares marcadas por experiências de visibilidade e invisibilidade, de reconhecimento e não reconhecimento de suas identidades sexuais e expressões de gênero. Suas histórias escolares foram marcadas por momentos de resistências contra o preconceito que suas identidades condicionavam, e pela participação nas atividades das bandas de fanfarras e festas juninas., que foram para muita(o)s um caminho para a inserção no mundo do trabalho, para conquista de autonomia financeira, já que muitas famílias não tiveram aceitação com seus processos identitários.

O sétimo trabalho “Gênero politizado - narrativas de trans homens em vídeos do Youtube” da autora Sheila Beatriz Ost, analisou homens trans por meio de suas histórias de vida narradas em vídeo do canal do Youtube. Foi possível perceber os processos de deslocamento de um gênero para outro, compreendendo como se dá a constituição de corpos masculinos e de suas masculinidades. Os caminhos teóricos percorridos perpassaram pela perspectiva Teórica dos Corpos e Gêneros como construção social e histórica, adentrou na questão da saúde pública voltada para pessoas travestis e trans, que ultrapassam o processo de patologização e caminham para o processo de politização.

Apresentou como conclusão a afirmação de que os homens trans participantes da pesquisa, a partir das diversas pedagogias de gênero que atravessaram suas vidas, tiveram uma aceitação de seu gênero e construíram corpos masculinos e masculinidades de forma particular, sem se submeterem às matrizes heteronormativa e binária de gênero.

O oitavo trabalho “Um corpo potente fazendo das dores possibilidades de asas: transformando modos de educar e de resistência na universidade” da autora Valdenia Pinto de Sampaio Araújo, também possui embargo de acesso da autora, recorreremos ao resumo disponibilizado pela base para analisá-lo.

A pesquisa objetivou analisar os processos de aprendizagem de estudantes travestis e trans da Universidade Federal do Piauí (UFPI), com foco em suas práticas de

resistências e condescendências. Fundamentou o aporte teórico nos Estudos de Gêneros e Sexualidades e nos processos identitários e teve como metodologia a pesquisa qualitativa com narrativa cartográfica, utilizou instrumentos tais como entrevistas, observação participante, levantamentos estatísticos, entre outros.

Apresentou como resultado, a confirmação da tese de que nos processos educacionais torna-se necessário a reinvenção das instituições educacionais. É necessário que haja mudanças nas ações da(o)s docentes, nos currículos dos programas, nas ações acadêmicas e em todas as dinâmicas que permeiam o espaço educacional e práticas educativas, em especial a Universidade. Entende-se que assim essas pessoas não poderão mais ser alijados do processo escolar.

O nono trabalho “Sobre corpos que “não podem” aparecer: memórias de escola nas narrativas de pessoas travestis” do autor Bruno do Prado Alexandre, buscou através das memórias das travestis, identificar como suas experiências escolares significaram e ressignificaram suas relações com o corpo, o gênero e a sexualidade. Ancorou a pesquisa nos Estudos de Gênero e Pós-feministas, utilizou de uma abordagem qualitativa e recorreu a entrevista como instrumento de geração de dados.

Concluiu que partir das narrativas apresentadas, os discursos institucionais dos espaços escolares são permeados por distintos mecanismos de segregação e normatização dos corpos, conferindo outros sentidos às alterações subjetivas vivenciadas pelas travestis. Entendeu que há nesse ambiente tensões e contradições, de um lado uma moralidade aprisionadora e de outro pessoas que gritam contra essas mordidas. As vozes destas pessoas ecoam no interior da escola, na busca por mudanças que sejam significativas para o currículo, prática docente e escolar como um todo.

O décimo trabalho “Docências trans: entre a decência e a abjeção” da autora Dayana Brunetto Carlin dos Santos, possui embargo de acesso, assim recorreremos ao resumo disponibilizado pela base para analisá-lo. A pesquisa observou o processo de hierarquização que há entre corpos e práticas docentes, no qual professoras da educação básica se assumem transexuais e uma vez que a identificação como travesti é interdito nesse espaço.

A partir das narrativas, traçou um mapa estático da docência trans que possui fronteiras fixas e bem traçadas sob regimes de saber-poder-verdade que governam as normas regulatórias de gênero, sexualidade e raça, tanto para corpos trans quanto para cis. Concluiu que há elementos que constituíram os espaços permitidos e os interditos para certas identidades, principalmente na docência, e que qualquer generalização a respeito das experiências de docentes trans não é recomendável por ser perigosa.

O décimo primeiro trabalho “Socialização, diferença e destino: a experiência trans” do autor Hugo Leonnardo Cassimiro, possui embargo de acesso, recorremos ao resumo disponibilizado pela base para analisá-lo. A pesquisa investigou como os processos educativos e de regulação social relacionados a diferença sexual, implicaram as experiências de vida de pessoas travestis e trans. Através de entrevista com pessoas travestis e trans identificou os processos de socialização com a família, com a escola e com os grupos os quais pertencem, e como estes tentam de alguma forma transformar suas identidades a fim de trazê-las para o padrão hetero/cis/normativo.

Conclui que há uma tentativa de regulação dos corpos das pessoas travestis e trans, muitas vezes marcado pelo preconceito e violência. Esta regulação possui elementos e força que a(o)s envolvida(o)s por vezes não tem controle, pois está vinculada a modelos historicamente e culturalmente constituídos na sociedade.

O décimo segundo trabalho “Transmulheres e sua relação com a família: desafios durante o processo de transexualização” da autora Joelci Cristina Melo Vargas, abordou como se dá a relação entre mulheres trans e suas famílias, no percorrer do processo de transexualização. Ancorou sua base teórica no Pós-estruturalismo, Estudos feminista e de Gênero e Sexualidade e optou por uma abordagem qualitativa e entrevista para geração de dados.

Como conclusão revelou que o tema “transexualidade” deve ser discutido na escola, na comunidade, nos meios de comunicação, nas universidades e, principalmente, nos cursos ligados à área da Saúde e Educação, para que haja a redução das violências contra essas pessoas, que já sofrem nas várias instâncias de suas vidas. Ressaltou que se deve investir na formação de profissionais da Educação e da Saúde e no desenvolvimento de políticas públicas para contribuir na garantia de direitos e na

construção da cultura do respeito à diversidade, principalmente para com as pessoas travestis e trans.

O décimo terceiro trabalho “Choque de Monstros: Corpo, identidade e visualidade na escola” da autora Pâmela Souza da Silva, possui embargo de acesso, recorreremos ao resumo disponibilizado pela base para analisá-lo. A pesquisa demonstrou a(o)s discentes oferecem aos docentes problematizações muito mais eficazes que os recursos didáticos disponíveis no ambiente escolar. Apontou que na escola há o encontro da corporeidade juvenil com suas múltiplas diferenças e diversidades, as novas gerações trazem inquietações e pautas que chocam com os manuais da normalidade seguidos pela(o)s docentes. Assim, a pesquisa se baseou no campo da cartografia, tendo os encontros da professora pesquisadora com aluna(o)s.

Concluiu que os encontros entre discentes e docentes, não tem sido aproveitado de forma concreta, nem para beneficiar a(o)s estudantes em suas questões, nem para que ocorra as reformulações necessárias para atuação docente e as mudanças dos currículos que a escola tanto precisa. Entendeu que esse encontro que ocorre na escola, não pode ser reproduzido em nenhum outro ambiente, por este motivo deve ser mais bem aproveitado.

O décimo quarto trabalho “Pedagogias de gênero em narrativas sobre transmasculinidades” da autora Renata Silva Pamplona, possui embargo de acesso da autora, recorreremos ao resumo disponibilizado pela base para analisá-lo. A pesquisa analisou os aspectos da transmasculinidades a partir de relatos autobiográficos de quatro trans homens brasileiros. Descreveu como esses têm arquitetado possíveis ferramentas para enfrentar a matriz hegemônica das masculinidades.

Toda a pesquisa foi apoiada em conceitos dos Estudos Pós-estruturalistas e dos Estudos Queer e Feministas. Como conclusão apresentou que há múltiplas possibilidades de vivenciar as masculinidades, com risco de assujeitamento e abjeção, principalmente quando se vive na fronteira da dicotomia dos gêneros. Mas, há também a possibilidades de encenação do sistema heterocentrado, demonstrando que o processo de desconstrução da masculinidade hegemônica é uma tarefa contínua.

O décimo quinto trabalho “Transexual, transversal, transgressão: o que dizem docentes sobre pessoas trans na escola” do autor Cristiano da Silva Brasil, focou nas relações entre docentes com discentes travestis e trans. Teve como base a História da Educação, a História Oral e os Estudos Queer, optando por uma abordagem qualitativa. Como desafio de pesquisa, elencou que os atravessamentos que afetam professora(e)s em sua prática pedagógica, em sua formação em direitos humanos e em seu conhecimento sobre gênero e sexualidade que transbordam as fronteiras da “normalidade”.

Concluiu que as experiências colhidas, são apenas contribuições para um oceano de vivências múltiplas e distintas do que é ser professor(a) de um(a) estudante travestis e trans. Assim, a leitura da pesquisa deve servir para que a(o)s leitora(e)s ressignifiquem suas vivências e experiências como educadora(e)s.

O décimo sexto trabalho “Educação Bicha” do autor Jesio Zamboni, que também possui embargo de acesso, recorreremos ao resumo disponibilizado na base para analisá-lo. A pesquisa propôs fazer uma série de breves ensaios que objetivaram construir a bicha como uma personagem conceitual e propor uma educação bicha. Todo o trabalho se movimentou no sentido de fazer a bicha escapar da lógica identitária da representação hegemônica dos movimentos de diversidade sexual. A conclusão da pesquisa é um pequeno conjunto de narrativas que problematizam as práticas educacionais a partir da personagem bicha.

O décimo sétimo trabalho “A política educacional brasileira em interface com a diversidade sexual no período de 2003 a 2014” do autor Jose Antônio Correia de Souza, buscou estudar e compreender a trajetória das políticas públicas voltadas para a diversidade sexual e de gênero no âmbito da Educação, tendo um recorte temporal de 2003 a 2014. A abordagem escolhida foi a qualitativa e técnica de Análise De Conteúdo para exploração dos dados gerados. A base epistemológica foi nos Estudos Queer e na visão foucaultiana.

Concluiu que houve uma interligação entre Estado e os movimentos sociais LGBTQIA⁺ na construção das políticas públicas voltadas para diversidade sexual e de gênero, o que implicou inclusive nas relações intrincadas e as vezes aparentemente contraditórias de poder nesta interligação. Foi possível perceber também que há uma

compreensão essencialista de identidades, o que leva à hierarquização de corpos nos documentos voltados para a Educação e na fala da(o)s participantes, sendo notável a homofobia em todo processo.

O décimo oitavo trabalho “Entre ocós, truques e atraques: a produção de confetos sobre as experiências de educadoras trans do projeto trans forma ação” do autor Lucivando Ribeiro Martins, também com embargo de acesso do autor, recorremos ao resumo disponibilizado na base para analisá-lo. A pesquisa analisou o pensamento de educadoras trans que estão inseridas no projeto TRANS FORMA AÇÃO. Para isso recorreu aos relatos das educadoras sobre suas experiências educativas e apresentou algumas questões, como: quais conceitos e problemas mobilizam as educadoras Trans sobre suas experiências educativas nesse projeto? Que outras formas de pensar os processos sexo políticos Trans essa educação promove? Que disparadores educativos são criados pelas educadoras no projeto? Quais os saberes elaboram sobre suas experiências enquanto educadoras Trans?

Como resultado apresentou que as diferenças, as multiplicidades agenciadas pelas educadoras trans em suas experiências educativas são problematizadas frente à ótica hegemônica e heteronormativa. Ressaltou que as educadoras em seus saberes e experiências educativas, atuam como disparadoras/agenciadoras que mobilizam o pensar em outros modos de educar na contemporaneidade, inserindo um aprendizado para/com/pelas diferenças.

O décimo nono trabalho “(Trans) pensando a educação social: os sentidos de ser (trans) educadora social” do autor Rodrigo Bravin, buscou descrever os sentidos de ser (trans) educadora social. Considerou que a educação ocorre de diversas e variadas formas, e que a população excluída pode encontrar nos diversos espaços da escola, formas, práticas e ações que contribuem para o enfrentamento das desigualdades que lhe são impostas.

Para o autor ser trans educadora social está intimamente ligado ao compromisso com a dignidade de seus pares, que de alguma forma também experienciaram a exclusão. Entende também, que ser uma trans educadora social está ligado a necessidade de se produzir pedagogias do aprender com as cicatrizes das

travestis mais experientes, na produção do corpo e na construção propostas e projetos que levem cidadania e dignidade para essa população.

Conclui que ser trans educadora social é estar envolvida no ato de resistir à desumanização que é promovida na sociedade, seja pelas drogas, pela prostituição, pelas relações com aliciadores e cafetões. E, principalmente, por um modelo educacional que não aceita as diferenças e impõe a evasão. É necessário construir uma educação no “chão da rua” adaptada à realidade vivida pela população, transformando as rebeldias cotidianas em ações revolucionárias.

O vigésimo trabalho “É friboi!”: discutindo gênero e sexualidade no ensino médio a partir do pânico na band” da autora Aline Maria Ulrich Bloedow, baseou na problematização junto a um grupo de jovens de 16 e 18 anos, estudantes do terceiro ano do Ensino Médio de uma escola pública de Montenegro/RS. Analisou as representações de gênero e sexualidade veiculadas pelo programa televisivo humorístico de canal aberto Pânico na Band, e considerou que o programa tem uma Pedagogia Cultural própria que atua com uma ação educativa, e de entretenimento junto público jovem. Teve como aporte teórico os Estudos Culturais e os Estudos de Gênero ligados ao Pós-estruturalismo.

Como conclusão apresentou que muitos dos sentidos veiculados no programa a respeito de gênero e sexualidade fazem parte do conhecimento dos jovens, ficando evidente o uso desta linguagem como exercício de poder, por reconhecerem que existem identidades de gênero e sexuais prestigiadas em detrimento de outras.

Todos os trabalhos localizados possuem diálogo com a pesquisa desenvolvida, apresentam perspectivas, objetivos, sujeita(o)s, loco e procedimentos metodológicos e analíticos similares. A exemplo, temos a base epistemológica utilizada por muitos destes trabalhos, apoiada nos estudos Pós-críticos, Pós-estruturalista, Pós-feminismo e da Teoria Queer para fundamentar a base conceitual e teórica.

Outra similaridade é em relação ao ambiente educacional como loco da pesquisa e a inserção das pessoas que fazem parte da comunidade LGBTQIA+ neste espaço. A proposta metodológica também pode ser incluída, já que recorreram a

abordagem qualitativa e ao uso de instrumentos de geração de dados, como questionário e entrevista.

Observar a presença de aportes teóricos e metodológicos que se repetem nesses outros trabalhos revelam também que existem perspectivas que produzem verdades que condizem com os respectivos modos de vida das pessoas travestis e trans. Através deste levantamento foi possível mapear o que já foi produzido pela academia sobre a temática, e nos ajudou a perceber que a pesquisa desenvolvida representou um avanço para o PPGED da UFU, mas não só para a universidade, assim como para toda a comunidade acadêmica e a sociedade civil que se beneficiará destes resultados.

Há possibilidades e necessidade de se ampliar as pesquisas sobre a temática dentro do campo dos Estudos de Gênero e da área da Educação, já que pessoas travestis e trans estão cada vez mais presentes nas universidades, sejam para desenvolver suas pesquisas, seja para colaborar com pesquisas em relação ao tema. As discussões sobre gênero, sexualidade, transexualidade, LGBTQIA⁺ fobia são responsáveis por embasar as discussões, e nos remete a necessidade urgente de se revisar e ampliar as políticas sociais e institucionais voltadas para pessoas LGBTQIA⁺, principalmente no que se refere a presença de pessoas travestis e trans no Ensino Superior público.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 6º, garante a todo cidadão “direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. Portanto, entendemos que as políticas sociais e institucionais voltadas para acesso e permeância de pessoas travestis e trans são parte fundamental para o processo de garantia de direitos, de respeito, de cidadania, de inclusão e ascensão social e profissional.

Por fim, fazer esse levantamento revela o pacto coletivo entre pesquisadora(e)s que procuram produzir verdades a fim de não só elucidar os modos de vida de pessoas travestis e trans, como também proporcionar dados a partir dos quais se pode desenvolver políticas públicas no entorno da acessibilidade dessas pessoas a ambientes de formação escolar e profissional.

Se por um lado, esse levantamento revela série de violências, não só simbólicas que estas pessoas estão assujeitadas, reforçando o que o Dossiê de assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020 (BENEVIDES, NOGUEIRA, 2021) apresenta. Por outro, mostram a eficiência que algumas políticas públicas apresentam no processo de inclusão social destas pessoas, além de desmistificar a percepção e criar formas de se olhar para conceitos que antes eram tidos como absolutos.

2.2. TRANScender: Oportunidades de avanços em pesquisas na área da Educação, no campo dos estudos de Gênero, sobre travestilidades e transexualidades e o Ensino Superior

A partir dos dados gerados no levantamento realizado, uma série de possibilidades e avanços para futuras pesquisas na área da Educação, no campo de Estudo de Gênero foram percebidos. O que oportuniza a(o)s futura(o)s pesquisadora(e)s terem um direcionamento sobre o que ainda não foi discutido, e assim produzirem pesquisas que sejam inéditas e que contribuam e agreguem ao que já foi publicado.

Quadro 4 Síntese dos Trabalhos do Levantamento

Região	Instituição	Publicações	Ano de produção	Programa	Tipo
Norte	UFPA	1	2015	Doutorado	PÚBLICA
		1		Mestrado	
Centro-oeste	UFG	1	2017	Doutorado	
		1	2017	Mestrado	
Nordeste	UFRN	2	2018	Doutorado	
		1	2018	Mestrado	
	UFPI	1	2016	Mestrado	
		1	2018	Doutorado	
	UFSE	1	2018	Mestrado	
Sudeste	UFU	1	2016	Mestrado	
		1	2018	Doutorado	
	UFRJ	2	2016	Mestrado	
		2017			
	UNICAMP	1	2018	Mestrado	
	UFSCAR	1	2017	Doutorado	
1		Mestrado			
UFES	1	2016	Mestrado		
	1		Tese		
Sul	UFRS	1	2018	Mestrado	
			2019	Doutorado	
	UFPR	1	2017	Doutorado	
	UEM	1	2018	Doutorado	
UFSCAR	1	2019	Doutorado		

	La Salle	1	2018	Mestrado	PRIVADA
	UNIPLAC	1	2017	Mestrado	
	UTP	1	2016	Mestrado	
	ULBRA	2	2015 2018	Mestrado	

Fonte: Bancos de teses e dissertações. Organização da tabela pela própria autora, 2021.

Iniciamos a análise relacionando as regiões do país que mais têm PPGED produzindo sobre a temática. O Brasil conta com sessenta e nove IES Federais, entre Universidades e Institutos (MEC, 2019), estando distribuídas da seguinte forma: onze na região Sul; dezenove no Sudeste; oito no Centro-oeste; vinte no Nordeste; e onze no Norte. A partir do quadro podemos inferir que as regiões Sul e Sudeste foram as que mais tiveram IES públicas e privadas com PPGED publicando. Juntas, estas duas regiões, apresentaram dezoito publicações, enquanto as outras três regiões (norte, nordeste e centro-oeste) apresentaram apenas dez publicações.

Abrimos aqui algumas possibilidades de investigação, como: por qual motivo há disparidade nas publicações entre as regiões? quais os motivos que levam certas regiões a terem maior interesse pela temática do que outras? Qual o diferencial dos Programas de Pós-graduação em Educação que mais tem produzido? Qual a relevância social as produções têm levado para estas universidades? Os programas de pós-graduação que produzem sobre corpos LGBTQIA⁺ estão localizados em IES que possuem políticas institucionais para pessoas travestis e trans?

Ainda de acordo com o quadro, um outro campo de análise é sobre o crescente interesse dos PPGED em produzir e publicar sobre a temática. No ano de 2015 é possível observar três publicações e em 2018 um aumento de quase 400%, com onze publicações. Na década de 1990, as experiências de vida de pessoas travestis e trans passaram a ser temas de pesquisas acadêmicas com mais frequência, nas áreas da Saúde e do Direito. Estes estudos que tematizaram gênero e sexualidade, foram responsáveis pelo aumento substancial das pesquisas a partir dos anos 2000, junto a área da Educação.

Essa evolução demonstra o alcance, a importância e relevância que as discussões vêm tomando dentro da Educação ao longo das últimas duas décadas. Aqui abre-se uma possibilidade de se investigar as seguintes questões: qual o motivo que tem levado a pesquisadora(e)s a se interessar pela temática? Quais linhas de pesquisa tem

oportunizado o desenvolvimento destas pesquisas? Quem são as pessoas que tem pesquisado, cis ou trans?

É possível fazer mais uma série de outras inferências em relação a este levantamento, como por exemplo: a(o)s autora(e)s das produções são pessoas trans ou cis? a(o)s orientadora(e)s são pessoas trans ou cis? Se a(o)s autor(a)s ou orientadora(e)s fossem pessoas trans, poderiam ter provocado em suas pesquisas outros olhares e apresentado resultados diferentes? Quais outras áreas do conhecimento têm debatido sobre essa temática? Quais avanços podemos notar a partir das pesquisas realizadas?

Por não se tratar do objetivo desta pesquisa responder estas questões, as deixamos para reflexão sobre a presença de pessoas travestis e trans nesses ambientes de produção de saber.

Cegueira de amor

*A noite chega em mim
A noite chega pra mim
A noite me faz sentir
Que tudo está perto do fim
O fim não é de ninguém
O fim que chega é pra mim
O fim de tudo de nós
O fim que insistiu em mim
A sua culpa foi pura
Enquanto o amor era seu
Você deixou para lá
O lado bom de ser meu
Enfim eu digo que sim
E o fim termina em mim
E quando tudo se acaba
Acabou o que era sem fim
Ilusão...
Platão...
Fixação...
Cegueira de amor*

*(Autora conhecida e amiga, dona de um coração gigante e uma força invejável
Naessa Marquèz cantora, compositora, artista multimídia, 2022).*

3. SEÇÃO III – GÊNERO E SEXUALIDADE: UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL

*Não é homem nem mulher
É uma trava feminina
(Linn Da Quebrada, **BlasFêmea**, 2018).*

Nesta seção apresentamos o aporte teórico da pesquisa, que se fundamentou no campo das problematizações em torno dos marcadores Gêneros e Sexualidades. O referencial teórico está pautado nos Estudos Pós-críticos, Pós-estruturalistas, Feministas, Pós-feministas e da Teoria *Queer*.

Partimos da compreensão da(o)s autora(e)s como Adriana Sales, Berenice Bento⁷, Guacira Lopes Louro, Jaqueline de Jesus, Judith Butler, Letícia Lanz, Luma Nogueira de Andrade, Megg Rayara Oliveira, Michel Foucault, Paul Preciado, Richard Miskolci⁸ e Viviane Vergueiro para analisar as categorias “gênero”, “sexo”, “sexualidade” e “transexualidade” e compreensão do encontro das vivências travestis e trans com a Educação, que são apresentadas na segunda subseção.

Entidades como ANTRA e IBTE, a OAB, ANDIFES, Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil (RedeTrans) e Conselho Federal de Psicologia (CFP) que foram base para se obter dados e relatórios. Estes ajudaram a exemplificar e conceituar as análises feitas em relação a percepção da opressão, discriminação e violência que ocorrem contra essa população e colaboraram para localizar formas de r(e)xistências empreitadas.

⁷ Ressaltamos que embora seus estudos tenham contribuído para as problematizações acerca das transgeneridades, a produção da autora apresenta limitações. Essas podem ser problematizadas a luz das recentes produções de autora(e)s travestis e trans que têm produzido uma trans-epistemologia.

⁸ Cabe destacar que nos estudos de transgeneridades o autor é suscetível a críticas, conforme destacado por Adriana Sales na qualificação. Todavia, fizemos opção por mantê-lo para que a construção textual transpassasse a produção acadêmica e historicamente situada, sobre questões LGBTQIA+ e Educação. Nesse sentido, no que se refere a análise de dados gerados, nossa pesquisa, exercitou o diálogo com autora(e)s travestis e trans que ampliam a compreensão sobre gêneros, sexualidade e Educação no Brasil.

3.1. TRANSgredir: Gêneros e Sexualidades

Iniciamos nossas considerações com as contribuições de Foucault em sua obra *História da Sexualidade I* (1999), a qual nos apresenta a “*Scientia Sexualis*”. Esta ciência operou no sentido de criar um discurso sobre o que é aceitável e inaceitável no campo do sexo e da sexualidade, ou das práticas sexuais desejantes. O autor explica que por muito tempo, através de técnicas de confissão, buscou-se produzir uma “verdade sobre o sexo” (FOUCAULT, 1999) com a finalidade de moralizar as atitudes, as práticas e os discursos de um povo numa determinada época.

A *scientia sexualis*, portanto, buscou padronizar, universalizar e policiar os valores morais, éticos e sexuais da sociedade ocidental. Para que essa verdade fosse produzida, o “Dispositivo da Sexualidade” (FOUCAULT, 1999) foi um importante aliado. Primeiro é preciso entender o que é dispositivo para Foucault.

Um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. (FOUCAULT, 1995, p. 244).

O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos, são configurações específicas de domínio do saber e de modalidades de exercício do poder, ou seja, são mecanismo institucionais, físicos e administrativos de estruturas de conhecimento que potencializam e mantêm o exercício do poder dentro do corpo social. Já o Dispositivo da Sexualidade, é definido da seguinte forma.

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não a realidade subterrânea que se aprende com dificuldades, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação do discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e poder. (FOUCAULT, 1999, p. 100).

O dispositivo da sexualidade por sua vez, funciona através de quatro estratégias: “sexualização da criança, histerização da mulher, especificação dos perversos, regulação das populações” (FOUCAULT, 1999, p. 106). Desta forma, foi possível nomear o que era legítimo e não legítimo dentro do corpo social, gerenciando e

controlando a produção de corpos e subjetividades das populações. Foi possível ditar inclusive quais são as sexualidades permitidas e as interditas.

Para Foucault a ordem dos discursos a respeito do sexo e sexualidade foram postos de diferentes formas em diferentes momentos sócio-históricos, como uma tentativa de controlar a vida das populações, de produzir e delimitar os modos de existir. Esse tipo de controle Foucault nomeou de “Biopoder”, o qual se divide em dois eixos: “disciplina e biopolítica” (FOUCAULT, 1999, p. 131).

A disciplina é responsável por controlar o corpo individual, enquanto a biopolítica reconhece a regularidade do comportamento do corpo social. Através do Biopoder os corpos foram e são docilizados, isto é, são condicionados a terem comportamentos individuais ou coletivos definidos e apoiados por instituições escolares, religiosas, jurídicas e médicas. Estas controlam e regulam o corpo social, operando desde os processos reprodutivos, de adoecimento, de envelhecimento e morte.

A obra de Foucault *A história da sexualidade I* (1999) apresenta a genealogia do poder. Como que gradativamente e intencionalmente o modo de se vivenciar e experienciar a sexualidade, foi sendo constituído junto ao corpo social na sociedade moderna e ocidental. O autor define que a sexualidade é uma invenção social, que busca atender aos anseios e interesses dos que estão a governar.

O dispositivo da sexualidade, através de suas ferramentas determinou o que é normal e anormal, o que é permitido e interdito em relação ao desejo e a sexualidade. Desta forma, criou-se uma verdade sobre o sexo e a sexualidade, que foram e ainda são validadas pelas instituições através de seus discursos, da cultura e da política criando práticas regulatórias de conduta.

A “sexualidade, normal e natural, é a heterossexualidade” (BENTO, 2008, p. 33) e isso ocorre porque as instituições e os discursos a legitimaram e impuseram a sua produção e reprodução. Assim, todas as outras formas de se vivenciar e experienciar a sexualidade, são tratadas como interditas, anormais, não naturais, patologizadas e pervertidas. Mas, deveria ser inexequível se falar em uma única vertente, pois não localizamos a(o) heterossexual verdadeiro. Existe, sim formas e se vivenciar a

heterossexualidade, pois “a heterossexualidade é uma tecnologia social e não uma origem natural fundadora” (PRECIADO, 2014, p. 30).

Dessa forma, temos o entendimento que a identidade, ou melhor a expressão sexual não pode ser constituída dentro deste dualismo entre normal e anormal, natural e não natural. Como posto por Louro esta é constituída a partir da forma como as pessoas “vivem sua sexualidade, com parceiros/as” (LOURO, 1997, p.26). Logo, a sexualidade pode ser experienciada e vivenciada de múltiplas formas, justamente por estar ligada a forma como a pessoa sente e experimenta as sensações corporais, os desejos e se relaciona com outras pessoas.

Em consonância com a sexualidade, gênero por sua vez é “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e [...] uma forma primária de dar significados às relações de poder” (SCOTT, 1990, p. 86). Então, ele também não pode ser entendido dentro deste dualismo binário do sexo/gênero, macho e fêmea ou masculino e feminino. Gênero e sexo não são sinônimos! Entendemos que o sexo corresponde puro e meramente a genitália, faz parte dos órgãos reprodutivos, enquanto, gênero é algo mais complexo é uma “tecnologia sofisticada que fabrica corpos sexuais” (PRECIADO, 2014, p. 29).

Para Butler gênero é um mecanismo discursivo que “não deve ser constituído como uma identidade estável [...] gênero é uma identidade tenuamente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma repetição estilizada de atos” (BUTLER, 2016, p. 242). Entendemos que gênero é uma construção individual que está relacionada ao meio social, as vivências e experiências individuais e coletivas, que é permeado pela cultura e pelas leis que regem determinada sociedade. E o principal, sua constituição não se dá a partir do sexo biológico, isto seria reduzi-lo a reprodução de papéis destinados a corpos femininos e masculinos.

Ainda sobre gênero, Butler fala sobre se tratar de “atos performativos” (BUTLER, 2016, p. 244). A autora entende que as expressões de gênero, masculina e feminina socialmente impostas, estão organizadas dentro da matriz heterossexual, e se dá através de atos performativos. Estes atos são definidos dentro de um campo discursivo, cultural e político regido por práticas regulatórias. Essas práticas precisam

ser coerentes e estarem intrinsicamente ligadas a heteronormatividade⁹ e cisnormatividade¹⁰, em conformidade com a “ordem sexual do presente, fundada no modelo heterossexual, familiar e reprodutivo” (MISKOLCI, 2013, p. 46).

Portanto, as relações afetivas e sexuais que as pessoas estabelecem “instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo” (BUTLER, 2016, p. 43). Essas práticas são conferidas a noção de inteligibilidade (BUTLER, 2016), isto é, são reconhecidas, validadas e legitimadas como normal e natural. Os atos performativos são internalizados e reproduzidos socialmente, atendendo anseios sociais, culturais e das leis e os discursos das instituições e das práticas reguladoras.

Os papéis e as práticas sexuais que naturalmente se atribuem ao gênero feminino ou masculino, são um conjunto arbitrário de regulações inscritas nos corpos que asseguram a exploração material de um sexo sobre o outro. A diferença sexual é uma heterodivisão do corpo no qual a simetria não é possível (PRECIADO, 2014, p. 26).

O masculino se sobrepõe ao feminino, e coloca este último em posição inferior e subalterna, e ao primeiro é dado o direito de exploração sobre o segundo. Neste sentido, a existência de corporalidades, expressões de gêneros e sexuais que confrontam a norma e o padrão, são vistos como um questionamento ao discurso e as práticas regulatórias.

Por esse motivo, “a matriz cultural que torna o gênero inteligível exige que certos tipos de identidade não possam existir” (BUTLER, 2016, p. 44). Na lógica das práticas regulatórias e do discurso hegemônico só pode existir pessoas cisgêneras e heterossexuais, ou seja, pessoas cisgêneras que são as que se identificam com o gênero

⁹ Trata-se de um conjunto de normas e processos legais e institucionais que conferem à heterossexualidade o status e o monopólio da normalidade. A heteronormatividade constitui a base conceitual e ideológica de todos os processos de relacionamento humano numa sociedade como a nossa, onde o comportamento heterossexual é compulsoriamente cobrado de toda(o)s a(o)s individua(o)s por ser considerado — biologicamente natural.” (LANZ, 2014, p. 311).

¹⁰ A cisnormatividade opera, portanto, inscrevendo como pré-discursivas as marcas corporais relacionadas ao ‘sexo biológico’, tomando-as posteriormente como critérios naturais e objetivos para definição do sexo-gênero; pela noção de que os corpos, se normais, terão seus gêneros definidos a partir de duas alternativas, sendo elas: macho/homem, fêmea/mulher, associação entre ‘sexo biológico’ e ‘gênero cultural’; e permanência, que se refere à continuidade e persistência da identificação de gênero designada com base no sexo ao longo da vida, avaliada pela reiteração das expectativas de gênero associadas aos homens e às mulheres. (VERGUEIRO, 2015).

que lhes foi determinado no nascimento, e heterossexuais que tem interesse afetivo-sexual por pessoas do sexo oposto (JESUS, 2012).

Entendemos que o conceito de cisgeneridade está vinculado ao conceito de Butler de heteronormatividade, como explicado por Vergueiro pesquisadora Travesti.

Ao definir as expressões de gênero ininteligíveis [...] como aquelas em que o gênero não decorre do sexo e aquelas em que as práticas do desejo não ‘decorrem’ nem do ‘sexo’ nem do ‘gênero’”, e a expressão de gênero como “uma relação entre sexo, gênero, prática sexual e desejo (VERGUEIRO, 2015, p. 57).

A existência de expressões de gêneros e sexuais que dissidem da norma, faz com que todo o discurso e as práticas regulatórias sejam questionadas em relação a sua naturalidade, normalidade e sua hegemonia. As travestilidades, transexualidades e transgeneridades se apresentam como uma forma de transgressão e violação da norma hegemônica. Pois, estas questionam a noção do gênero, e podem ser entendidas como uma forma de resistência contra o domínio biológico.

Portanto, entendemos que “gênero é internamente instável, e a vida das pessoas transgêneras são evidência da quebra de quaisquer linhas de determinismo causal entre sexualidade e gênero” (BUTLER, 2014, p. 270). Desta forma, as transgeneridades abarcam todas as expressões de gênero que se diferem do padrão cisgênero, ou seja, as travestilidades, transexualidades, drag queen/king, não binários dentre outras expressões de gêneros dissidentes fazem parte deste grupo de resistência a norma cisgênera.

O rompimento que pessoas travestis e trans geram na matriz de regulação dos sexos, gêneros e sexualidades, acaba por colocá-las em condição permanentemente de vigilância e de coerção. A noção de anormalidade que é atribuída a pessoas travestis e trans, está fundamentada na lógica de que estas não atendem aos requisitos necessários da matriz regulatória. Sobre seus corpos recaem sanções e violências, constantemente são colocadas em um lugar de abjeção, desumanização, marginalização, invisibilização e silenciamento (BENTO, 2008; BUTLER, 2014; LOURO, 1997).

Retomando a noção de disciplina e biopoder Foucaultiana, entendemos que existem mecanismo de coerção e de abjeção, e a hetero/cis/normatividade é um destes. Pois, diz respeito ao ordenamento cultural, pedagógico, médico, jurídico e social vigente, o qual exige que toda(o)s heterossexuais, cisgêneros ou não, organizem suas

vidas conforme “a ordem sexual do presente, fundada no modelo heterossexual, familiar e reprodutivo” (MISKOLCI, 2013, p. 46-47). Desta forma a hetero/cis/normatividade é tomada como modelo político, social e cultural, que busca organiza a vida das pessoas, sendo impostas a toda(o)s, principalmente para aquela(e)s que ousem romper com a norma.

Dentro deste contexto que organiza a vida social no sentido de produzir ou fabricar corpos ditos normais, a presença de pessoas travestis e trans é uma resposta de que este sistema não pode ser tomado como único e verdadeiro. Entendemos, que “existem corpos que escapam ao processo de produção dos gêneros inteligíveis, e ao fazê-lo se põem em risco porque desobedecem às normas de gênero; ao mesmo tempo, revelam as possibilidades de transformação dessas mesmas normas” (BENTO, 2008, p. 31). Portanto, não estamos obrigada(o)s a seguir a norma imposta sobre nossos corpos.

Estes valores sociais que a norma impõe, são refletidos desde a terna infância até a velhice, principalmente durante os processos educativos. Os espaços educacionais se apresentam como uma das principais instituições reguladoras e reprodutoras da norma, como posto por Foucault (1999). A instituição escola se mostra como um espaço de formação para a(o) cidadã(o), assim, discussões acerca da sexualidade, do desejo, da formação identitária são necessárias para se evitar a imposição do modelo social cis/hetero/normativo.

3.2. TRANSversal: Educação como uma Ferramenta de Marcação de Gêneros e Sexualidades

Algumas instituições atuam como “guardiãs das normas da matriz cis/hetero/normativa” (BENTO, 2008, p. 29). Dentre estas instituições, analisaremos os ambientes educacionais, com foco nas instituições de Ensino Superior. Espaços esses de produção de conhecimento que são atravessados por vários marcadores sociais, como classe, raça, etnias, religião, de gêneros e sexualidades.

Nesse tocante, tanto nas vivências dentro deste ambiente, quanto nas práticas educativas ali perpetuadas, as noções de gêneros e sexualidades hegemônicas estão presentes. Assim, entendemos que se trata de espaços “generificados” (LOURO, 1997, p. 25), no qual é demonstrando em sua arquitetura a ótica binária entre feminino e

masculino. A exemplo disso, temos a constante separação entre meninas e meninos, seja está na divisão das filas, nas brincadeiras, nas vestimentas, no uso dos banheiros e em uma série de especificidades que ocorrem dentro do espaço escolar. Todas pensadas para distinguir o que é de menina do que é de menino, atendendo assim os anseios da norma cis/hetero/normativa.

Todo este ambiente foi delimitado para formar e dizer através de seus “símbolos e códigos [...] o que cada um pode (ou não pode) fazer” (LOURO, 1997, p. 58). Deste modo, as pessoas ali presentes, sejam estas crianças ou adultos, são ensinadas a reconhecer as regras, as permissões, as interdições, as sanções, o que é certo e errado. E dentre desse emaranhado, aprendem também, quais são os gêneros e sexualidades possíveis.

Como apresentando por Foucault (1999) e endossado por Bento existe uma “sofisticada tecnologia social heteronormativa, operacionalizada pelas instituições médicas, linguísticas, domésticas e escolares, e que produzem constantemente corpos-homens e corpos-mulheres” (BENTO, 2008, p. 40). E essa tecnologia, se inscreve e interioriza em todo corpo escolar, seja este discente, docente e técnico. A compulsoriedade da cisgeneridade e da heterossexualidade se instala neste lugar.

Esse caráter reprodutor e guardião da cis/hetero/normativa, vai se demonstrando a partir da produção e reprodução de corpos inteligíveis (BUTLER, 2016). Corpos estes, que são fiscalizados e fiscalizadores, responsáveis por transmitir e reafirmar quais são as expressões de gênero e sexuais permitidas, assim como quais são os papéis, os lugares e as formas corretas de ser mulher e homem dentro desta sociedade.

A pesquisadora Travesti Luma Andrade Nogueira, em sua tese “Travestis na escola: assujeitamento e resistências à ordem normativa”, defendida em 2012. Apresentou o panorama das vivências das travestis em escolas do estado do Ceará. Em sua pesquisa é demonstrado como os corpos travestis são guiados para um processo de evasão voluntária do espaço escolar.

Segundo a pesquisadora, “no ambiente escolar, a pressão normalmente é tão intensa que impele as travestis a abandonar os estudos, sendo disseminada a ideia de

que foi sua própria escolha” (ANDRADE, 2012, p. 247). Esse processo de imposição da norma sobre os corpos desviantes e um dos papéis desempenhados pela escola enquanto guardiã da hetero/cis/normatividade. Esse processo só demonstra como a escola não está preparada para lidar com as diferenças e desigualdades existentes em nossa sociedade, principalmente as relacionadas a corpos que dissidem da norma hegemônica.

É preciso problematizar como a instituição escola agencia a hetero/cis/normatividade. A presença de pessoas travestis e trans desestabiliza a ordem normativa em seu interior, justamente por romper com os padrões binários de gênero implícitos na ordenação dos corpos escolarizados. A heterossexualidade e cisgeneridade são marcadas como referência, a “diferença está sempre implicada em relações de poder, a diferença é nomeada a partir de um determinado lugar que se coloca como referência” (LOURO, 1997, p. 47). As pessoas cisgêneras e heterossexuais são marcadas como detentoras do poder, por representarem na hierarquia das normas o ser supremo, e abaixo vem todas as outras pessoas.

O espaço educacional, desde a Educação Básica ao Ensino Superior, se torna responsável pela naturalização das práticas sociais, de construção e hierarquizações dos gêneros e sexualidades dominantes. Porém, compete a estes não permitirem que desigualdades, preconceitos, atos de violência e discriminação aconteçam em seu interior e fora dele. É necessário buscar por atitudes que desvelem os sistemas de práticas sexistas, machistas, misóginas, xenófobas e as demais formas de disseminação de preconceito. Deve-se prezar por uma atitude de resistências, promoção e transformação, buscando abarcar pautas que são discutidas socialmente, para que haja uma mudança de comportamento, pensamento no sentido de não mais gerar violências e discriminações (BENTO, 2008; LOURO, 1997).

Adriana Sales pesquisadora Travesti, constatou em sua pesquisa de doutoramento em 2018, intitulada “Travestis brasileiras e escolas (da vida): cartografias do movimento social organizado aos gêneros nômades”, que a escola brasileira precisa de uma reorganização urgente. Para a autora, o modelo educacional atual não consegue lidar com os corpos que dissidem, e tenta a todo momento capturá-los de volta a ordem binária hetero/cis/normativa.

A educação nos moldes em que está colocada, dentro desse modelo dicotômico, está fadada ao fracasso! Isso porque quando não se propõe gerar mudanças reais como discutir e promover ações para o fim do racismo, do machismo, do sexismo, das desigualdades sociais, do preconceito e discriminação. Este espaço de diálogo acaba por não contribuir para com o avanço social na busca por igualdade e equidade. Pelo contrário, se torna um ambiente opressor, principalmente para as mulheres, pessoas LGBTQIA⁺, indígenas, negra(o)s, pessoas com deficiência, não cristãs, dentre outras minorias sociais.

É importante perceber que os marcadores sociais de raça, classe, sexo, gênero, idade dentre outros “não podem ser tratados como variáveis independentes, porque a opressão de cada uma está inscrita no interior da outra, é constituída pelas outra e constituinte de outra” (LOURO, 1997, p. 54). Deve-se pensar de forma interseccional, ou seja, que há atravessamentos de padrões corporais, como raça, classe e gênero, que são indissociáveis e não se pode generalizar e pensar em um grupo homogêneo, único e fixo (OLIVEIRA, 2017).

Se o ambiente educacional é incapaz de lidar com as diferenças que permeiam seu cotidiano, todas as pessoas ali inseridas, principalmente as que não se adequam a norma, irão sofrer com a reprodução de valores preconceituosos, discriminatórios e de marginalização e patologização. O impacto destas ações, pode ser notado nas mais diversas formas de desigualdades e violências, o que leva a perda de direitos básicos de cidadania. Defendemos que o reconhecimento das diferenças, seja parte intrínseca do cotidiano escolar, por uma questão de justiça social, curricular e de direitos humanos.

O abandono escolar por pessoas LGBTQIA⁺, é em sua maioria, motivado pela incapacidade que o ambiente educacional tem em lidar com as diferenças e a pluralidade de seu corpo dissidente. Bento diz que, “na verdade, há um desejo em eliminar e excluir aqueles que contaminam o espaço escolar. Há um processo de expulsão e não de evasão” (BENTO, 2008, p. 29). Percebemos que o termo evasão é utilizado para que se camufle a expulsão, principalmente dos corpos que dissidem da norma.

Essa exclusão ou como dito por Andrade (2012) evasão involuntária, é invisível. Somente é vista por aquela(e)s que tomam ciência de sua existência, e passam

a defender e requerer o direito de ocupar e estar dentro deste espaço. Entendemos que por vezes o processo de evasão/expulsão, ocorre na tentativa de “silenciamento parece ter por fim ‘eliminar’ essa(e)s sujeita(o)s, ou, pelo menos, evitar que os alunos e as alunas ‘normais’ os/as conheçam e possam desejá-los/as” (LOURO, 1997, p. 25).

Dados da Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil (RedeTrans), informam que 82% das travestis e mulheres trans que abandonaram o Ensino Médio entre os 14 e os 18 anos, alegaram que o abandono foi motivado pelas discriminações que sofreram dentro do ambiente escolar e por não terem tido apoio familiar. Entende-se que o direito de frequentar um ambiente educacional foi roubado destas pessoas, e com isso, foi roubada também a expectativa de ascensão social, a possibilidade de exercer a profissão desejada, enfim, lhe é roubada a possibilidade de inserção social com dignidade.

As travestilidades, transexualidades e transgeneridades transgridem a norma, e o ambiente educacional é guardião dela, e este é um dos motivos desse lugar ser tão violento e desumanizante para com essas expressões dissidentes. A transfobia, que pode ser definida como o “preconceito e/ou discriminação em função da expressão de gênero de pessoas transexuais ou travestis” (JESUS, 2012, p. 29), torna-se uma arma dentro do espaço educacional, no sentido de marcar, violentar e promover a evasão/expulsão de seu espaço os corpos desviantes.

Dessa forma, são múltiplos os discursos que integram a transfobia, lembrando que ela “é utilizada para reduzir a(o)s sujeita(o)s aos quais se refere àquilo que é interpretado como defeito” (OLIVEIRA, 2017, p. 26). Além disso, negada direitos básicos das pessoas travestis e trans, tais como o uso do nome social, acesso e permanência em ambientes educacionais, inserção no mundo do trabalho formal e até mesmo o uso de banheiros públicos que se parece algo tão simples.

A sociedade trata as pessoas travestis e trans como se não pudessem usufruir dos espaços sociais, marginalizam e retiram o acesso a direitos estabelecidos em lei, como o direito a educação, que é uma garantia fundamental para toda(o)s como consta na Constituição Federal de 1988. Ambientes educacionais, como escolas e universidades, são espaços em que essa dinâmica está fortemente naturalizada. Para Vergueiro (2015), os espaços escolares, são os que mais concentram tensão entre a hetero/cis/normatividade e as diversidades corporais, sexuais e de gênero.

O Defensor Público João Paulo Carvalho Dias, presidente da Comissão de Diversidade Sexual da OAB do Mato Grosso do Sul, “estima que o país concentre 82% de evasão escolar de travestis e transexuais, uma situação que aumenta a vulnerabilidade dessa população e favorece os altos índices de violência que ela sofre” (CUNHA; HANNA, 2017, p. 1). É importante ressaltar que o Brasil é o país que mais mata transexuais e travestis no mundo, ocupa esta posição a 11 anos, como apresentado nos dossiês da ANTRA e pela Transgender Europe (2016).

Segundo Bento (2008), há uma necessidade de se diferenciar o percurso escolar de pessoas travestis e trans no Brasil estatisticamente. A autora explica que é perceptível que exista uma evasão escolar causada pela necessidade de trabalhar para ajudar a família, mas, que também existe aquela causada pela dificuldade de se concentrar nas aulas e de conviver em um ambiente opressor. Ao analisar dados estatísticos fornecidos pelo MEC, pela ANDIFES ou pelas instituições de Ensino Superior, percebemos que é inexistente a presença do marcador ou do recorte em relação a gênero e sexualidade, principalmente em relatórios que mapeiam a evasão/expulsão escolar.

Neste sentido é um desafio estabelecer este tipo de dados, temos que contar com as entidades como a ANTRA e RedeTrans, por exemplo, que mapeiam e fornecem estes dados. As pesquisas realizadas, seja por entidades ou pesquisadores dentro da academia, são as únicas fontes que mapeiam, analisam e cria estatística de como funciona o processo de evasão/expulsão de pessoas travestis e trans decorrentes de transfobia no ambiente escolar. Não há dados oficiais, portanto, a saída é localizar esta(e)s estudantes e entrevistá-la(o)s, e dificilmente teremos dados consolidados nacionalmente, na maioria são segmentados por estados, cidades, regiões dentre outros.

O Movimento Nacional Das Travestis e Transexuais, assim como do Movimento LGBTQIA⁺, pautam constantemente o respeito aos direitos das pessoas travestis e trans, por entender que sobre essas sabrecai as mais variadas formas de violências, desde as físicas, verbais, indo até ao nível psicológico. Há uma tendência em marginalizar e patologizar pessoas travestis e trans, pois irradia a convicção de que são pessoas inferiores e doentes. Dentro do plano de lutas desses movimentos, houve algumas conquistas importantes para essa parcela da população.

Uma das principais conquistas está relacionada a retirada da transexualidade da categoria de transtorno mental pela OMS, que oficializou em 2019 a inserção da mesma em condições relacionadas a saúde sexual classificadas como incongruência de gênero (CFP, 2019, p. 1). Através da Resolução CPF Nº 1/2018, o conselho orientou aos profissionais que atuam como psicóloga(o)s aqui no Brasil, a não tratarem travestilidade e transexualidade como patologia. Tivemos também como já mencionado, o Decreto Presidencial Nº 8.727/2016 que estipulou o uso do nome social em instituições públicas para aquela(e)s que assim requererem, a ADI Nº 4.275/2018 que autorizou a mudança de nome e gênero no registro civil e a Resolução Nº 1 de 2018, do MEC e CNE, que estabeleceu que as instituições de ensino adequassem sua documentação interna com o uso do nome social e gênero solicitado pela(o) estudante, inclusive no ENEM.

Todo esse caminhar de luta realizado, para além de outros que não foram aqui mencionados. Tem possibilitado que dentro do ambiente educacional, que é um dos primeiros e principais lugares de socialização, algumas ações sejam tomadas para que se evite as violências que são introjetadas contra estes corpos. Sabemos que ainda é pouco e que muita(o)s estudantes e profissionais da educação, não sabem como agir diante de certas situações de opressões e violências.

Sobre isso Miskolci se vale do termo “regime de terrorismo cultural” (MISKOLCI, 2013, p. 34), que é responsável por ditar a norma que deve ser seguida socialmente na forma de se expressar, agir e se comportar. Já Bento, por sua vez, fala sobre o “terrorismo contínuo” (BENTO, 2008, p. 40), que se reitera sobre cada enunciado que incentiva ou inibe comportamentos, formas de agir e de se expressar, resultando em segregação, discriminação, violências e preconceitos. Se pensarmos que “cerca de 0,02% das pessoas transexuais e travestis estão na universidade, que 72% não possuem o ensino médio e 56% não chegaram no ensino fundamental” (BENEVIDES, NOGUEIRA, 2020), podemos entender que esse terrorismo tem sido um dos principais responsáveis pela evasão/expulsão de pessoas travestis e trans dos ambientes educacionais.

Porém, se considerarmos que o ambiente educacional é ideal e propício para que se estabeleça as relações e o diálogo entre as diferentes pessoas. Torna-se inconcebível pensar na existência de uma única forma de dar sentido para a sexualidade

e o gênero, já que somos tão diversos e singulares. Essa tentativa de regulação dos corpos “suprime a multiplicidade subversiva de uma sexualidade que rompe as hegemonias heterossexual, reprodutiva e médico-jurídica” (BUTLER, 2016, p. 41).

É “indispensável questionar não apenas o que ensinamos, mas o modo como ensinamos e que sentidos nossos/as alunos/as dão ao que aprendem” (LOURO, 1997, p. 64), a escola se mostra como um espaço importante para se iniciar a desconstrução da norma. Mas, é notório que o desafio está em provocar o corpo discente, docente e técnico a perceber, questionar e interpretar as relações de opressões que existem dentro e fora desse espaço de socialização e dar fim a esse terrorismo que permeia todo seu ambiente.

Criar estratégias que possibilitem o diálogo e visem superar as diferenças, as violências, as situações de discriminação e preconceito é o caminho. Entretanto, isso ainda é pouco, precisamos trabalhar para aumentar a representatividade, equidade e diminuir a exclusão, a sensação de não pertencimento e o silenciamento das pessoas travestis e trans dentro dos espaços educativos.

Como demonstramos na seção I deste relatório, a escassez de produções acerca do tema, já nos dá uma ideia de como é pouco estimulada as discussões e a produção de trabalhos que visem pessoas travestis e trans dentro da universidade. O (cis)sistema (VERGUEIRO, 2015) opera assim, tentando invisibilizar e silenciar a presença dessas pessoas na academia. Um exemplo para essa invisibilização e silenciamento, é a política de uso do nome social, uma ação que é mal implementada pelas IES e gera uma série de constrangimentos para com a(o)s estudantes travestis e trans.

Outra questão que colabora para não permanência dessa(e)s estudantes nas universidades, refere-se à necessidade de políticas institucionais mais amplas. As “cotas trans” são uma reivindicação, não só para o acesso, mas principalmente para permanência dentro do espaço universitário. Reivindica-se participar de forma igualitária de processos e visem a oferta de moradia estudantil, de alimentação e de auxílios pecuniários para essa(e)s estudantes.

É importante lembrar novamente, que a vivência da(o)s estudantes travestis e trans, são atravessadas por vários marcadores sociais, como recorte racial, de classe,

idade dentre outros, que são específicos e que dificulta o acesso e a permanência no espaço escolar, principalmente no Ensino Superior. Precisamos refletir sobre essas, e para isso há necessidade de se firmar políticas de ação afirmativas que promovam direitos de cidadania dessa(e)s estudantes no campo da Educação, principalmente em IES.

A pesquisa publicada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior (Andifes) em 2018, informa que apenas 0,1 % da(o)s estudantes entrevistada(o)s declararam ser mulher trans e 0,1% homem trans, em um universo amostral de quatrocentos e vinte e quatro mil estudantes de universidades públicas do Brasil (ANDIFES, 2018, p 60.). Isso, demonstra que uma parcela muito pequena tem conseguido acessar a universidade pública. E para além disso, sabemos que ainda boa parte dessa(e)s que ingressam não concluíram, sendo obrigada(o)s a evadirem/expulsarem deste espaço, como também já foi discutido.

Um dos pontos primordiais é o reconhecimento da expressão de gênero de pessoas travestis e trans para a sua permanência no espaço escolar (LOURO, 1997). Para além disso, se faz necessário também que se promova uma ampla discussão sobre a criação de políticas institucionais que possibilite condições de acesso e de permanência para essa(e)s estudante, uma vez que as políticas públicas e programas de assistência estudantis existentes, se mostram insuficientes. Pois, basicamente giram em torno do respeito ao nome social e ao gênero.

O que percebemos é que às políticas públicas e institucionais, direcionadas para as pessoas travestis e trans, têm a finalidade de garantir apenas o mínimo para que esta(e)s sobrevivam, quando sobrevivem. Não há um incentivo ao respeito, ao direito a vida, a socialização, não se garante sobretudo a proclamada inclusão social.

Contudo, as políticas públicas, institucionais e programas assistenciais são necessários em virtude da manutenção dos direitos sociais previstos pela própria Constituição Federal de 1988, que assegura a igualdade de toda(o)s perante a lei, bem como a garantia de direitos sociais à educação, à saúde, à alimentação, ao trabalho, à moradia, ao transporte, ao lazer, à segurança, à previdência social, proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

Para que mudanças nesse sentido sejam efetivas dentro do ambiente educacional, deve-se considerar a presença de um corpo discente, docente técnica(o) diverso, e que estes produzam a partir de sua diversidade e diferenças novas formas de sociabilização. Que busquem por justiça, equidade e igualdade para toda(o)s que estão dentro e fora do ambiente acadêmico levando em consideração a subjetividades e singularidades de cada pessoa.

Cabe a comunidade, acadêmica, como posto por Louro entrar em acordo e estarem dispostos a “implodir a ideia de um binarismo rígido nas relações de gênero [...] que terá de lidar, necessariamente, com as múltiplas e complicadas combinações de gênero, sexualidade, classe, raça, etnia” (LOURO, 1997, p. 29). Essa é a iniciativa que contribuirá de forma significativa para a promoção de uma educação mais justa e igualitária para toda(o)s.

Assim, caberia, portanto, as instituições de ensino, através da(o)s gestora(e)s, corpo docente e técnica(o), buscarem ampliar o diálogo e as discussões para além da naturalização do modelo binário sexo/gênero e sexualidade. Como posto por Sales (2018) o acesso está garantido pela constituição brasileira, como já mencionado, porém e a permanência? Desta forma, estas instituições devem e podem colaborar com o reconhecimento de outras possibilidades de vivências e experiências, independente do padrão pré-estabelecido pela norma hegemônica, e criar formas de inserir e garantir a inclusão e permanência de pessoas travestis e trans em sua comunidade.

Pensar em um ambiente educacional que promova a convivência e o diálogo diante das diferenças, da multiculturalidade e diversidade e singularidade das pessoas que o organiza, às vezes até de formas antagônicas, é o maior desafio para a Educação. Porém, deve-se ter como premissa o princípio de que o direito à educação é de toda(o)s e que o ambiente educacional cabe toda(o)s.

Portanto, a conquista de direitos e cidadania para as pessoas travestis e trans, perpassará pelo acesso e permanência em instituições de ensino, sejam estas no nível básico ou superior. A criação e promoção de políticas de ação afirmativa é uma garantia para que essa(e)s estudantes possam acessar espaços educativos. Em suma, este é o pacto social que nós educadora(e)s devemos firmar, para a promoção de uma vida

digna, com o reconhecimento da pluralidade e diversidade de toda(o)s que estão dentro e fora do ambiente educacional.

“achei que você era homem de verdade...”

Com um glorioso sorriso, o homem responde:

“Andamos entre vocês.

Não somos deficientes sexuais, somos abençoados sexuais.

Já fui mulher e homem e sei muito mais coisas do que vocês de um sexo só podem imaginar.”

(Transamérica. Direção: Duncan Tucker. Estados Unidos: The Weinstein Company, 2005, 1

DVD).

(Contribuição P₅).

4. SEÇÃO IV – MEU CORPO, MINHAS REGRAS: PERFIL DA(O)S PARTICIPANTES DA PRIMEIRA ETAPA DA PESQUISA - QUESTIONÁRIO

*Hoje
meu corpo
minhas regras
meus roteiros
minhas pregas
Sou eu mesmo quem fabrico
(Linn Da Quebrada, A Lenda, 2017).*

Inspirada(o)s na epígrafe que abre essa seção, trazemos a análise dos perfis sociais, educacionais e econômico da(o)s respondentes do questionário.

4.1. Perfil Social da(o)s estudantes travestis e trans da UFU

Nesse primeiro momento trouxemos uma apresentação geral da(o)s participantes e o intuito é o de trazer um panorama geral da(o)s participantes.

Quadro 5 Apresentação da(o)s Participantes do questionário

Participantes	Expressão de gênero	Curso	Ingresso / Conclusão	Origem
P ₁	Travesti	Pedagogia	2018 / 2020	SP
P ₂	Homem trans	Zootecnia	2015 / 2019	MG
P ₃	Mulher trans	Pedagogia	2018 / 2020	SP
P ₄	Homem trans	Ed. Física	2011 / 2016	BA
P ₅ *	Homem trans	Direito	2014 / 2018	GO
P ₆ *	Travesti e Mulher trans	Teatro	2012 / 2016	MG
P ₇	Homem trans	Eng. Ambiental	2018 / 2024	SP
P ₈	Homem trans	Geografia	2017 / 2019	MG
P ₉	Homem trans	Artes Visuais	2017 / 2021	MG
P ₁₀	Travesti	Serv. Social	2016 / 2019	AL
P ₁₁ *	Mulher trans	Psicologia	2012 / 2016	MG

(*estudantes que cursaram a graduação e estão na pós-graduação na UFU)

Fonte: Próprio da autora, 2021.

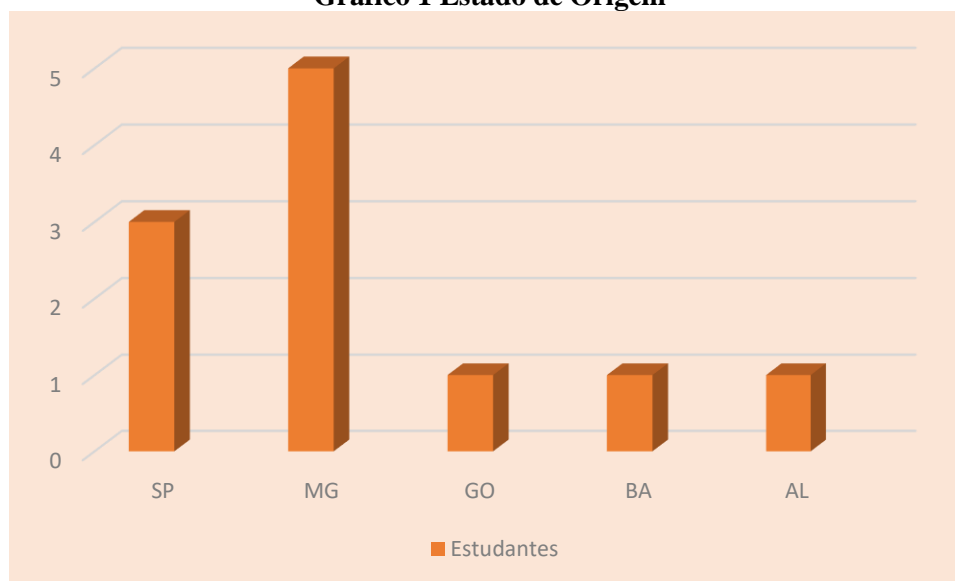
Em relação a expressão de gênero tivemos: 2 declaram travestis, 2 mulheres trans, 1 travestis e mulher trans e 6 homens trans.

E em relação ao vínculo com a UFU tivemos: 3 que cursaram a graduação e já estão na Pós-graduação e 8 cursaram apenas na Graduação. Salientamos que a(o)s estudantes que estão cursando a pós-graduação, também cursaram a graduação na UFU.

De modo a complementar as informações gerais, foi declarado pela(o)s respondentes que: não têm filha(o)s, não são pessoas com deficiência (PCD) física ou intelectual, são solteira(o)s e as idades compreenderam entre 22 e 34 anos.

A maior parte da(o)s estudantes pertencem a região Sudeste, temos um total de oito estudantes desta região, sendo três de São Paulo (SP) e cinco de Minas Gerais (MG).

Gráfico 1 Estado de Origem



Fonte: Próprio da autora, 2021.

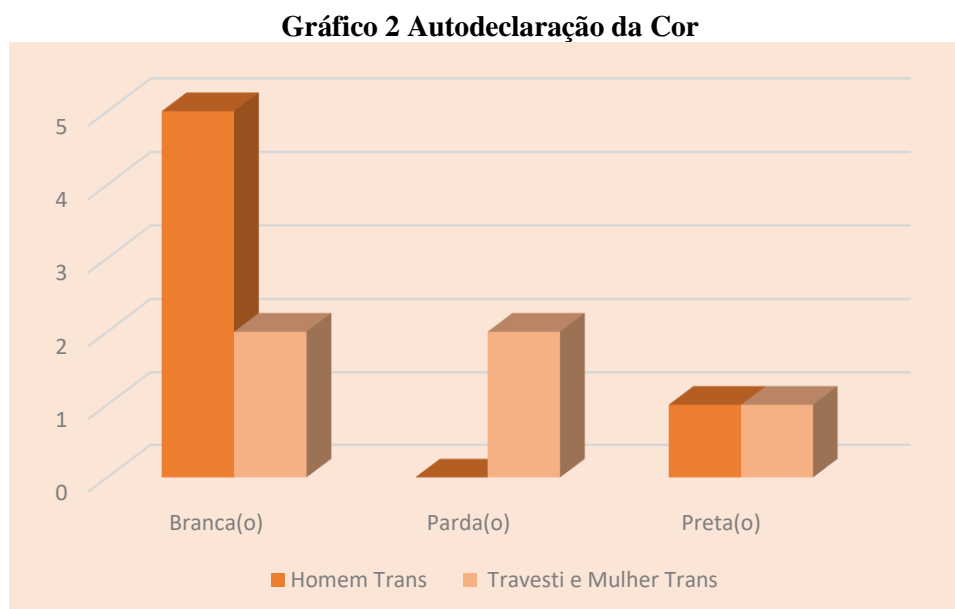
Em MG temos estudantes vinda(o)s de Monte Carmelo e Uberaba, e outra(o)s já eram residentes em Uberlândia. As duas primeiras cidades mencionadas, estão situadas a menos de 150 km de Uberlândia. E é importante informar que em Monte Carmelo há um campus avançado da UFU que abrange a área das Ciências Agrárias e em Uberaba está localizada a sede da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), com cursos nas áreas das Ciências Médicas, Engenharias e das Humanidades. Nesta mesma cidade, há também o Instituto Federal do Triangulo Mineiro (IFTM), que possui cursos técnicos, tecnólogos e de ensino superior da área das Ciências Agrarias, Humanidade e Saúde, assim como há *campi* deste na cidade de Uberlândia.

Tivemos também estudantes vinda(o)s da região Nordeste, dos estados de Alagoas (AL) e Bahia (BA). E da região centro-oeste do estado de Goiás (GO). Na análise das entrevistas, aprofundaremos mais em relação a motivação desta(e)s estudantes em se estabelecerem na cidade de Uberlândia.

Antes de analisar o próximo gráfico, torna-se importante ressaltar que o termo “raça” aqui colocado parte do conceito proposto por Quijano “raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população” (QUIJANO, 2005, p. 117). Para este autor, o conceito “raça” foi historicamente constituído para identificar categorias humanas que foram socialmente segregadas e exploradas. Como exemplo deste processo segregacionista, temos a escravização de povos africanos e dos povos indígenas da América Latina.

Devido a características fenotípicas, como a cor da pele, textura do cabelo e feições similares, esses grupos tiveram seus corpos inferiorizados, e esta foi a justificativa utilizada por seus colonizadores para legitimar os processos de exclusão e exploração. Dessa forma, entendemos “raça” como um conceito fictício, mas que tem relação com o poder.

Retomando ao questionário, as opções de resposta para esta pergunta, baseou-se na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), que são: “Amarela(o)”, “Branca(o)”, “Indígena”, “Parda(o)” e “Preta(o)”.



Fonte: Próprio da autora, 2021.

Analisando o gráfico, evidenciamos que 7 da(o)s estudantes se reconhecem como branca(o)s; 2 como parda(o)s e 2 como preta(o)s. Dessa forma, travestis e mulheres trans, em sua maioria, se auto identificaram como brancas e pardas, e apenas

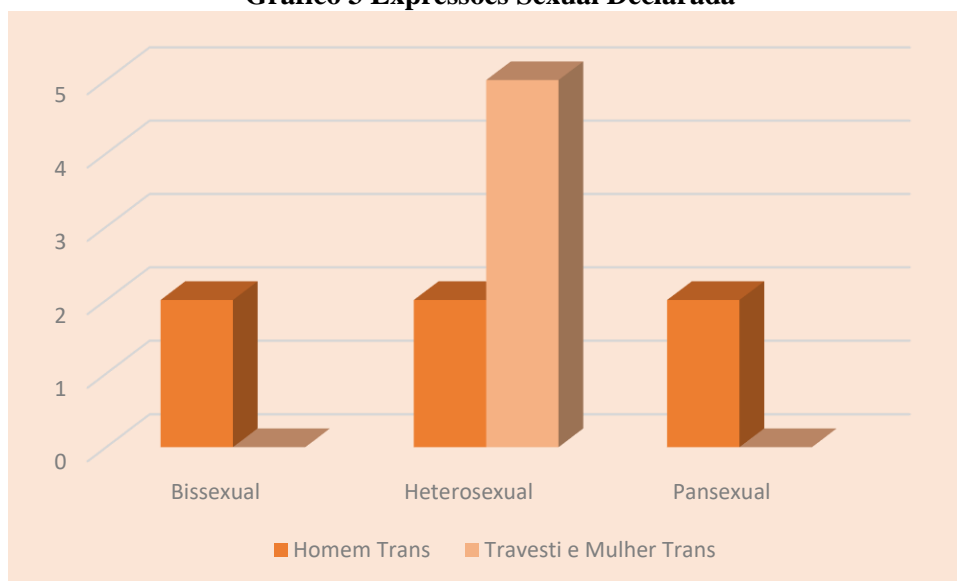
uma como preta. O mesmo acontece com os homens trans, que em sua maioria, se auto identificaram como brancos e apenas um se auto identificou como preto.

Convém lembrar, que o acesso democrático de pessoas pretas no Ensino Superior é algo muito recente e está ligado a criação da Lei Federal Nº 12.711 de 29 de agosto de 2012. Esta Lei, definiu que as IES, de Nível Médio e Técnico, vinculadas ao MEC, destinassem 50% de suas vagas para cotas, sendo estas cotas para pretos, pardos e indígenas (PPI) e cotas para PCD. Esta lei ficou conhecida como “A Lei de Cotas”, e foi de suma importância para que pessoas autodeclaradas pretas e pardas passassem a concorrer entre seus pares por uma vaga no Ensino Superior.

A lei de cotas é reconhecida como uma ação afirmativa que apresentou o intuito de reverter o racismo histórico e estrutural que está constituído em nossa sociedade. Como posto por Almeida (2018), o racismo estrutural constitui-se naturalmente nas relações econômicas, políticas, jurídicas e do dia a dia, só mudanças profundas e formas alternativas de organização da sociedade poderão enfrentá-lo concretamente. Assim, o processo de ingresso no Ensino Superior buscou se tornar mais igualitário para essa parte da população que sofre os efeitos do racismo histórico estrutural tão presentes no Brasil.

Já em relação à questão que tratou sobre a expressão sexual declarada, recorreremos ao Guia Técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião, que tem como autora a Prof.^a Travesti Dr.^a Jaqueline Gomes de Jesus (2012). Com base no Guia, utilizamos as seguintes expressões:

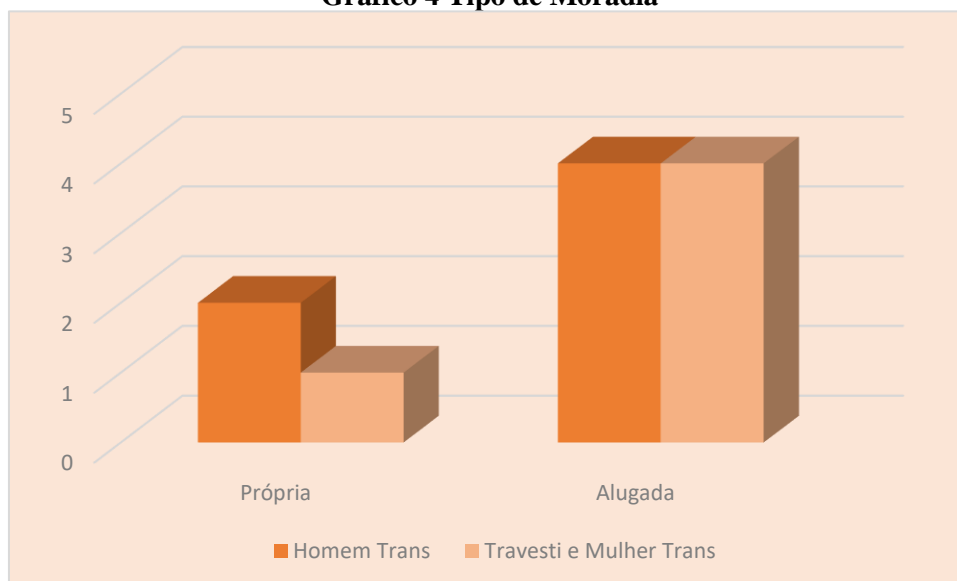
- **Assexual** - Pessoa que não sente atração sexual por pessoas de qualquer gênero.
- **Bissexual** - Pessoa que se atrai afetivo sexualmente por pessoas do mesmo gênero ou gênero oposto (binário).
- **Heterossexual** - Pessoa que se atrai afetivo sexualmente por pessoas de gênero diferente daquele com o qual se identifica.
- **Homossexual** - Pessoa que se atrai afetivo sexualmente por pessoas de gênero igual àquele com o qual se identifica.
- **Pansexual** – Pessoa que se atrai afetivo sexualmente por pessoas de qualquer gênero.

Gráfico 3 Expressões Sexual Declarada

Fonte: Próprio da autora, 2021.

Analisando o gráfico, evidenciamos que 7 da(o)s estudantes se reconhecem como heterossexuais; 2 bissexuais e 2 como pansexuais. Dessa forma, travestis e mulheres trans se declaram majoritariamente como heterossexuais e os homens trans se declaram como bissexuais, heterossexuais e pansexuais. Essa questão teve o intuito de entender qual a abrangência da diversidade sexual que existe entre a(o)s estudantes travestis e trans dentro da UFU.

Partindo para analisar o tipo de moradia, consideramos as seguintes possibilidades de respostas: “casa própria”, “casa alugada”, “casa cedida” e “outros”.

Gráfico 4 Tipo de Moradia

Fonte: Próprio da autora, 2021.

As respostas se dividiram entre casa própria e alugada, não tendo resposta para casa cedida e outros. Evidenciamos que 8 da(o)s estudantes residem em casas alugadas e 3 em casa própria. Travestis, mulheres trans e homens trans tem uma situação similar em relação a moradia.

Para complementar esta questão, fizemos uma segunda pergunta “com quem mora atualmente?”. A partir das respostas, foi possível entender que a(o)s estudantes que declararam residir em casa própria, informaram morar com a família. Já a(o)s que declararam residirem em casas alugadas, informaram que dividem o aluguel com cônjuges, outra(o)s colegas ou moram em repúblicas.

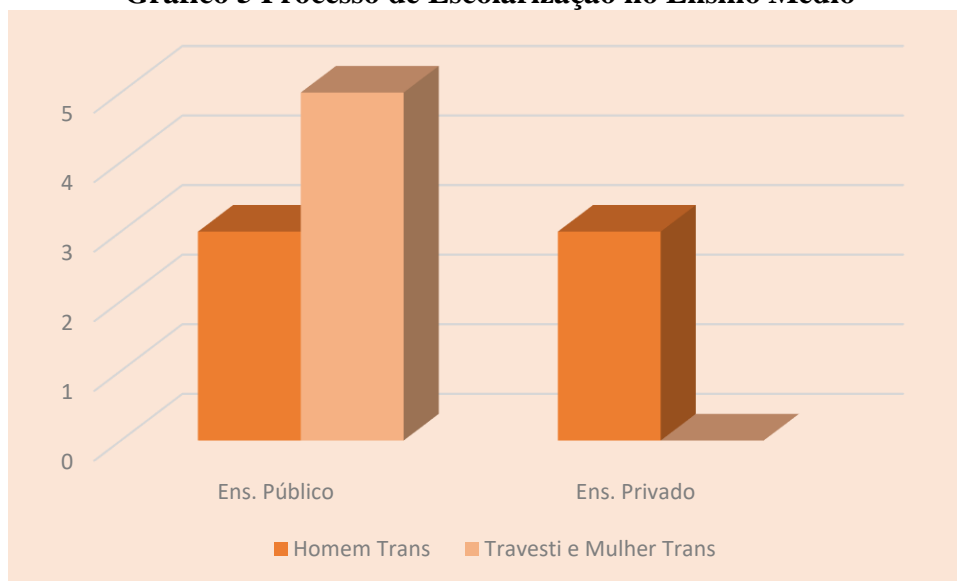
Entendemos que ter uma moradia é base fundamental para aumento das condições de permanência na universidade, além de possibilitar uma maior qualidade de vida e fortalecimento das redes de apoio para esta(e)s estudantes.

Como síntese desta subseção, podemos perceber que o perfil social da(o)s estudantes respondentes do questionário são na maior parte composta por homens trans brancos; em relação à sexualidade a maior parte se reconhece como heterossexual; o ingresso na UFU se deu entre 2011 a 2018; vindos à maioria da região sudeste e residentes em casas alugadas.

4.2. Perfil educacional da(o)s estudantes trans e travestis da UFU

Nesta subseção buscamos problematizar como se deu o processo de escolarização da(o)s estudantes travestis e trans respondentes do questionário. Trouxemos abaixo as seguintes informações: processo de escolarização no Ensino Médio; participação em cursinho pré-vestibular; forma de ingresso na UFU; uso de cotas e se pensaram em desistir da graduação.

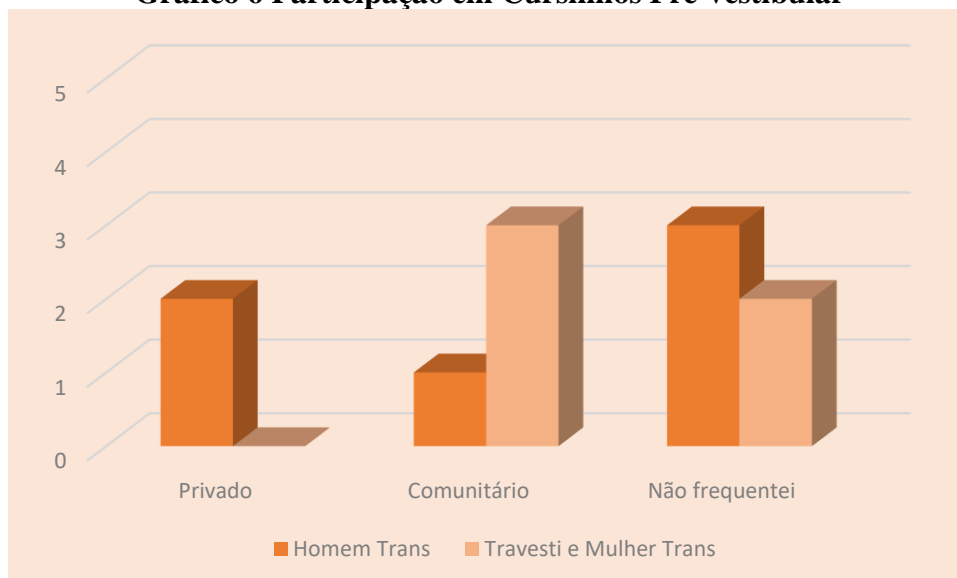
Nesse primeiro gráfico baseamos na categorização utilizadas pela UFU em seu questionário socioeconômico-cultural, que são: parcialmente em escola particular e pública; totalmente em escola particular e totalmente em escola pública.

Gráfico 5 Processo de Escolarização no Ensino Médio

Fonte: Próprio da autora, 2021.

Analisando o gráfico, evidenciamos que 8 da(o)s estudantes acessaram o ensino público e 3 o ensino privado. Dessa forma, verificamos que travestis e mulheres trans, em sua totalidade, finalizaram o Ensino Médio em instituições públicas de ensino. Já os homens trans se dividem igualmente entre instituições privadas e públicas.

Em relação a participação em cursinhos pré-vestibular, as alternativas de respostas também foram baseadas na categorização utilizada pela UFU em seu questionário socioeconômico-cultural, que são: não frequentei; frequentei - comunitário ou particular.

Gráfico 6 Participação em Cursinhos Pré-vestibular

Fonte: Próprio da autora, 2021.

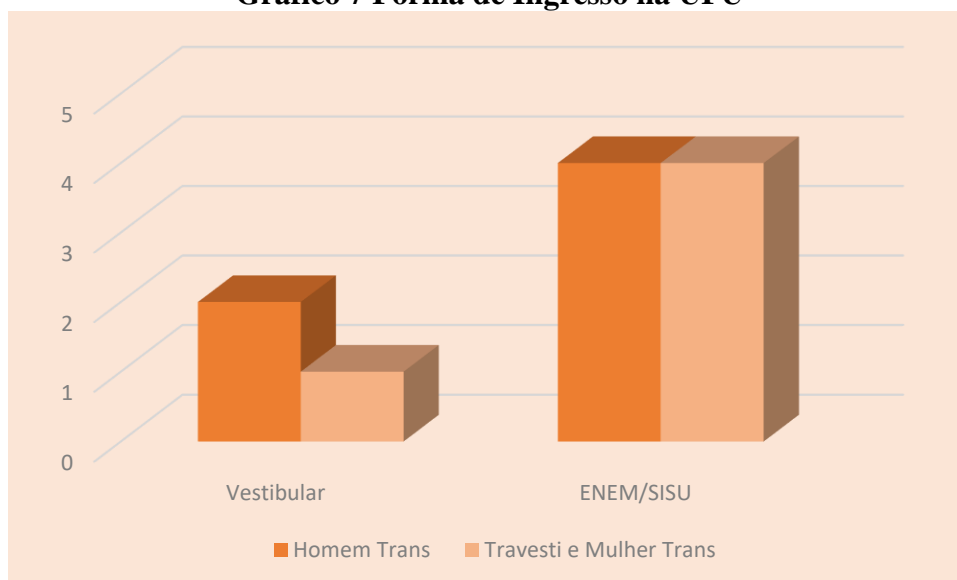
Analisando o gráfico, evidenciamos que 5 da(o)s estudantes não frequentaram cursinho pré-vestibular; 4 frequentaram cursinho comunitário e 2 frequentaram cursinho particular. Dessa forma, observa-se que as travestis e mulheres trans se dividem entre cursinho comunitário e não frequentou, tendo a maioria frequentando cursinho comunitário que são os ofertados por universidades públicas, lideranças de bairro ou movimento estudantil, que geralmente são gratuitos ou com valores bem acessíveis.

Já os homens trans se dividem entre as três possibilidades de respostas, tendo a maioria não frequentado um cursinho pré-vestibular, seguindo de ter frequentado cursinho privado e comunitário.

O que podemos evidenciar é que homens trans acessaram cursinhos pré-vestibulares particulares, assim como também acessaram instituições de ensino privadas, como podemos observar no gráfico 5 – Processo de escolarização no Ensino Médio.

Na continuação do tópico apresentamos a forma de ingresso na UFU. Assim, as possibilidades de respostas foram baseadas na forma de ingresso que a UFU disponibiliza, que são: ENEM/SISU; Portador de Diploma; Transferência; Vestibular.

Gráfico 7 Forma de Ingresso na UFU



Fonte: Próprio da autora, 2021.

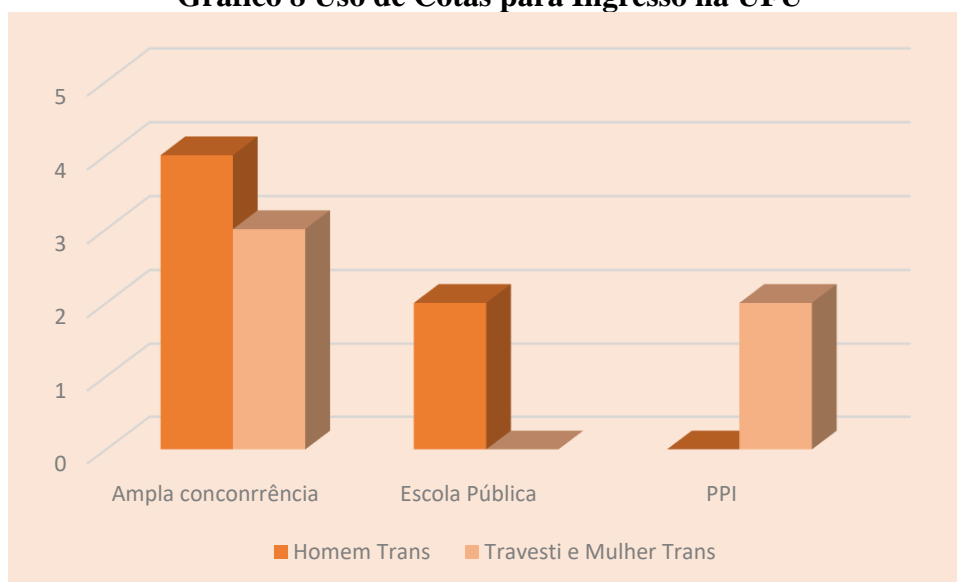
Analisando o gráfico, evidenciamos que 8 da(o)s estudantes ingressaram pelo ENEM/SISU e 3 pelo vestibular. Entre as outras questões colocadas para complementar

essa questão, tivemos o ano de ingresso, tendo variações entre 2011 e 2020, considerando a entrada na graduação. A outra questão é em relação aos cursos de ingresso, estes perpassam pelas Áreas do Conhecimento das Ciências Exatas e da Terra, Saúde, Humanas e Artes.

Os campi que estão localizados esses cursos são Umuarama e Santa Mônica. Já o período de aula variou entre diurno, integral, matutino e noturno. E o deslocamento para campi foi realizado ou a pé ou via transporte municipal.

Outra questão abordada no questionário refere-se a questão das cotas. Procuramos saber se utilizaram das cotas para ingresso na UFU. Baseamos na categorização de grupos de cotas utilizados pela UFU, que são: estudantes que tenha cursado todo o Ensino Médio em escola pública; estudantes de baixa renda que devem ter renda familiar bruta inferior ou equivalente a 1,5 salário-mínimo; Preta(o)s, parda(o)s e indígenas (PPI) para estudantes que se autodeclaram preta(o)s, parda(o)s ou indígenas; e para Pessoas com deficiência (PDC), (CONGRAD, Resolução N° 12/2018).

Gráfico 8 Uso de Cotas para Ingresso na UFU



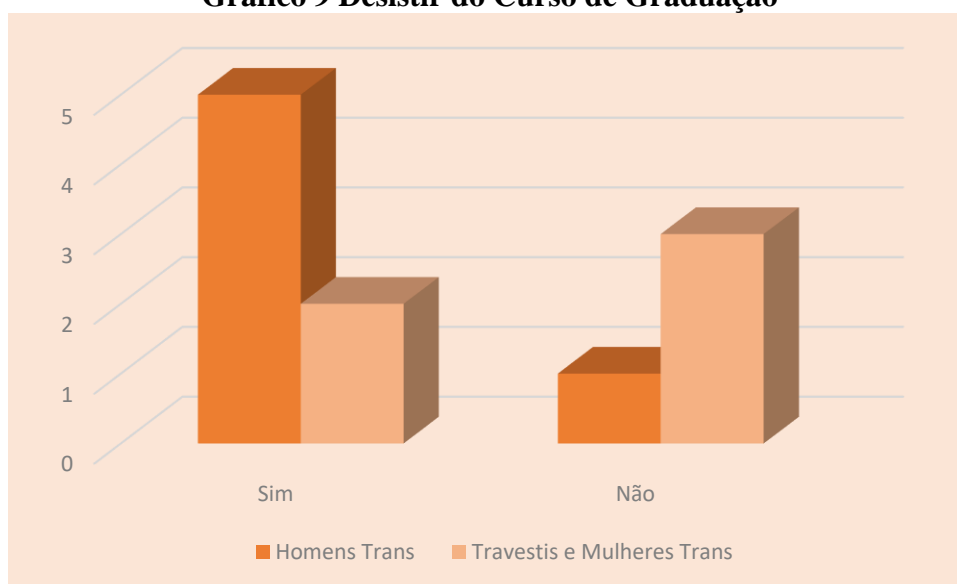
Fonte: Próprio da autora, 2021.

A partir do gráfico podemos evidenciar que: 7 da(o)s estudantes ingressaram pela ampla concorrência, 2 pela cota de escola pública e 2 pelas cotas PPI. Outro dado possível de se analisar é que as travestis e mulheres trans em sua maioria ingressaram pela ampla concorrência e um grupo menor pelo grupo de cotas PPI. Já em relação aos

homens trans a maioria ingressou pela ampla concorrência e uma parcela recorreu as cotas de escola pública. A lei de cotas possibilitou que 4 da(o)s estudantes travestis e transexuais respondentes acessassem a UFU nesse período analisado.

Buscamos identificar se em algum momento pensaram em desistir do Curso de Graduação. Considerando o auto índice de abandono escolar por parte da(o)s estudantes travestis e transexuais, que já foram mencionados nesta pesquisa. O próximo gráfico foi inserido no sentido de avaliar se essa(e)s estudantes em algum momento avaliaram a possibilidade de desistirem da vida acadêmica.

Gráfico 9 Desistir do Curso de Graduação



Fonte: Próprio da autora, 2021.

Como resposta tivemos que 7 da(o)s estudantes respondentes pensaram em algum momento em desistir do curso, sendo a maioria representada por homens trans. Outra questão que foi abordada, foi em relação a pretensão em dar continuidade a vida acadêmica. Como resposta tivemos que 7 responderam que sim, pretendem continuar em um curso de pós ou em outra graduação. Por fim, 10 responderam que esta é a sua primeira graduação.

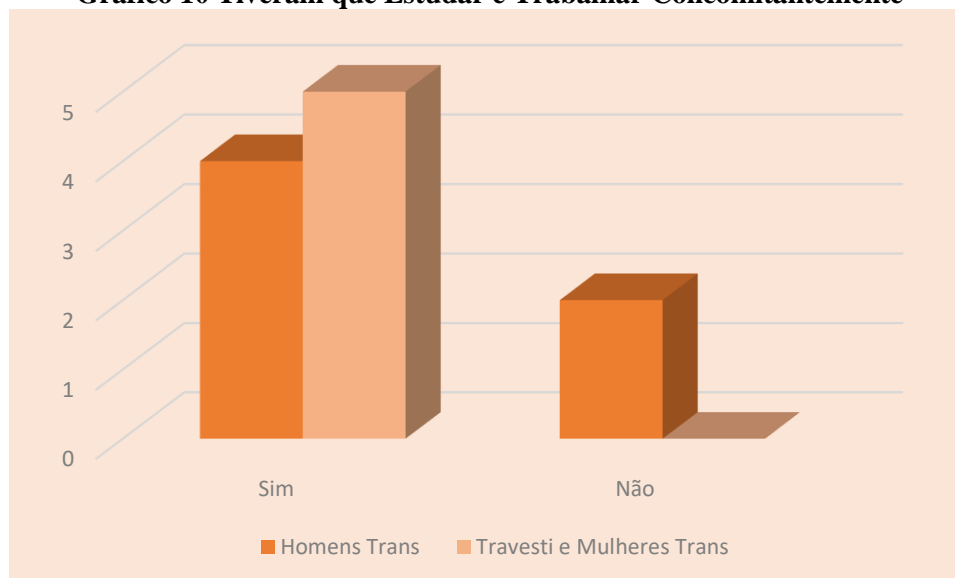
Como síntese desta subseção, o perfil educacional da(o)s respondentes são em sua maioria vinda(o)s da escola pública; passaram por cursinhos pré-vestibular; ingressaram pelo ENEM/SISU através da ampla concorrência e pensaram em algum momento desistir da graduação.

4.3. Perfil econômico da(o)s estudantes trans e travestis da UFU

Nesta parte do questionário, buscamos conhecer o perfil econômico da(o)s respondentes do questionário. Abordamos questões, como: se tiveram de conciliar trabalho e estudo; como avaliam ter trabalhado e estudado; receberam apoio financeiro da família e se receberam bolsas ou auxílios estudantis.

Entender como se deu o processo econômicos dessa(e)s estudantes, corrobora para entender como foi organizada a permanência na universidade, pelo viés financeiro. A primeira questão buscou conhecer se a(o)s participantes tiveram que estudar e trabalhar ao mesmo tempo.

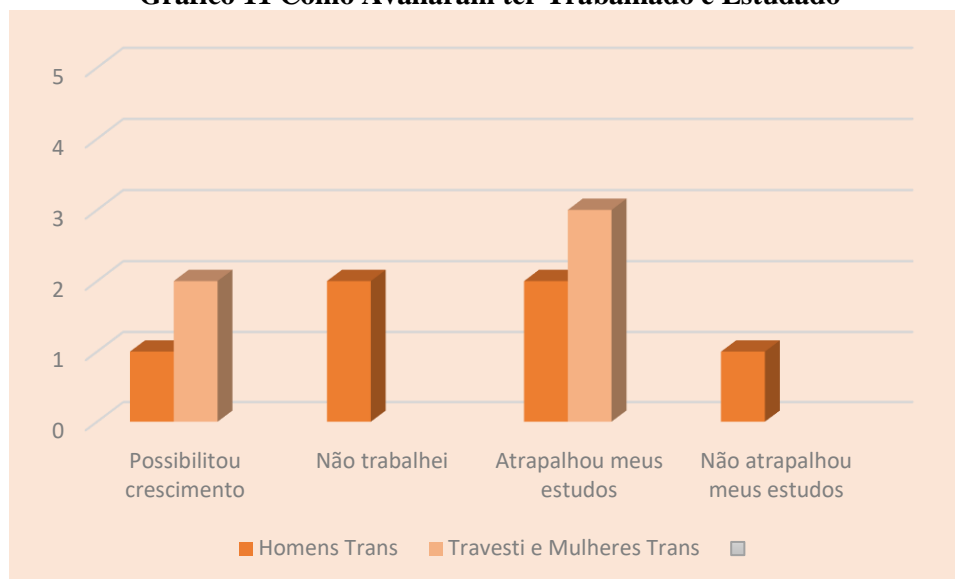
Gráfico 10 Tiveram que Estudar e Trabalhar Concomitantemente



Fonte: Próprio da autora, 2021.

Ao ser perguntado se a(o)s participantes tiveram que conciliar trabalho e estudo, 9 responderam que sim tiveram que trabalhar durante a graduação, tendo todas as travestis e mulheres trans trabalhado durante a graduação. Outras questões colocadas para complementarem essa, foi em relação a carga horária de trabalho semanal, a partir da qual à maioria respondeu trabalhar cerca de 31 a 40 horas por semana e em relação à média salarial que ficou entre um e dois salário-mínimo.

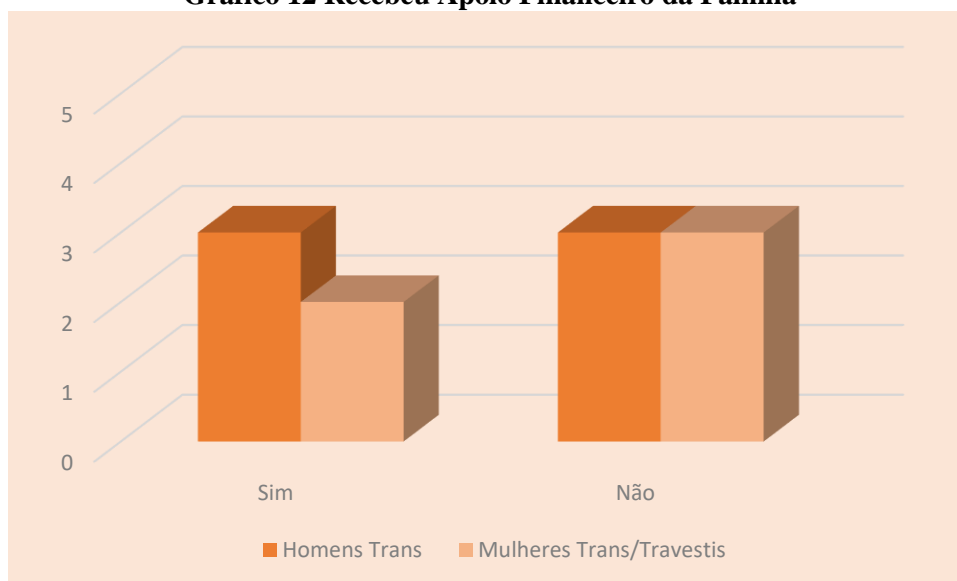
Buscamos a avaliação da(o)s participantes sobre a questão de trabalhar e estudar ao mesmo tempo, se esse fato comprometeu os estudos na graduação. No questionário, as respostas possíveis foram: possibilitou meu crescimento; atrapalhou meu estudo; não atrapalhou meus estudos e não trabalhei.

Gráfico 11 Como Avaliaram ter Trabalhado e Estudado

Fonte: Próprio da autora, 2021.

As respostas foram: 3 disseram que possibilitou o crescimento pessoal; 2 não trabalharam durante a graduação; 5 disseram que atrapalhou os estudos e 1 não atrapalhou os estudos. Analisando pelas categorias gênero, as travestis e mulheres trans disseram 60% que atrapalhou os estudos e 40% que possibilitou o crescimento. Já para os homens trans as respostas foram 33% disseram não terem trabalhado durante a graduação, 16% disseram que possibilitou o crescimento, 33% alegaram que atrapalhou os estudos, e 16% disseram que não atrapalhou estudos.

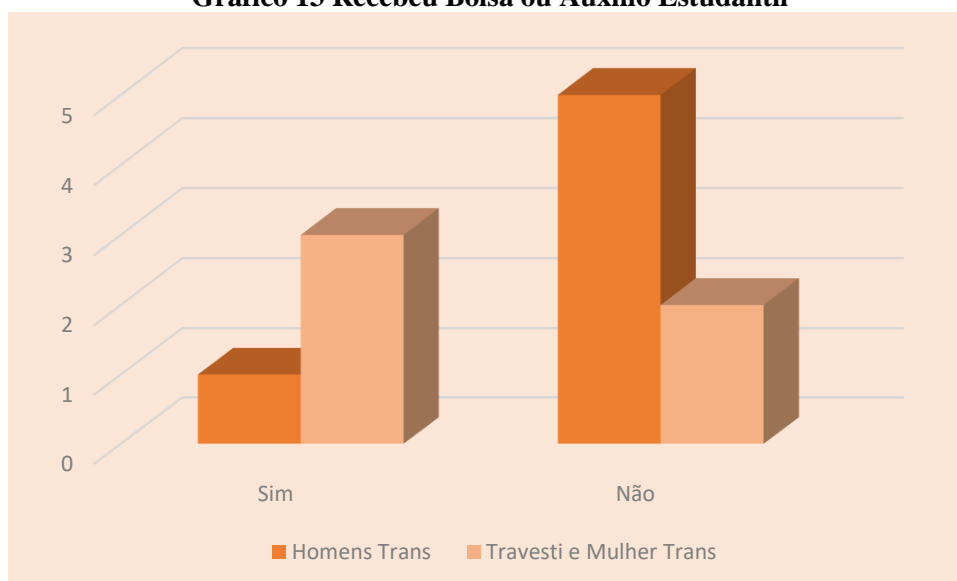
Outra questão abordada no questionário foi sobre o apoio financeiro por parte da família. Nessa questão, foi perguntando se recebiam apoio financeiro da família, com possibilidades de respostas sim ou não.

Gráfico 12 Recebeu Apoio Financeiro da Família

Fonte: Próprio da autora, 2021.

Conforme apresentando no gráfico, tivemos 6 da(o)s estudantes informando não terem recebido apoio financeiro familiar e 5 informaram terem recebido o apoio financeiro da família.

Sabendo da importância que os auxílios pecuniários, assim como, as bolsas de estudos têm para a vida acadêmica e financeira da(o)s estudantes, e como contribuem para o processo de permanência, essa questão teve o intuito de saber se a(o)s respondentes foram contemplada(o)s com as mesmas.

Gráfico 13 Recebeu Bolsa ou Auxílio Estudantil

Fonte: Próprio da autora, 2021.

A partir do gráfico, percebemos que apenas 4 da(o)s estudantes respondentes declararam terem recebido bolsa. Dentre as bolsas recebidas foram indicadas: Iniciação Científica (IC), Monitoria e Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). As travestis e mulheres trans representam 20% da(o)s contemplada(o)s.

Já em relação ao recebimento de auxílios estudantis, 7 disseram não ter recebido nenhum tipo de auxílio na graduação. Ou seja, apenas uma pessoa foi contemplada, tendo esta informado que recebeu auxílio transporte e alimentação.

Outra questão colocada foi sobre a utilização de Programas de Assistência Estudantil, tais como atendimento médico, odontológico, pedagógico e psicológico. 2 da(o)s respondentes disseram nunca terem acessado esses programas; 2 informaram terem feito uso de atendimento psicológico; 5 fizeram uso de atendimento médico e 1 uso de atendimento pedagógico.

Com relação a participação em Programas de Mobilidade Estudantil ou Intercâmbios, as respostas foram unânimes, nunca participaram de nenhum.

Como síntese desta subseção, o perfil econômico da(o)s respondentes em sua maioria tiveram que conciliar os estudos com o trabalho e avaliaram que esse processo prejudicou a dedicação e o bom desempenho na graduação; já em relação ao apoio financeiro familiar a maioria não teve e não foram contemplados com auxílios ou bolsa estudantis.

"Non, je ne regrette rien -Não, eu não me arrependo de nada"



Fonte: P₈, 2022.

5. SEÇÃO V – VIVENDO NAS MARGENS: AS VOZES DA(O)S PARTICIPANTES

*Estou procurando
Estou procurando
Estou procurando, estou tentando entender
O que é que tem em mim
Que tanto incomoda você
Linn da Quebrada, Submissa do 7º dia, 2017)*

Nessa etapa da pesquisa, buscamos ouvir a(o)s participantes e problematizar suas percepções sobre as várias questões que perpassaram suas trajetórias dentro da universidade.

No quadro abaixo, apresentamos a(o)s participantes desta etapa.

Quadro 6 Apresentação da(o)s Participantes das Entrevistas

Participantes	Autodeclaração da cor	Expressão de gênero	Curso
P ₁	Preta(o)	Travesti	Pedagogia
P ₂	Branca(o)	Homem trans	Zootecnia
P ₃	Parda(o)	Mulher trans	Pedagogia
P ₅ *	Branca(o)	Homem trans	Direito
P ₆ *	Branca(o)	Travesti e Mulher trans	Teatro
P ₈	Branca(o)	Homem trans	Geografia
P ₉	Branca(o)	Homem trans	Artes Visuais
P ₁₀	Parda(o)	Travesti	Serv. Social
P ₁₁ *	Branca(o)	Mulher trans	Psicologia

(*estudantes que cursaram a graduação e estão na pós-graduação na UFU)

Fonte: Própria autora, 2021.

Assim como na primeira etapa, para manter o sigilo das identidades da(o)s participantes, mantivemos a ordem utilizada no primeiro quadro. O intuito é de que seja possível fazer novos cruzamentos, a partir destes dados, para novas pesquisas.

Com a intenção de rememorar as respostas de cada participante, iniciamos as entrevistas a partir das respostas respondidas no questionário. Após esta etapa, e em seguida conduzimos a entrevista seguindo com o roteiro semiestruturado, buscando discutir sobre: como foi o processo de sair do Ensino Médio e ingressar a UFU; como o processo de transição foi influenciado pelos olhares dos familiares e amig(a)s; como as representações socioculturais impactaram suas vidas; como foi permanecer dentro da

UFU; como foi lidar com situações de preconceito e discriminação dentro da UFU e como foram elaboradas as r(E)xistências dentro da UFU.

5.1. TRANSição: O olhar da família e amiga(o)s

Iniciamos, buscando mapear como foi o processo de sair do Ensino Médio e acessar a UFU, o processo de transição¹¹ e como tudo isso foi influenciado pelos olhares dos familiares e amiga(o)s.

Analisando os relatos da(o)s entrevistada(o)s que vieram de outros estados, foi possível identificar uma motivação em comum. A maioria informou ter vindo para Uberlândia exclusivamente para ingressarem na UFU, essa escolha foi motivada, principalmente, por conta da nota obtida no ENEM.

Vale salientar a importância dessa política de inclusão. O ENEM representou para essa(e)s estudantes uma chance real para acessarem ao Ensino Superior, uma vez que nas instituições próximas de suas cidades, à concorrência e as notas de corte eram maiores, o que levaria ao risco de não ingressarem na universidade naquele momento.

Iniciamos, buscando problematizar como foi o processo de transição e como foi influenciado pelos olhares da(o)s familiares e amiga(o)s. Para a maioria a transição se deu após a entrada na UFU, coincidentemente, no mesmo momento em que esta(e)s estudantes estavam saindo da adolescência para a idade adulta.

O fato de estar em uma outra cidade na universidade, me possibilitou esconder da mãe a transição por um ano [...] o fato de estar fora me possibilitou, pois eu já tinha tido contato antes, já tinha visto, já sabia quem eu era, então eu ter mudado de cidade possibilitou [...] porque se você está na sua cidade e na casa de seus pais tendo contato com isso, você vai viver um conflito enorme (P₃, 2021).

Além disso, houve relatos de que o processo de ingresso na universidade se apresentou como uma possibilidade de autonomia e liberdade para conduzirem o processo de transição, longe da família. Como posto por Louro, “a construção do gênero também se faz por meio de sua desconstrução” (LOURO, 1997, p. 39), a busca pela

¹¹ Esse processo pode ser entendido como uma forma de equilibrar a identidade travestis e trans com o corpo físico através de acesso a procedimentos como hormonização, cirurgias de modificação corporal e redesignação sexual, assim como acompanhamento multiprofissional.

expressão travesti e trans parte dessa desconstrução da norma inscrita nos corpos, que é enraizada pela família e pela sociedade.

Só após essa desconstrução que é possível encontrar sua verdadeira expressão, que está localizada fora da ordem binária. Muita(o)s já se reconheciam como travestis e transexuais, tinham uma noção dos processos que enfrentariam, e ainda não haviam iniciado a transição e nem verbalizado para a família a intenção. Relataram ter preocupação em relação a possíveis interferências da família e amiga(o)s uma vez que ainda tinham certa dependência afetiva e financeira.

Segundo Dossiê ANTRA, “estimamos que cerca de 75% da população não conhece, teve contato ou se relaciona socialmente ou em seu cotidiano com uma pessoa trans” (BENEVIDES, NOGUEIRA, 2021, p. 38). Muita(o)s relataram serem as primeiras pessoas travestis e trans da família, não tendo nenhuma outra referência próxima para se apoiarem. Infelizmente, algumas narrativas sobre essas vivências são violentas e falaciosas e disseminam o ódio e atua na manutenção do binarismo de gênero e o cissexismo como norma regulatória.

Estar longe da família, de amiga(o)s e de todo o universo que reconhecia antes da transição, tornou possível maior privacidade, evitar conflitos e se proteger dos olhares de discriminação. Além disso, possibilitou também ter contato com outras pessoas travestis e trans e estabelecer vínculos, trocas e formar novas redes de apoio.

A universidade, se apresentou como um importante espaço de possibilidade de inclusão e de construção do conhecimento acerca da travestilidade e transexualidade e, também, da diversidade sexual. Butler (2018), fala de operador biopolítico local que permitem o exercício performativo, e que se apresenta como um espaço de potências, de resistência democrática e de modos de pensar e viver que não sejam os regulados pela norma. Apesar da universidade ser uma instituição reguladora da norma, seus corredores, espaços não controlados e apoio de algumas poucas iniciativas institucionais foram a brecha necessária para que a resistência se constituísse.

Eu comecei a me fortalecer para poder falar sobre isso foi dentro do espaço universitário. Estava difícil lidar com a puberdade e lidar com aquele corpo, não era uma sensação de desfragmentar “esse corpo não é meu” era exatamente ao contrário, aquele corpo é meu, mas eu quero ser lida de outra forma, quero poder vivenciar experiências femininas

porque eu me identifico é com esse mundo. E quando eu entro na UFU que eu conheço o projeto “em cima do salto” dos profa. Flávia e Emerson, que hoje é o ambulatório CRAIST. Então ali eu vou conseguindo entender mais e conhecer pessoas semelhantes a mim, porque na infância eu não tive contato com pessoas trans, era uma realidade muito distante, e quando se ouvia falar era o estereótipo do homem que se veste de mulher, que vai pra rua se prostituir, é pervertido (P₁₁, 2021).

A universidade, em certa medida, operacionalizou os encontros das experiências cotidianas das pessoas travestis e trans. Mesmo sendo poucos os espaços, foi possível reconhecer pares e aliada(o)s que contribuíram para criar formas de resistências. Principalmente no sentido de dividir as angústias e se fortalecer não só psicologicamente, mas também, se estabelecer academicamente como produtora(e)s de conhecimento.

Nesse sentido, o Centro de Referência e Assistência Integral para a Saúde Transespecífica (CRAIST) da UFU, promoveu ações voltadas não só para a atenção e o cuidado da saúde de travestis, mulheres e homens transexuais, mas, também, oportunizou esses encontros, que se tornou referência para a resistência das pessoas travestis e trans estudantes ou não da UFU.

O CRAIST, criado em 2007, está localizado no Hospital das Clínicas e conta com uma equipe multidisciplinar, com atendimento clínico, endócrino, ginecológico, psiquiátrico, psicológico e de assistência social. A UFU foi uma das primeiras a ter em seu hospital-escola um ambulatório voltado para a saúde transespecífica.

O processo de transição para a maioria da(o)s estudantes se deu após a entrada na UFU, o ingresso na universidade se apresentou como uma possibilidade de autonomia e liberdade para condução do processo de transição, longe da família, pois a norma está inscrita no corpo e é enraizada pela família e pela sociedade.

Foi preciso primeiro desconstruir em si a ideia da binaridade, para daí produzir uma nova expressão de gênero. Como percebido em alguns relatos, muita(o)s já se reconheciam como travestis e transexuais, tinham uma noção dos processos que enfrentariam ao se assumirem, e ainda não haviam iniciado a transição e nem verbalizado para a família o desejo e intenção.

Durante esse processo, a relação com a família, amiga(o)s e espaços de socialização foram relatados das seguintes formas:

Eu tenho muita sorte no contexto geral, na família me aceitaram muito bem. Eu me vejo como um caso único, porque tive muita sorte com a família, amigos, professores e a turma da época da faculdade, porque todos aceitaram muito bem e muito fácil (P₂, 2021).

Quando decidi contar para minha família, falei primeiro com a minha mãe e depois pra minha irmã e elas super me acolheram e meu irmão que é gay foi um pouco transfóbico perguntando se eu tinha certeza. Eu não contei para o meu pai, tinha uma relação ok! mas não tinha muita intimidade (P₅, 2021).

Foi muito tranquilo, as vezes eu falo que minha história não teve nenhuma tragédia não. Amigos que mantenho contato até hoje foi muito tranquilo, eles me aceitaram super bem [...] em relação a família a primeira pessoa que contei foi a minha mãe, aceitou super bem, chegou a ir ao ambulatório comigo uma vez. Hoje eu me dou bem com a minha família, claro tem pontos e pontos (P₈, 2021).

A aceitação e apoio familiar se mostrou como fator importante para essa(e)s estudantes em seus processos de transição. São rígidas as fronteiras em relação ao gênero, que são estabelecidas pelos regimes de poder e de verdade sobre os corpos, gêneros e sexualidades que são produzidas e reproduzidas pela instituição família (FOUCAULT, 1999). Ter o reconhecimento do núcleo familiar e do ciclo de amizades se mostrou de real importância e relevância, uma vez que a realidade das pessoas LGBTQIA⁺ é muito diferente dessas que foram relatadas.

Oliveira (2017) pesquisadora Travesti, em sua tese de doutoramento, intitulada “O diabo em forma de gente: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação”, apresenta a nós que a realidade de um muita(o)s jovens LGBTQIA⁺, é desde muito cedo, rodeada de situações de violências, as quais por vezes são enfrentadas sozinha(o)s. Isso ocorre porque geralmente a família dificilmente se constitui como uma fonte de proteção e apoio.

Uma vez que os corpos correspondentes à norma são considerados legítimos dentro das mais diversas esferas da vida social e familiar, aqueles que não correspondem a essa marcação têm suas vivências deslegitimadas. Portanto, ter um espaço de acolhimento, afetividade e apoio foi o que possibilitou para essa(e)s estudantes o sentimento de segurança durante seus processos de transição. Convém

lembrar que experimentar uma vivência que está fora da norma é tê-la deslegitimada, o tempo todo, dentro das mais diversas esferas da vida social e familiar. A norma opera no sentido de validar e invalidar, e essa invalidação se dá por meio de violências físicas e psicológicas, da marginalização dos corpos, da expulsão e exclusão de meios dos espaços sociais e familiares. Portanto, receber esse acolhimento, afetividade e apoio possibilitou para essa(e)s estudantes o sentimento de segurança durante seus processos de transição.

É notório que esse apoio e conforto familiar e de amiga(o)s não se apresentou logo no início para algumas/alguns. Foi preciso tempo e paciência para terem a aceitação e reconhecimento.

Meu pai ficou sabendo e aí se afastou por um ano. Eu dei o tempo pra ele, eu achei que ele precisava de um tempo, mandei uma carta explicando tudo, ele não respondeu, então eu dei o tempo que ele precisava. Depois de um ano voltamos a se relacionar perfeitamente. Era um momento que ele precisava de adaptação, mesmo sem falar comigo ele continuou a me bancar, não me bateu, não me violentou, apenas silenciou, isso me incomodou, mas eu sabia que ele precisava daquilo (P₅, 2021).

Contei para minha mãe e foi péssimo, no começo ela não entendia e não aceitava, ficou muito chocada, mas não teve agressão, apenas a negação do porquê você vai fazer isso? como que vai fazer isso com seu corpo? as pessoas podem te retalhar te achar ridícula! Demorou um tempo até ela começar a me chamar pelo nome, mais de um ano, mas também não usava o meu nome masculino. Ela não conseguia falar ‘filha’, mas também não atravessava esse limite do “você vai ser fulano e pronto!” (P₁₁, 2021).

Notamos através destes relatos, que o não dito, também está dito e explícito. O discurso não só se faz na linguagem verbalizada, mas também naquilo que não é dito, como posto por Foucault (1999). Existe uma rede de violências simbólicas naquilo que não é falado, o silêncio e uma forma de violência, principalmente em relação as sexualidades e gêneros que dissidem da norma.

Os familiares e amiga(o)s precisam fazer o movimento de deslocar o pensamento da lógica compulsória de gênero e sexualidade e romper com esta definitivamente. Ter um familiar travestis ou trans é estar frente a uma pessoa que desestabiliza a ordem normativa que nos foi ensinada. É preciso se dispor a desconstruir gradativamente as manifestações implícitas e explícitas de preconceito ou

desconhecimento sobre diversidade sexual e de gênero. Para que aí haja a reiteração da ideia de pertencimento, acolhimento e segurança por parte da pessoa travesti e trans junto a sua família ou amiga(o)s.

Em vários relatos os silêncios que a(o)s familiares impuseram, disseram mais do que se houvessem falado algo de fato e diretamente. O discurso não só se faz na linguagem verbalizada, mas também naquilo que não é dito, como posto por Foucault (1999). Existe uma rede de violências simbólicas naquilo que não é falado, o silêncio é uma forma de violência, principalmente em relação as sexualidades e gêneros que dissidem da norma.

É preciso se dispor a desconstruir as manifestações implícitas e explícitas de preconceito e desconhecimento sobre diversidade sexual e de gênero. Somente após esse movimento é que será possível a reiteração da ideia de pertencimento, acolhimento e segurança junto a sua família ou amiga(o)s por esta(e)s estudantes.

Contudo, há casos que ao romper com a norma, foi também necessário romper com familiares e amiga(o)s.

Eu rompi com muitas pessoas, não foi 100% tranquilo. A maioria que continuou comigo eu agradeço. Mas teve sim pessoas que eram importantes para mim, mas que não conseguiram me acompanhar. Mas eu sei que até eu morrer eu vou encontrar esse tipo de gente e que vai tá presa ao passado, que não vai querer a nova eu (**P₁, 2021**).

Teve o apoio e ao mesmo tempo não teve, eu perdi minha melhor amiga, terminei um relacionamento e minha família toda se virou de costas. E aí eu também tive que entender os amigos que estavam ali pra me apoiar e os que estavam ali por que era divertido (**P₃, 2021**).

Eu acho que foi um pouco complicado, houve muito rompimentos com pessoas que me conheciam antes da transição. Veio muito uma onda da solidão da mulher trans, e tem a solidão acadêmica, eu entrei total nesse rolê. Um rolê também muito de misantropia, um ódio de praticamente todo mundo, não conseguir estar com outras pessoas em grupos eu realmente me isolei, eu sou uma pessoa totalmente *Always* eu sou realmente uma pessoa muito sumida e ninguém sabe onde está (**P₆, 2021**).

Agora eu tenho recebido apoio deles atualmente. É uma coisa nova, nova até para mim. A gente está se reaproximando há algum tempo. Eu saí de casa por questões de transfobia. Eu e meu pai tivemos uma briga horrível, por questões transfóbicas, homofóbicas, discurso racista que eu nunca aceitei que ele ficasse falando perto de mim. Após esse embate, eu vi que ali realmente não era um lugar pra mim.

Hoje em dia eles estão retomando essa aproximação, estamos retomando a relação aos poucos (P₉, 2021).

Meu pai, quando eu comecei a me feminizar, mandou um recado que se eu fosse para lá como ‘bicha’ ele ia me espancar para eu virar homem. E aí eu fui para lá um tempo depois, sou muito afrontosa, então vamos ver mesmo se ela vai fazer isso. É um cara que mal pagava pensão, só pagou depois que eu entrei na faculdade e levei ele na justiça. Não foi um pai provedor, presente, não foi pai de nenhuma forma nem afetivamente e nem financeiramente. Então eu fui lá, para ver se ele ia me bater, não teve briga ou embate, mas ele teve que engolir, por que que história é essa? não paga nem meu hormônio e nem as minhas roupas, quem é ele pra falar algo desse tipo? (P₁₁, 2021).

As situações expostas são muito frequentes na vida de pessoas travestis e trans. É importante ressaltar que o Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais no mundo. Ocupa essa posição há 11 anos, como apresentado nos dossiês da ANTRA de 2020, 2019 e 2018 E no Relatório da pesquisa da *Transgender Europe* (2016). Apesar de existir novas formas de operar o dispositivo da sexualidade (FOUCAULT, 1999), o sexo ainda hoje continua a operar como um ideal normativo.

Os discursos ainda são regulados e produzidos para nos dizer quais são os “corpos que importam e os corpos abjetos, entre as vidas dignas e as vidas indignas de consideração, respeito e luto” (BUTLER, 2019, p.16). Dessa forma, para algumas pessoas travestis e trans se manter no seio familiar, de amiga(o)s ou em determinados espaços de socialização, não era mais uma opção. Suas vidas ali não eram mais legítimas, sua inteligibilidade foi perdida.

Nessas situações alguns pontos chamam muito a atenção. Por exemplo, o entendimento que muita(o)s disseram ter em relação aos rompimentos, reconciliações e afastamentos que terão com pessoas queridas e próximas ao longo de suas vidas. Esse movimento será parte permanente de suas vivências, e que todo esse processo está unicamente ligado a aceitação ou não de sua expressão de gênero.

Assim, como a solidão será na maior parte do tempo sua principal companhia, especialmente devido aos enfrentamentos diários que terão ao impor sua identidade e expressão, para ter sua escolha minimamente respeitada. E por fim, perceber que sua vivência para algumas pessoas é mera diversão, engajamento social ou só ser alguém descolada(o) que tem uma amizade com uma pessoa travesti e trans.

Além das violências relatadas, ainda há de se enfrentar uma outra situação. Onde, aquela(e)s que se apresentam como aliada(o)s, provocam situações de exposição, constrangimento e desconforto ao se demarcar a expressão de gênero da(o) amiga(o) como uma forma até de deslegitimar sua vivência.

Colegas mais afastados chegaram em mim e disse que não aceitavam, eu pensei “uai eu nunca pedi a permissão”. Estas pessoas mantiveram a tratativa no feminino e nome errado por um bom tempo, quase por 1 ano. Quando as mudanças físicas da hormonização começaram a aparecer, e tive uma passabilidade cisgênera maior, aí eles começaram a me tratar no pronome e no nome masculino, como se nunca tivessem me dito que não aceitavam (**P₂, 2021**).

As pessoas me apresentavam como ‘essa é fulana minha amiga trans’ [...] então tinha que ser trans tinha que ser falado, no sentido de me diminuir e elevar a pessoa, a síndrome do “cis-salvador” existe, eu namoro uma pessoa trans, me aplaudam por isso eu sou amiga de uma pessoa trans me aplaudam por isso (**P₃, 2021**).

Percebemos como o discurso opera no sentido de regular as relações. Pessoas cisgêneras se sentem hierarquicamente superiores as pessoas travestis e trans, e se apoiam na ideia de que precisam permitir, aceitar, tolerar, validar e legitimar as vivências fora da norma para que essas outras possam existir. Desta forma, para algumas pessoas travestis e trans, se manterem no seio familiar, de amiga(o)s ou em determinados espaços de socialização, parte da necessidade de a todo momento terem que legitimar sua vivência e buscar a inteligibilidade que lhe foi tirada.

A noção de passabilidade¹² mencionada expõe a necessidade normalizadora de desenvolvimento características físicas como contornos e traços corporais que em certo limite, garantem a possibilidade de uma pessoa travesti e trans ser lida ou reconhecida como cisgênera. Ter a passabilidade permite a algumas pessoas travestis e trans escaparem de determinadas violências, principalmente as que são dirigidas aos corpos que são vistos como não legítimos e inteligíveis pelas categorias homem/mulher (BUTLER, 2016). Nessa estrutura de inteligibilidade, os corpos aceitáveis são aqueles que passam sem serem reconhecidos como não-cisgêneros, nesse sentido, a passabilidade se torna uma estratégia de esquiva ante a violência que ocorre no espaço público (SILVA, 2013).

¹² Condição de torna-se invisível no CISTema (YORK, 2020, p. 69).

Marcar a travestilidade e transexualidade no discurso como um fenômeno que precisa ser lembrado e mencionado sempre, não ocorre ao acaso. Butler (2016), ao falar da performatividade de gênero, explica que está se trata de um conjunto de atos regulados e repetidos, que vão assegurar a pessoa que o reproduz uma imagem substancial dentro da matriz heteronormativa, conseqüentemente cisgênera também.

Por esse motivo, a passabilidade que algumas pessoas trans alcançam, principalmente homens trans, coloca-os nesse lugar de não passarem ou perceberem as situações de opressão.

Outro ponto eu sou privilegiado, sou homem trans, sou homem trans que está em um estágio avançado de transição, tenho muito mais barba que muitos homens cis. Então as pessoas olham pra mim na rua e diz “é um homem trans”, então não tinha como eu estar no campus é alguém me abordar e dizer “seu trans, sua lésbica” ou algo nesse sentido, porque ninguém de certa forma saberia só de olhar para mim que eu sou uma pessoa trans (P5, 2021).

Há um reconhecimento dos privilégios que homens trans têm em relação a travestis e mulheres trans no quesito passabilidade. Percebe-se também que as práticas cotidianas estão implicadas na produção e manutenção de uma corporalidade única e normal. Além disso, as fronteiras do gênero e da sexualidade estão em constante policiamento, e a não inteligibilidade é sempre apontada e demarcada (BUTLER, 2016; BENTO, 2008).

Nesta subseção, percebemos como o apoio de familiares e de amiga(o)s, se mostrou como um importante aliado para o reconhecimento, aceitação e segurança em relação aos seus processos de transição. E como a falta desse, aliado a não aceitação e exclusão, influenciaram as vivências desta(e)s estudantes, especialmente no decorrer da transição.

A universidade representou ser um espaço de construção do conhecimento e de encontros, trocas e de estabelecer novas redes de apoio. É importante destacar o papel do CRAIST e coletivos formados dentro da UFU. Esses espaços atuaram como operadores biopolíticos, que colaboraram para criação de resistências democráticas e potências de luta.

Verificamos também como o discurso, a inteligibilidade e a passabilidade foram o tempo todo demarcadas nas relações com as pessoas cisgêneras, onde essas se sentem confortáveis e validadas a demarcarem e violentarem físico e psicologicamente os corpos travestis e trans.

5.2. TRANSferir: As representações socioculturais e o impacto na vida de pessoas travestis e trans

Sabemos que não é de hoje que frentes civis, políticas e religiosas com discursos conservadores atuam na tentativa de refutar a categoria gênero como uma construção social. O que demonstra como questões sobre gênero e sexualidade são elementos em disputa nesse território, e coloca vidas travestis e trans na luta pelo pertencimento à moral social.

Os discursos e práticas assumidos por estes grupos, podem ser qualificados como LGBTQIA⁺fóbicos, pelo cunho preconceituoso e discriminatório que apresentam frente a diversidade sexual e de gênero existente. Atuam por meio do silenciamento, da retirada de direitos, dos julgamentos morais, de posicionamentos contrários e reprodução de estereótipos.

A produção e a reprodução desses discursos dentro de certos ambientes acabam por ser difundida, praticada e legitimada na esfera familiar e social através de atos de violência e exclusão de forma direta ou indireta. Muita(o)s da(o)s estudantes entrevistados disseram já ter consciência sobre seus desejos e de como se viam diante do mundo, mas que alguns processos de subjetivação ainda precisavam ser desconstruídos.

Se eu me aceitasse como homem trans eu passaria por cima do que as mulheres construíram e defendem, será que eu quero ser homem só por ser mais fácil? Só por que tem vantagens? E isso me deixava com medo, por que eu não queria isso, deixar de lutar, mas não me sentia confortável, eu ficava com medo (P₂, 2021).

Uma das questões morais apresentadas, esteve relacionada a possibilidade de que o processo de transição pudesse colocá-lo em um lugar de conforto, ou até mesmo de opressor, a depender de como se desenvolveria sua masculinidade. Como posto por Connell (2016), homens são condicionados a depreciarem aquilo que é considerado

feminino e colocar as mulheres em subalternidade¹³. Ter ciência de como o universo feminino é ameaçado pelo machismo, patriarcado e subalternizado socialmente fez com que houvesse o receio de estar se posicionando como homem trans, apenas para se beneficiar do lugar social de privilégio que o ser homem possui.

Porém, é exatamente por ter consciência das lutas já empreitadas no passado e no presente pelos movimentos das travestis, das feministas e LGBTQIA⁺ que estão ligadas a defesa dos direitos e ao combate ao machismo e outras formas de opressão foi o respaldo para o enfrentamento destas questões. E não só isso, foi possível construir uma masculinidade não tóxica ou que não colocasse o feminino nesse lugar subalterno. Foi necessário nesse processo, entender que a categoria homem é heterogênea. Logo, uma boa parte não se vê representada pela figura branca, heterossexual e ocidental que se encontra no topo da hierarquia social e é imposta como universal.

Como posto por Louro, “os grupos dominados são, muitas das vezes, capazes de fazer dos espaços e das instâncias de opressão lugares de resistência” (LOURO, 1997, p. 37). Travestis, mulheres trans, homens trans, LGBTQIA⁺, preta(o)s, PCD’s e outras “minorias”, buscam nas brechas e fissuras criarem suas resistências. Ter consciência do lugar que ocupam socialmente, e se colocarem em espaços coletivos de discussão sobre as questões que envolvem suas vivências, possibilitou atuarem de forma mais eficiente, e combaterem as violências e opressões cotidianas.

Eu acho o que me impediu foi a minha experiência em um colégio militar, acho que se eu tivesse estudado em uma escola periférica, menos rígida eu teria contato com uma galera mais livre. No colégio militar era tudo muito rígido, eu fui uma criança que não tive um olhar pra isso e o que tive não era suficiente para me movimentar tanto. O pior e tudo é que meus pais não têm noção disso, de quanto foi destrutivo essa passagem pelo colégio militar, em todos esses sentidos de atraso da minha transgeneridade e fora várias outras coisas que são bem traumáticas. Tem essa ideia de que a criança vai ter disciplina, por ser um colégio militar, que é uma escola boa (P6, 2021).

O relato desvela o quanto os corpos são controlados em nossa sociedade, principalmente sob a ótica machista, na qual “a heterossexualidade não seria exclusivamente uma prática sexual, mas um regime de poder” (BENTO 2008, p. 24).

¹³ Subalternidade está vinculada ao conceito de inferioridade, menor e abjeto.

Regime esse que a todo o momento determina como deve ser nosso comportamento social, para além da prática sexual tida como correta.

Como um ambiente marcado pela hetero/cis/normatividade compulsória pode afetar a vivência de uma pessoa travestis e trans, a escola, como posto por Louro, “delimita espaços, servindo de símbolos e códigos [...] todos os sentidos são treinados” (LOURO, 1997, p. 58, 61).

Por eu estar em um curso conservador e elitizado, eu pensei muito como seria o depois, eu queria ser magistrado, naquela época eu não tinha consciência da passabilidade então achava que poderia me prejudicar. Se eu me assumir e a minha família pode não me aceitar parar de me mandar dinheiro e como eu iria viver aqui em Uberlândia. (P5, 2021).

A preocupação com o futuro profissional se apresentou justamente por ter consciência de que sua vivência é uma ameaça ao CISTema (VERGUEIRO, 2015). A crença de que ter títulos e ser bem-sucedido na profissão escolhida dependeria mais de como seria visto, respeitado ou “tolerado” no espaço profissional, do que de sua competência em si. Por mais que a pessoa travestis e trans se apresente apta, sempre será considerada anormal. Percebe-se, com isso, o medo de ter roubada sua expectativa de ascensão profissional e social, juntamente com a possibilidade de poder exercer a profissão desejada.

Como posto por Bento, “antes de nascer o corpo já está inscrito em um campo discursivo” (BENTO, 2011, p. 550). Somos colocados no mundo, que existem estruturas construídas, determinando e comprovando a existência do que é o certo e o errado, do que é normal e o patológico. O original já nasce contaminado pela cultura, que socialmente foi promovida a ter um único padrão, hetero/cis/normativo. E, em torno desse padrão, todas as outras são planejadas. Se cria os estereótipos e os preconceitos, cercados de práticas discriminatórias.

Outra inquietação apresentada, foi a quantidade de questões religiosas. Por ser cercada de um discurso conservador, rigoroso e com uma postura moralista em relação as questões que envolvem gênero e sexualidade. A religião acabou por se apresentar como uma problemática na vida dessa(e)s estudantes. Apesar de haver uma grande diversidade religiosa no mundo, o cristianismo ainda impera como a principal.

Acho que breiou por muito tempo na minha vida, os 17 primeiros anos, me proibiram de viver o que eu queria ter vivido, no começo eu tinha medo de ir pro inferno, do diabo, de ter uma pomba gira no meu corpo e isso rondou a minha vida por um tempo, e hoje não mais (P₁, 2021).

Eu não tenho muitas memórias da minha infância e adolescência, quase todas estão relacionadas a igreja. [...] eu lembro na minha adolescência por exemplo, quando surgia uma conversar ou outra sobre a minha identidade sexual, logo aquilo era abafado, porque eu era a cantora principal da igreja, tinha muito disso de abafar e tonar aquilo irrelevante, ao mesmo tempo em que era me dá sua alma e você está aqui pra isso. Minha família não tinha pessoas formadas, uma família muito pobre e humilde, vivendo em um lugar precarizado e a igreja era a sua base instrumental de vida. Tem gente que tem contato com todas as tribos muito antes, mas de fato eu cresci dentro de uma redoma, com muito medo (P₁₀, 20210).

Como posto por Foucault (1999), a instituição igreja atua como reguladora da norma. E por isso, também delimita a performatividade de gênero dentro da ordem binária. Esse pensamento contribui para que muitas pessoas travestis e trans que foram criadas dentro deste espaço, vejam sua existência como pecado, algo que deve ser punido ou banido de si. Essas pessoas sofrem retaliações, por ousarem proclamar uma expressão de gênero divergente da imposta nas diversas esferas sociopolíticas e culturais.

A diversidade religiosa existente ainda não é suficiente para alterar o modelo hegemônico normativo. A maior parte das religiões mantém as discussões sobre gênero e sexualidade como um tabu. E essa se torna uma questão de confluência entre a maioria dos grupos religiosos.

Em virtude do seu estigma social, desvincular desses dogmas que a religião incute não é algo fácil e simples de ser feito. É necessário que se tenha paciência, que se busque diálogo, conhecimento e aceitação. A “sociedade rotula e trata a pessoa que se traveste exclusivamente como travestis, esquecendo-se que, em primeiríssimo lugar, ela é pessoa e cidadã como todo mundo” (LANZ, 2014, p. 124). Ser uma pessoa travestis e trans não pode ser o eixo central de toda a sua história, como se fosse o único núcleo definidor da sua identidade social.

Em alguns casos, os espaços religiosos se mostram menos taxativos ou possibilitaram uma maior fluidez, não se colocando como algo que impedisse de praticar a sua fé.

Já a religião pelo menos os centros que eu frequento não tem essa pegada de preconceito, minha mãe e as amigas me acolheram muito bem, então no meu caso ajudou (P₅, 2021).

Religião eu sempre ignorei muito essa vertente religiosa mais conservadora, nunca fez sentido para mim, mesmo antes de entrar na graduação, não fazia sentido pra mim um Deus tão poderoso vai me julgar por eu querer ser aquilo que eu realmente sou e me identifico, não fazia sentido antes esse discurso, então não foi um impedimento (P₁₁, 2021).

Considerando que a religião é um marcador que dá sentido à vida das pessoas, fazendo parte da construção da identidade, seja heterossexual ou homossexual, discussões no sentido de desconstruir gênero e sexualidade, deveriam fazer parte desses espaços. Ao se levar em consideração apenas as formas de existir circunscritas pelo dispositivo de poder hegemônico, deixam de fora as outras formas de existir que ali também estão presentes. Sendo alguns desses espaços instâncias de segregação, discriminação e de reprodução de discursos que podem gerar violências simbólicas e até mesmo físicas contra pessoas que dissidem da norma.

Nessa subseção conseguimos perceber como algumas representações socioculturais, tais como os fatores morais, crenças e religiosidade, afetaram ou não a visão da(o)s estudantes entrevistada(o)s em seus processos de transição. Ser uma pessoa travestis e trans requer lutar contra as cobranças que são desencadeadas pelos discursos conservadores e religiosos, com o peso do pecado, dos discursos morais e do desvio de normas e normatizações, que contrastam com sua identidade, desejos e afetos.

O processo de transicionar requer rompimentos e fortalecimentos em relação essas representações socioculturais, pois são pontos que socialmente afetam suas escolhas, repercutem em suas vivências e define suas identidades.

5.3. TRANSPor: Adentrar na UFU

Adentrar na universidade pública, representou para a vida dessa(e)s estudantes o encontro com o novo. Não só no sentido de estar em um ambiente novo, mas também

no de encontrar pares e reconhecer suas singularidades, de fortalecer, empoderar e criar formas de r(E)xistir. Ter este espaço ocupado por pessoas travestis e trans, representa uma possibilidade de hackeá-lo, no sentido de provocar resistência e ruídos na hetero/cis/normatividade.

Diante dessa realidade, acessar a universidade foi considerado uma possibilidade de transformação.

Sou a primeira da família a se formar no Ensino Médio, a entrar na universidade e, possivelmente, a finalizar também [...] eu fico muito feliz em inspirar minha família, eu realmente sou uma inspiração para eles, inclusive até por ser travesti é um meio que eu consigo reverte isso, [...] ser a primeira a entrar na faculdade isso acho que me ajudou muito a fazer a cabeça dos meus pais, e provar que tipo não é porque eu sou travesti que eu vou ser prostituta, vou ser uma pessoa mal caráter, que não vou me preocupar com a minha vida e com o meu futuro. Enfim, eu sou muito orgulhosa de mim e de tudo o que eu proporcionei a eles (P₁, 2021).

Ser a primeira da família a estar dentro do espaço universitário foi motivo de orgulho. E foi também uma forma de reafirmar que os estereótipos de gêneros e sexualidades impostos socialmente, não podem ser tomados como padrão.

O caminho da prostituição foi colocado não só nesse relato, mas também em outros, como um medo sinalizado por parte dos familiares e amiga(o)s. E não é de se estranhar esse comparativo, uma vez que esse ainda seja um caminho trilhado pela maior parte das pessoas travestis e trans. A RedeTrans informa que 82% das travestis e mulheres trans que abandonaram o Ensino Médio entre os 14 e os 18 anos, destas 90% recorreram a prostituição como forma de sobrevivência (RedeTrans, 2021).

Contudo, o que também ficou claro junto a esses dados, é a motivação desta escolha. Os motivos que levam a essas pessoas a recorrerem a prostituição está relacionado diretamente aos processos de discriminações que sofreram dentro do ambiente escolar e por não terem recebido o apoio familiar necessário em relação a sua vivência fora da norma.

E importante destacar que para perspectiva teórica-metodológica por nós adotada, a prostituição deve ser pensada como uma escolha, e não como destino para os

corpos que dissidem da norma. Essa deve ser reconhecida como uma prática profissional possível, a qual se faz necessário debates acerca de sua regulamentação.

Logo, as opressões, a dimensão socioeconômica somada com o conjunto de marcadores sociais que pesam sobre as pessoas travestis e trans, aliado ao desamparo familiar são fatores que pesam para que essa(e)s se mantenham ou não no espaço acadêmico. É importante garantir não só o acesso, mas principalmente a permanência dessa(e)s estudantes dentro do espaço educacionais.

Acessar à universidade pública não é uma realidade para toda(o)s. Existe uma lacuna entre finalizar o Ensino Médio e entrar no Ensino Superior.

Eu não conheci pessoas trans que estudassem na UFU, no meu grupo eu era o único que estava em uma universidade pública e tinha um outro que estava no particular. A grande maioria terminou o Ensino Médio no EJA e já foi trabalhar direto (**P₂, 2021**).

Como apresentado no Dossiê da ANTRA (2020) e o relatório da ANDIFES (2016), apenas 0,02% das pessoas travestis e transexuais estão na universidade. Uma parcela mínima acessa a universidade, e dessa(e)s uma parcela ainda menor finaliza. Entendemos que adentrar na universidade para estas pessoas, acabou sendo um divisor de águas para suas vidas. E para que chegassem ao tão sonhado diploma, foi necessário ter uma rede de proteção, apoio e de trocas dentro e fora do espaço universitário.

O abandono e a evasão/exclusão é também uma realidade das pessoas travestis e trans universitária(o)s. E essa dinâmica ocorre justamente por conta da exigência que os padrões de normalidade têm sobre suas vidas, e que por vezes terminam por reforçar o preconceito. Para Louro (1997), a diferença está sempre implicada nas relações de poder, nas quais a hetero/cis/normatividade impera sobre as outras formas de existir.

Tranquei o curso no início da pandemia, eu estava com uma crise de depressão muito grande e como não conseguia fazer nada resolvi trancar o curso. Eu queria muito terminar, até porque eu já estava na metade, mas eu falei não minha sanidade estava indo embora (**P₂, 2021**).

Nesse momento, eu tive que trancar a faculdade por conta disso, porque eu não tinha mais condições psicológicas, físicas e emocionais, nenhuma para ir pra faculdade, meu corpo dizia ‘não vamos hoje porque é torturante (**P₃, 2021**).

Eu tranquei mesmo por eu tenho uma visão de que eu não estava tão pronto para faculdade naquele momento, por ter outra interferência de vida pessoal e questões de trabalho, me fez não ter a faculdade como prioridade na vida (P₈, 2021).

Então eu passei um ano com o curso trancado, nessa época tomei pau em duas matérias [...] eu tentei retomar o curso no 2º semestre [...] eu tive essa tentativa de retorno pra UFU, fiz quase um semestre de aulas, mas aí eu já não puxei nenhuma matéria no meu curso, porque eu não queria mais fazer por incompatibilidade minha com o currículo do curso (P₉, 2021).

As questões apontadas, como depressão, exigências do currículo, não estar pronto para a graduação, trancar, retomar, reprovar e não ver sentido no curso dentre outros, são fatores que não são registrados pela universidade. A evasão/exclusão parece ser precedida desse desinteresse ou desmotivação em estar neste ambiente. Andrade chama esse processo de “evasão involuntária” (ANDRADE, 2012, p. 247), que basicamente é o descaso por parte da(o)s gestora(e)s educacionais em investigar o real motivo para a evasão, e assim se eximem de qualquer responsabilidade sobre a decisão desta(e) estudante.

Tem também certa omissão da UFU em relação à população trans, pois eu vejo entrar um grande número de pessoas trans e de repente somem, trancam, não chegam ao fim, não se sabe pra onde vão. O que está acontecendo? Por quê? ou até mesmo aqueles que estão o curso e começam a transicionar no curso e de repente somem, não estão mais lá, não participam, foram tirados de lá, por quê? Por quem? são totalmente falhos e excludentes [...] é muito complicado, porque nós estamos na universidade, mas ao mesmo tempo nós não estamos nela (P₃, 2021).

Considerando que a evasão/expulsão é um problema institucional, deve-se levar em conta todos os fatores que excluem essas pessoas do Ensino Superior contra à sua vontade. Como apresentado no Relatório Final do Perfil da Evasão e da Retenção de Estudantes dos Cursos de Ciências Humanas e Ciências Biomédicas da UFU, realizado pelo Observatório de Políticas Públicas UFU (2019). A origem da exclusão involuntária é “responsabilidade do Estado e de suas políticas de estado e de governo, seja das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), no que tange à forma como a educação superior é ofertada” (OPP/UFU, 2019, p. 40).

Nesse mesmo relatório, podemos analisar dados específicos em relação a evasão e retenção na UFU. Foi analisado o período de 1º semestre/2012 ao 2º semestre/2017, e apontou que a evasão na UFU nesse intervalo não chegou ao patamar

de 9%. Considerou-se o padrão de identificação da evasão, a não efetivação da matrícula por três semestres consecutivos.

O que chama a atenção em relação ao padrão utilizado é que durante esses três semestres, por não ser considerado evasão, as causas da não matrícula não são apuradas. Nesse período muitas coisas podem ocorrer como, por exemplo, a perda do contato com a(o) estudantes de forma definitiva, ou ainda a possibilidade levantar quais foram os reais motivos que levaram a(o) estudante a evadir/expulsar da UFU. E, o principal, reverter esse processo de evasão/exclusão.

Ainda segundo o relatório, a UFU possui 15 formas de registro para a evasão, que não são capazes de apontar as verdadeiras razões desse processo. Entendemos que essa incapacidade de se apontar os reais motivos está diretamente ligada ao padrão utilizado para se demarcar o que é ou não evasão/exclusão, que decorre dos motivos que já mencionamos acima.

Para além disso, no relatório o marcador gênero é analisado de forma binária, ou seja, de maneira hetero/cis/normativa. A UFU não considera as diversas expressões de gênero e sexuais possíveis. Desta forma, retomamos ao que Bento (2008) fala, as estatísticas não levam em consideração as motivações que estudantes travestis e trans tem ao se desligar do ambiente educacional.

Entendemos que essas violências e exclusões poderiam ser discutidas, problematizadas, mas a universidade se mantém nesse “lugar do conhecimento, mantém-se em relação, à sexualidade e ao gênero, como lugar de censura, desconhecimento, ignorância, violência, medo e vergonha” (JUNQUEIRA, 2012, p. 286, 287). O problema a ressaltar é que a não problematização da violência, do preconceito e discriminação, acaba por resultar num ostracismo social que compromete as trajetórias educacionais desta(e)s estudantes e que fere os princípios de uma universidade pública, gratuita e de qualidade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) Nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, é clara ao se garantir que se deve exercitar a cidadania no âmbito escolar e toda(o)s devem ser incluída(o)s em igualdade de condições para o acesso e

permanência. Logo, deve-se sempre analisar e priorizar a permanência dessa(e)s estudantes dentro do espaço educacional, como direito essencial da educação.

Além disso, a garantia do acesso e permanência de pessoas travestis e trans no Ensino Superior contribui para que se modifique a Educação. Como podemos constatar junto a pesquisa realizada por Sandro Prado Santos, mencionada em nosso levantamento na seção II. Os encontros de pessoas travestis e trans com o ensino de biologia, acabou por captar uma outra possibilidade para se ver e ensinar a disciplina em relação ao ensino de sexualidades, sexos, corpos e gêneros como fluxo do regime biológico, social, histórico e político (PRADO, 2018).

Pesquisas como essa, demonstram que há possibilidades de se rever os currículos e as práticas educativas, que esses encontros possibilitam buscar, revisitar, adaptar ou incorporar novas formas de ensinar na prática docente. Além disso, há de se criar formas que sejam inclusivas e que garantam a ampliação das discussões, principalmente as que englobem as vivências para além da hetero/cis/normatividade. É uma oportunidade de avanço para a Educação como um todo.

Nessa subseção, percebemos que acessar o espaço universitário e se manter nele foi uma experiência enriquecedora tanto para a(o)s estudantes, quanto para a própria Educação. Porém, também foi constatado que esse caminho é difícil e tortuoso, por motivos diversos.

A possibilidade dessas pessoas com seus corpos e identidades, hackear o espaço universitário, acessando as brechas, absorvendo seus elementos, recriando e subvertendo as epistemologias dominantes, e colocando em xeque a norma ali vigente foi também um importante ponto.

Por fim, foi constatado que a evasão/exclusão da(o)s estudantes da UFU não é mensurado estatisticamente de forma concreta. Para além disso, os dados catalogados são insuficientes para que possamos traçar um panorama geral do abandono universitário, especialmente em relação a(o)s estudantes travestis e trans.

Entendemos que essas violências e exclusões poderiam ser discutidas, problematizadas, mas a universidade se mantém num ostracismo social que compromete

as trajetórias educacionais desta(e)s estudantes e que fere os princípios de uma universidade pública, gratuita e de qualidade.

5.4. TRANSitar: Permanecer na UFU

A convivência universitária, no geral, apresenta conflitos, dificuldades, resistências e preconceitos para toda(o)s que ali estão inserida(o)s. Estas dificuldades perpassam por uma série de situações que envolvem a estabilidade financeira, emocional e psicológica da(o)s estudantes. Mas também, está vinculada ao posicionamento da instituição em assumir uma política que promova a igualdade e equidade social, indo além da reparação como compromisso social (ANDRADE, 2012; OLIVEIRA, 2017).

A universidade tem que pensar por todos, mas, sobretudo as travestis, a gente depende de muito mais coisas, o corre pra gente é muito mais embaixo. É muito importante pensar na questão financeira, a gente não consegue emprego da mesma forma que outras pessoas, as meninas que moravam comigo na república, eram todas pretas e conseguiam emprego no *shopping* e em vários lugares que eu nem me imaginava, tentei algumas vezes e não deu certo, eu não fui chamada, ficava dias esperando resposta (P₁, 2021).

Nesse cenário, pessoas travestis e trans enfrentam as dificuldades que qualquer outra(o) estudante enfrentaria dentro do ambiente universitário. Entretanto, para além disso, são alvo também das mais diversas dificuldades e formas de discriminação, preconceito e violências, sejam estas institucionais ou não. Para esse público em específico, permanecer dentro da universidade vai além das meras dificuldades que qualquer outra(o) estudantes enfrentaria.

Como eu queria que as coisas tivessem sido mais fáceis para a gente, não de mão beijada, mas de uma forma tranquila, de conseguir deitar a cabeça hoje sabendo que amanhã você vai ter o que comer (P₃, 2021).

Percebemos nesse relato, o conceito de precariedade de Butler, aqui explicado por Rodrigues, Oliveira, Rocon e Roseiro (2019).

Onde uma vida não pode florescer e expandir, Judith Butler, implicada com produção de condições e de políticas que garantem a vida, chama nossa atenção para nos reconhecermos como precários. A precariedade, pode ser compreendida como a tentativa de nos mantermos na vida. Precários somos todos. Mas a precariedade é resultado de esforços que nos colocam em posições de desigualdade. (RODRIGUES, OLIVEIRA, ROCON; ROSEIRO, 2019, p. 12).

Entendemos, portanto, que a precariedade está presente nas marcas da desigualdade que uma vida pode ter perante outras, e não na vida em si. É nesse sentido, que precisamos ações afirmativas e políticas de permanência devem ser promovidas para que estudantes travestis e trans possam ter condições reais de se manterem dentro da universidade.

Como posto por Sales “O acesso está garantido pela constituição brasileira. Porém a permanência com êxito (sucesso) é que está em xeque” (SALES, 2018, p. 225). A falta de políticas de ação afirmativa que visem não só o acesso, mas principalmente a permanência de pessoas travestis e trans no Ensino Superior, demonstram que a educação não é um direito de toda(o)s e que há restrições para esse público em específico.

Em muitos relatos, principalmente das travestis e mulheres trans, não terem sido contemplada(o)s com os auxílios estudantis, se apresentou como um dilema para sua permanência na UFU.

Os auxílios estudantis são uma forma de colaborar com a permanência da(o)s estudantes. A possibilidade do não recebimento compromete a continuidade do sonho que é ter um diploma, e para além disso, a possibilidade de ascensão social e se estabelecer no mundo do trabalho.

Não consegui nada, participei de processos, fui para UFU contando com esse auxílio do RU, passei no ENEM e a minha cota era pra pessoa negra e de baixa renda, comprovei a minha renda e passei. Se eu tivesse um status financeiro ok! isso teria feito toda a diferença. Quando saiu o resultado dos auxílios e eu não tinha conseguido, eu chorei muito, porque eu achei que teria que voltar para SP e meu pai não ia querer me ajudar, foi um dia péssimo (P₁, 2021).

A UFU tem como princípio “igualdade de condições para o acesso e permanência na UFU” (RG/UFU, 2016, p. 1). Desta forma, acatando o que prevê na Portaria N° 389, de 9 de maio de 2013 do MEC, que instituiu a criação do Programa de Bolsa Permanência, destinado à concessão de bolsas de permanência a estudantes de graduação de IFES. A Pró-reitora de Assistência Estudantil (PROAE) da UFU oferece os seguintes programas: de Integração dos Estudantes Ingressantes de Alimentação; de Moradia; de Transporte; de Saúde Física; de Saúde Mental; de Esportes, Recreação e Lazer; de Incentivo à Formação Cultural; de Assistência e Apoio aos Estudantes de

Baixa Condição Socioeconômica; de Incentivo à Formação da Cidadania; de Aquisição de Materiais Didáticos e Livros e de Bolsas Acadêmicas.

Os editais são abertos semestralmente. Nesses é possível verificar as vagas disponibilizadas e todas as informações necessárias para se concorrer aos auxílios. Existem editais específicos para estudantes estrangeira(o)s, indígenas e quilombolas, não havendo nos editais cotas reservadas para estudantes de baixa renda, preta(o)s e parda(o)s.

Como relatado por muita(o)s o processo de seleção não é algo fácil ou simples. São poucas vagas, é muito concorrido e são muitos os documentos que precisam ser anexados e, por fim, não se tem devolutivas em relação a negativa na concessão do auxílio. Dessa foram, a solução é esperar um novo edital para tentar concorrer novamente.

A pesquisa desenvolvida por Fausto Delphino Scote (2017), intitulada “Será que Temos Mesmo Direitos a Universidade? O Desafio do Acesso e a Permanência de Pessoas Transexuais no Ensino Superior”, já mencionada na seção II desta pesquisa. Revela que entre as dificuldades relatadas pela(o)s estudantes travestis e trans que participaram de sua pesquisa, o acesso a moradia estudantil e o recebimento de bolsas de auxílio pecuniário são questões centrais para a permanência na universidade.

Muita(o)s da(o)s estudantes entrevistada(o)s por Scote afirmaram que os valores recebidos foram insuficientes para suas despesas pessoais, e que em muitos momentos tiveram que recorrer a outra fonte de renda na tentativa de não abandonar a universidade. A partir dos relatos aqui apurados em nossa pesquisa, entendemos que essa também é a realidade de alguns/algumas estudantes travestis e trans da UFU.

No meu segundo ano da faculdade foi quando minha mãe me ligou um dia e disse que não iria me ajudar mais, e disse que estaria mandando x valor, que não dava metade do aluguel que eu tinha que pagar. Ela disse ‘não tem como mais te ajudar, ou você larga tudo aí e vem embora, ou dá um jeito de se virar por aí. Cheguei a me inscrever e enviar documentação, mas eu não fui selecionada e também não recebi nenhuma devolutiva do por que. Eu não sei se no momento em que eu fiz a matrícula eu tinha colocado que tinha o ajuda da família, e imagino também que é ruim para o sistema compreender que são muitas pessoas para analisar situações e a peculiaridades de cada uma. Então, tipo cheguei com x de renda e agora diz que não tem, possivelmente está fraudando. Não houve uma conferência, uma

entrevista, para saber o que acontece, cheguei a tentar em todos os anos e em outros processos também (P₃, 2021).

As modificações em relação a alteração do *status* financeiro no decorrer do semestre letivo foi outro apontamento apresentado pela(o)s estudantes. Em muitos casos, a motivação desta mudança está relacionada diretamente ao processo de transição e a não aceitação da família. Os níveis de rejeição familiar são altos, o que geram um impacto profundo nestas vidas, tais como instabilidade educacional, econômica, patrimonial e habitacional (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021).

Apesar de existir no âmbito da UFU a Portaria PROAE N° 18, de 17 de agosto de 2020, que dispõe sobre a metodologia que deve ser utilizada para a realização de análise socioeconômica pela equipe técnica de serviço social da Divisão de Assistência e Orientação Social (DIASE), casos como o mencionado parecem não ter tratativas de imediato.

Para esses casos a(o) estudante deve procurar a DIASE, passar pela triagem com as assistentes sociais que irão emitir parecer para a direção. Esta, por sua vez, analisa e decide se há como atender ou não caso a caso. O que notamos é que durante esse processo a(o) estudante fica desamparado, aguardando uma devolutiva, podendo esta ser uma negativa.

Percebemos que se faz necessário pensar em uma universidade que não seja só *locus* de conhecimento, é preciso pensá-la como protagonista e instrumento de inclusão e de respeito e reconhecimento das diferenças. Pensar na permanência de estudantes travestis e trans é levar em consideração suas realidades, singularidades, subjetividades e demandas específicas.

Sabemos que há uma série de outros marcadores sociais, para além do gênero, que cercam suas vivências. Como posto por Oliveira (2017), são múltiplas as combinações de gênero, sexualidade, classe, raça, etnia que estão presentes na vivência de estudantes LGBTQIA⁺.

Meu CRA¹⁴ é baixo, obviamente pelo trancamento, e outra coisas, o que dificulta a ter acesso a um estágio ou monitoria, e fica sempre a impressão de que é má aluna pelo desempenho pelas notas (P₃, 2021).

O CRA é um importante critério para a concessão de bolsas, porém este é impactado pelas notas baixas, faltas e trancamentos de disciplinas ou do curso, dentre outros parâmetros. O desempenho acadêmico é diretamente afetado ao passo que a(o) estudante travesti e trans, precisa lidar com outras demandas de sua vida particulares. E essas geralmente estão ligadas as condições de desigualdade que estão submetida(o)s, como a falta de recursos financeiros, o não apoio familiar e as situações de opressões.

Logo, percebemos mais uma vez que as singularidades que esta(e)s estudantes tem no decorrer do curso, não são novamente consideradas pela UFU para a permanência desta(e)s estudantes. Para participar dos Programas de Iniciação Científica (PIC), Iniciação à Docência (PIBID), estágios, monitorias, dentre outros que há concessão de bolsas, que estão vinculados à Pró-Reitoria de Pós-graduação (PROPP) da UFU, o CRA é um dos principais critérios avaliativos.

Participando de um processo seletivo de estágio que tinha bolsa, e eu tinha os requisitos e o horário dava pra encaixar com a grade. Marquei a entrevista e mandei minha documentação, que ainda estava com meu antigo nome, e chegando lá no dia da entrevista as pessoas esperavam uma outra pessoa, e não eu toda maquiada e arrumada. A entrevistadora que era a professora que estava organizando o projeto, me olha e diz “eu não sei como eu vou te apresentar para as pessoas assim, como esse documento, não sei o que vou falar para os pais das crianças com você aqui dentro da sala”. Eu fiquei me sentindo tão imunda, suja, péssima, gente você vai me apresentar como uma pessoa comum, uma mulher que está se descobrindo e num processo de transição. Ela disse que sabia o que era o que significa, mas isso era um impasse, algo muito difícil. Eu saí de lá muito constrangida, péssima (P₁₁, 2021).

O despreparo por parte do corpo técnico e docente é um importante ponto a ser analisado nesse relato. Sales (2012), diz:

A escola e suas práticas, com seus elementos representativos sobre as identidades de gênero fora dos padrões heterossexuais, demonstram inabilidade pedagógica para relacionar-se com essas sexualidades e opta pelo desconhecimento e falta de sensibilidade para com essas diversidades que permeiam os cotidianos escolares. (SALES, 2012, p. 105).

¹⁴ Coeficiente de Rendimento Acadêmico

A escola, mais uma vez, cumpre com seu papel enquanto guardião da norma hetero/cis/normativa. Seus e suas agentes cumprem e reforçam esses padrões, bloqueando, silenciando, e invisibilizando toda e qualquer outra possibilidade fora da ordem binária que queira adentrar em seu espaço.

Pode-se observar que a negativa ao direito da estudante em acessar a vaga de estágio, não está ligado aos requisitos da vaga. Mas sim, na inabilidade da professora responsável pelo projeto, em lidar com um corpo travesti e trans. E, em virtude deste fato, mais uma vez o estigma é reforçado.

Percebe-se que uma oportunidade foi perdida, e não só para a aluna em questão! Mas, especialmente para a escola, que poderia a partir desta experiência, promover a revisão de suas práticas e na conduta da(o)s docentes. Poderiam provocar mudanças no currículo, seria a possibilidade de abrir aquele espaço do conhecimento para o novo com uma outra perspectiva educacional.

Convém lembrar que o modelo de assistência estudantil ofertado no âmbito da UFU também é precário, pois nega a pessoas que carregam em seus corpos determinadas marcas, como o das pessoas preta(o)s, PCD's e das pessoas travestis e trans, a condição de permanecer dentro da universidade. Como já mencionado, não há nos editais a reservas de vagas, e a discussão de cotas para pessoas travestis e trans nem se quer é pautada.

“O reconhecimento político, econômico e social foi (e continua sendo) lento e descontínuo” (BENTO, 2014, p. 167). Em suma, observamos que existe uma trama que envolvem os corpos que importam e os que não importam (BUTLER, 2016), e pessoas travestis e trans estão certamente entre esses corpos que não importam. Principalmente se o assunto for em relação ao acesso e a permanência desta(e)s em ambientes educacionais.

O processo formativo é invisível, os sofrimentos vividos no interior da universidade vão se somando aos vivenciados fora dela, e acabam por disparar outras configurações de sofrimento. Os casos de transfobia constantes, a fase de transição, da autoaceitação, os conflitos com familiares e amiga(o)s dentre outros, se apresentam como um grande desafio a ser enfrentado. Soma-se a isso uma sociedade construída,

socialmente e culturalmente sob o pilar do machismo e da hetero/cis/normatividade. Estar neste estado constante de vulnerabilidade, torna-se a receita perfeita para o processo de exclusão.

A priori, a universidade deveria efetivar as práticas democráticas, ampliar os direitos de maneira direta e indireta, promover o acesso, a visibilidade das pessoas travestis e trans. Porém, o que percebemos a partir dos relatos e dos dados observados, é que são poucos os casos que esse ideal se concretizou. O que fica evidenciado é um constante processo de expulsão (BENTO, 2008).

A permanência das pessoas travestis e trans na UFU, para além das questões já mencionadas, foi dificultada também, por questões da ordem burocrática e institucional, que acabaram por contribuir com impactos significativos na vida acadêmica desta(e)s estudantes.

Então se eu sou um trabalhador que trabalha até as 17h e faço curso a noite, eu vou fazer o que para fazer os meus trabalhos. E os técnicos dos laboratórios estavam lá, porque não era organizado um turno da noite para que esses laboratórios ficassem abertos (P₉, 2021).

Como se dedicar ao curso de forma plena e satisfatória frente as dificuldades encontradas dentro da própria instituição? As singularidades que a(o)s estudantes trabalhadora(e)s possuem devem ser levadas em consideração pela gestão, coordenação, docentes. Principalmente, junto aos cursos que são integrais ou que requerem atividades extracurriculares no contraturno.

A faculdade que eu fazia tinha trabalhos extracurriculares, viagem, trabalho de campo, e dividir esse tempo com o trabalho me atrapalhou. E um não tinha uma flexibilidade para adaptar as demandas do curso (P₈, 2021).

Assim, como qualquer outra(o) estudante trabalhador(a), conciliar os estudos e o trabalho se apresentou como uma tarefa complicada. Por vezes os estudos são deixados em segundo plano, haja vista a necessidade de sobrevivência e subsistência. Em vários relatos, foi possível perceber que a necessidade de se ter vínculos empregatícios durante a graduação, vem muito nesse sentido de ter que promover, de alguma forma, a independência financeira para a sobrevivência social.

A(o)s estudantes travestis e trans sabem que precisam buscar conhecimento, para desenvolver competências e habilidades que lhes garantam um lugar no mundo do trabalho formal. Já que o preconceito e discriminação limitam esse acesso. E a única solução possível é resistirem e insistirem na busca de uma formação universitária.

Acessar a universidade sem qualquer política que vise à permanência, é insuficiente para essa(e)s estudantes. Há despesas como transporte, alimentação, apostilas, xerox, livros, cursos e congressos, enfim, uma série de atividades para quais são necessários recursos financeiros. Ter um vínculo empregatício é uma saída que atende a essa demanda. Consequentemente, interfere na possibilidade de se ter uma vivência ampla na universidade.

No geral eu me viro fazendo tranças, vendendo brigadeiro e tem o baile que era onde eu também fazia alguma grana maior (**P₁, 2021**).

Precisar trabalhar é outra coisa, só não podia, pois o curso era integral, eu fazia bicos para ter uma grana extra (**P₂, 2021**).

A busca por subempregos geralmente ocorre na tentativa de se manter dentro da universidade. O direito à cidadania é sistematicamente interdito para essas pessoas. Especialmente para aquela(e)s que tem origem familiar está fixado na base da pirâmide social, e que resvalam nos problemas gerados pela desigualdade de classe, pelo preconceito e pela exclusão social.

Os tipos de trabalho citados pela(o)s entrevista(o)s foram os mais variados e estavam na maioria das vezes ligados a informalidade. Foram vários fatores que impossibilitaram de ter um vínculo empregatício formal, mas o principal esteve ligado com a dificuldade de conciliar os horários das aulas com o do emprego. Em suma, ter uma renda extra foi uma necessidade para muita(o)s, uma vez que o apoio financeiro familiar as vezes eram insuficientes ou até inexistentes.

Trabalhar e estudar, foi percebido de formas diferentes pela(o)s entrevistada(o)s. Para algumas pessoas foi visto como uma possibilidade de se alcançar o crescimento pessoal e de ter experiências interpessoais, que contribuíram para com a profissão escolhida.

Eu sou muito de contato com as pessoas, então me possibilitou ter muito diálogo com as pessoas [...] ao fazer tranças eu fico média de 8 a 12 horas ali e rola a troca de ideia, e eu acho isso rico (**P₁, 2021**).

Ter experiência no ramo em que estudo, basicamente por poder me relacionar com outras pessoas. Até aquele momento eu nunca tinha trabalhado! então é importante aprender a lidar com o colega de trabalho e com o cliente. Ajudou adquirir conhecimento que será muito bom futuramente de forma profissional **(P₅, 2021)**.

Já para outra(o)s, o entendimento foi o de que as experiências profissionais não foram boas, chegando a se apresentarem como entrave para a continuidade dos estudos.

O difícil mesmo foi o cansaço mental, conciliar uma jornada de trabalho com uma jornada de estudos [...] trabalhando em média de 35 a 40 horas por semana e estudando **(P₉, 2021)**.

Quando você está trabalhando e estudando ao mesmo tempo então você não tem essa disposição. Você trabalha ali 8 horas ou até mais se a empresa pagar hora extra, e ainda tem que sair do trabalho e ir para faculdade. É complicado, requer concentração e tempo para ler e se dedicar **(P₁₀, 2021)**.

Para além destas questões, existiu também situações de violências sofridas no ambiente de trabalho, em decorrência da transfobia.

Teve uma experiência em que fui demitida por transfobia, lá quando entrei eu não tinha meus documentos retificados, mas estava tudo explicito eu falei o meu nome social [...] quando entrava no banheiro e as mulheres cis ficavam me olhando, algumas esperavam eu usar e ficavam ali me encarando. Alguns dias depois a supervisora pediu para eu parar de usar o banheiro feminino, porque ela ia tentar resolver isso, mas por enquanto eu tinha que tentar não usar [...] então eu fui ao banheiro mais afastado que não tinha muita gente usando, ao sair o segurança estava na porta me esperando e já pediu minha identificação e me disse que eu não poderia usar aquele banheiro. No outro dia eu fui demitida, a única da equipe a ser demitida, e eu estava fazendo tudo certo e claramente foi transfobia **(P₆, 2021)**.

Em relação ao uso de banheiros por pessoas travestis e trans, não existe uma lei específica que regulamenta essa questão, o que torna tudo muito relativo à posição de um juiz em relação ao assunto. Essas pessoas precisam se valer de estratégias, muitas vezes se sujeitam a usar o sanitário masculino/feminino ou de PDC, ou ficarem sem usar nenhum durante a sua permanência no ambiente, como demonstrado na pesquisa de Andrade (2012).

Fui mandar os currículos, e eles não me chamavam nem pra entrevista, nem respondia e foi aí que eu comecei a ocultar o meu nome de registro do currículo e mandei só com o nome social. Comecei a ter muitas entrevistas marcadas, mas quando eu chegava nas entrevistas, você percebe a feição do examinador **(P₉, 2021)**.

A dinâmica de exclusão vincula-se a com a norma social. Ambas agem no controle e produção de determinados corpos e na exclusão de outros. Em casa, na escola, na universidade e no trabalho essa dinâmica é fortemente naturalizada, esses espaços concentram uma maior tensão entre hetero/cis/normatividade e as diversidades corporais (VERGUEIRO, 2015). A consequência desse não enquadramento na ordem é, como já mencionado, a evasão/expulsão. Uma realidade comum na vida de pessoas travestis e trans no Brasil.

As variadas formas de preconceito, discriminação e violências que a sociedade coloca, resvala nessas vidas de formas diversas e significativas, seja dentro de seus núcleos afetivos, familiares, educacionais e de trabalho. Todo este conflito estabelecido na vivência travestis e trans, os documentos, resoluções e portarias que a instituição oferece, são apenas medidas paliativas, pois nem sequer ousam descrever tais questões e quando abordam são de forma superficial e amplas, categorizando essa vivência dentro da sigla LGBTQIA⁺.

É importante observar quais são as políticas internas e externas que estão implicadas no acesso e permanência de pessoas travestis e trans na universidade. Recente a UFU estabeleceu a criação da “Política de Diversidade Sexual e de Gênero UFU” (DCS/UFU, 2019), que através da Resolução N° 10/2019 do CONSUN, estabeleceu diretrizes e orientações para que se implemente dentro da UFU programas e atividades que promovam e garantam pleno exercício de cidadania e dignidade para pessoas LGBTQIA⁺.

Através da Portaria Reito UFU N° 1175/2020, designou a “Comissão Permanente de Acompanhamento da Política de Diversidade Sexual e de Gênero da UFU” que foi composta por membra(o)s do corpo docente, técnico e discente. A comissão é responsável por acompanhar a implementação da política e contribuir com as unidades administrativas e acadêmicas no planejamento de atividades. É importante perceber que apesar da comissão ter sido eleita pela(o)s pares, não há em sua composição pessoas travestis ou transexuais.

A UFU também possui uma política para o uso do nome social, Resolução N° 1/2015, do Conselho Universitário, que assegura às pessoas travestis, transexuais e transgêneros o direito do uso do nome social no âmbito da universidade.

Essas ações por si só não são suficientes para garantir que pessoas travestis e trans não evadam da universidade. Sem garantias de acesso e de permanência e vivendo em uma sociedade transfóbica, dificilmente será possível ter uma vida com garantias trabalhistas, educacionais e de segurança pessoal.

Nessa subseção, foi possível verificar os vários fatores que interferiram na vivência travestis e trans dentro, entrevistadas/os, da UFU. Iniciamos percebendo como se dá as dificuldades para se estabelecerem financeiramente, seja na tentativa de receber auxílios e bolsas estudantis, que se mostraram ser um grande impasse já que as políticas estabelecidas dentro da UFU acabam por não atender essa(e)s estudantes.

Outro ponto são as alterações que os *status* financeiros têm no decorrer do curso, na maioria das vezes a família deixa de contribuir financeiramente com a(o) estudantes, devido não aceitação do processo de transição. Mas, para além disso, tem-se também a dificuldade de se estabelecer no mundo do trabalho, sendo levados a assumirem subempregos sem garantias, e ainda enfrentam as transfobias que a hetero/cis/normatividade impõem nesses espaços.

Ficou também evidenciado, como que todas essas dificuldades influenciaram na dedicação dessa(e)s estudantes em seus cursos. Desde a incompatibilidade das atividades dos cursos com a rotina de trabalho desta(e)s estudantes, até não conseguirem se manter na vida acadêmica e optando pelo abandono. O que fica claro, é que não é uma escolha baseada exclusivamente nos interesses pessoais, mas devido a todas estas interferências, que os processos mencionados têm em suas vidas.

Por fim, entendemos que as medidas resolutivas que a UFU tomou nos últimos anos, a fim de, inserir as pessoas travestis e trans não foram suficientes. Muitas destas medidas se trataram apenas de ações paliativas, na qual as reais dificuldades enfrentadas por essa(e)s estudantes não foram levadas em consideração.

5.5. TRANSfobia: Preconceito e discriminação na UFU

A sociedade apresenta diversos problemas que afetam a vivência de pessoas travestis e trans, dentre eles a transfobia. Rememorando este conceito, trazemos as definições aqui já utilizadas, transfobia é, portanto, o “preconceito e/ou discriminação

em função da expressão de gênero de pessoas transexuais ou travestis” (JESUS, 2012, p. 29). E é um processo “utilizado para reduzir a(o)s sujeita(o)s aos quais se refere àquilo que é interpretado como defeito” (OLIVEIRA, 2017, p. 26). Lembrando, que a hetero/cis/normatividade é a maior responsável pela perpetuação deste tipo de violência.

Na universidade, assim como na sociedade, a reprodução da hetero/cis/normatividade é uma realidade, “hegemonicamente a sexualidade normal e natural é a heterossexual” (BENTO, 2008, p. 33). Nesse sentido, os corpos que desviam da norma, são vitimados e tornam-se abjetos, sofrendo as consequências da transfobia estrutural.

Para melhor explicar a noção de abjeção aqui apresentada, trazemos o conceito cunhado por Butler.

O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas “inóspitas” e “inabitáveis” da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do “inabitável” é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito. Essa zona de inabilidade constitui aquele local de temida identificação contra o qual – e em virtude do qual – o domínio do sujeito circunscreverá sua própria reivindicação de direito à autonomia e à vida. Neste sentido, pois, o sujeito é constituído através da força da exclusão e da abjeção, uma força que produz um exterior constitutivo relativamente ao sujeito, um exterior abjeto que está, afinal, “dentro” do sujeito, como seu próprio e fundante repúdio. (BUTLER, 2016, p.155).

Então, abjetos são todos esses corpos que fogem à norma de gênero, como é o caso das travestis e transexuais. Estes corpos são desumanizados e sofrem sanções por exteriorizarem, uma performatividade de gênero diferente da norma.

Bento afirma ainda que “a produção de seres abjetos e a desumanização é um projeto social, que encontra nas instituições sociais o *locus* para se reproduzir” (BENTO, 2008, p. 128). A universidade é uma dessas instituições, desse modo, reproduz a norma vigente de gênero e a sexualidade, olhando de forma abjeta e desumanizada para os corpos que dissidem (OLIVEIRA, 2017). Dessa forma, a transfobia vai se estabelecendo e criando meios sutis ou não de se apresentar.

Eu lembro de um episódio com uma professora, na segunda ou terceira semana de aula, do primeiro ano. Ela chegou com um monte de sacolas e de coisas de doação para mim. Sendo que eu nunca paguei de coitada, não fazia a linha tô precisando de ajuda, de

necessitada, tô passando fome etc. [...] Ela me deu roupa, bolsa, esmalte, algodão, lixa de unha, um monte de coisa, caderno, agenda, caneta. Eu peguei, mas eu me senti muito constrangida, muito sabe, não sei. Vocês imaginam isso, eu não precisava de caderno, eu me sentia bem com as coisas e roupas que eu tinha, e o engraçado é que eu não falei nada, peguei, agradei e na aula seguinte eu fui de shortinho e ela falou ‘cadê as calças que eu te dei?’ [...] ser travesti você passa por violências diárias, então chega um momento que você for fazer denúncia, brigar por tudo, eu não vou ter tempo para hidratar meu cabelo por exemplo (P₁, 2021).

Uma vez que o corpo travesti e trans adentra o espaço da sala de aula, este é colocado em risco. E isso se deve ao simples fato de desobedecer às normas e ao mesmo tempo revelar as possibilidades de subverter estas. Na tentativa de detê-lo, o ímpeto é o de tentar enquadrá-lo dentro daquilo que é aceitável. Neste caso, a professora ao tentar tornar aquele corpo adequado para o ambiente, julga que a doação seja o melhor caminho, roupas, acessórios, objetos que irá torná-la docilizada, tudo dentro do ideal feminino socialmente aceitável e inteligível.

Quando a iniciativa não funciona, e este corpo escapa, novamente tem-se a tentativa de detê-lo. A ação é a de lhe questionar e colocá-lo de volta nesse lugar subalterno e abjeto. Logo, percebemos que existem práticas sutis que passam despercebidas, há sempre uma tentativa de fazer a pessoa performar as representações de gênero dentro da norma. Percebe-se que a partir de uma atitude de humanidade, ajudar o próximo, há uma tentativa de normalizá-la dentro dos padrões ou dos CISTemas de regras que são fundamentados em valores e moralidades da norma (LOURO, 1997).

Pessoas transeuntes dentro da UFU, no jambolão, eu estava saindo da aula e três rapazes passaram por mim e eu escutei um deles falando “é homem ou mulher aquela porra ali” eu continuei andando e eles continuaram a caçoar e fazer piadinha e falar coisas ofensivas, como eu estava de fone de ouvido, fingi que não estava ouvindo e segui (P₉, 2021).

Há uma necessidade constante de marcar e subalternizar corporalidades travestis e trans. A transfobia é tão arraigada, que por muitas vezes é levada por esse viés da brincadeira e da piada. Certamente, se esse grupo de rapazes fosse questionado em relação a conduta mencionada, estes se valeriam da justificativa da brincadeira ou da piada, para embasar suas ações.

Esta é apenas uma das muitas formas de violência transfóbica que estão estruturadas em nossa sociedade, e são tomadas como práticas sociais aceitáveis. A transfobia estrutural vem dessa necessidade de manutenção dos pilares da hetero/cis/normatividade, a ação é sempre nesse sentido, demarcar o corpo abjeto comparando-o com a norma.

Bento (2008) fala do terrorismo contínuo e Miskolci (2013) do terrorismo cultural, no qual ambos atingem os espaços educacionais. A relação de poder é o mecanismo de imposição da cisnormatividade e heterossexualidade compulsória, o qual leva a não deixar espaço para estas expressões desviantes. Assim, colocam as pessoas travestis e trans à margem das relações sociais e, neste caso, marginalizando-as, abjetificando-as e subalternizando-as.

Nesse contexto, se as travestis e trans optarem por terem acesso e permanecer na universidade, por vezes, ela(e)s deverão se submeter a descaracterizações para entrar no jogo da inteligibilidade do gênero.

Minha coordenadora ligou, eu tinha entrado no Diretório Acadêmico, e ela dizia “15 alunos saíram da minha sala, e o fato de estarem aqui é pura transfobia”[...] Por exemplo, quando eu ia organizar alguma coisa, eu tinha que falar com as meninas do grupo para elas tocarem essa iniciativa, para elas fazerem isso, porque se eu estivesse no evento ninguém participava, apoiava, falava ou estavam ali [...] mas foi muito cruel para mim, e as pessoas não tem dimensão do que é isso, você chegar nos professores e explicar a situação e pedir ajuda, e eles vendo a transfobia correndo solto no curso, saberem que eu estava passando fome, e simplesmente se omitirem, me encontrar no corredor e dizer “trancou né, você não devia ter trancando, não esqueça que sua graduação vem antes de sua militância”, mas eu não estou militando, não estou vivendo eu não estou falando pra ninguém, estou sofrendo calada, porque eu sei que as pessoas não vão entender e se colocar no lugar [...] a transfobia vem de muitas faces de muitos lugares, e aí você está num lugar que você olha e é a única trans, um erro seu é cobrado, todo mundo pode errar e você não pode, então você tem que ser três vezes melhor. Te cobram isso na faculdade, que você tem que ser referência, tem que ser isso e aquilo, e na verdade eu só quero ser eu e viver (P₃, 2021).

Nesse relato, há vários pontos para serem analisados. Começamos pela inabilidade do corpo docente e técnico em lidar com a presença de uma pessoa travesti e trans no espaço acadêmico. A coordenação, apesar de saber que se tratava de transfobia, não soube tratar a situação. A estudante precisou criar meios de burlar o CISTema para colocar em prática ações e atividades dentro do curso.

Como já tratado nesta pesquisa, é notório o despreparo da(o)s agentes da educação (SALES, 2019). As dificuldades não estão somente relacionadas a transfobia, mas envolvem também, a falta de formação adequada para se lidar com as questões em torno da travestilidade e transexualidade. O que faz com que esse aprendizado acabe ocorrendo na prática e sem respaldo ou garantia de que direitos não sejam violados ou negligenciados.

Outro ponto apresentando é a sensação de solidão e julgamento a qual estas pessoas estão submissas(o)s. Como já discutido na subseção anterior, a permanência de estudantes travestis e trans na universidade, perpassa por dificuldades de outra ordem. E suas vivências são parte sim de um ativismo político, e isso ocorre justamente por estarem superando uma estatística que não lhes favorecem.

Para muita(o)s desta(e)s estudantes estarem nesse espaço é considerado um privilégio. Portanto, olhar para ela(e)s e acharem que sua presença dentro da universidade se resume a mero privilégio, e desmerecerem o corpo político que representam, é desvalorizar toda a história de uma construção política que esta(e)s e tanta(o)s outra(o)s já trilharam.

Por fim, vemos o CISTema meritocrático¹⁵ sendo colocado em pauta, quando se precisa “ser” três vezes melhor que outra(o)s colegas. Sara Wagner York (2020) pesquisadora Travestis, em sua dissertação “Tia você é homem? Trans da/na educação: des(a)fiando e ocupando os’ cistemas de pós-graduação”, traz um trecho que diz “Sempre busquei uma pontuação considerável que me permitisse, a partir da meritocracia, certo grau de inserção, apesar de ser sempre evidenciado que alguns professora(e)s faziam uso do poder avaliativo” (YORK, 2020, p. 58). A necessidade constante em ser destaque é mais uma tentativa para não ser apontada(o) ou ser descredibilizada(o) por estar em um espaço hetero/cis/normativo.

Quando eu descobri que podia solicitar a alteração do meu nome para o nome social. E pra você ver como é violento o processo, ainda naquela coisa de justificar quando você ainda está muito fraca, sem consciência do seu direito de existir e de poder determinar como você

¹⁵ Sistema ou modelo de hierarquização que parte do pressuposto que as conquistas ou vitórias são parte de méritos pessoais, baseando-se na ideia de que toda(o)s estão em mesmo pé de igualdade e equidade na disputa.

quer se chamar, era meio como se eu estivesse pedindo desculpa ou um favor. Eu ainda dava justificativa, eu lembro que eu dei uma justificativa “olha fulana já existe no meu nome, quero que você para de me chamar pelo primeiro nome e use o meu segundo nome, e quero também que use o pronome correto” e eu lembro que teve resistência de alguns professores. Alunos por exemplo, tive dificuldades, e aquele lance de “eu conheci você com este nome” a gente sabe que isso é uma atitude transfóbica que a pessoa está usando essa desculpa. As questões transfóbicas dentro da UFU foram mais nesses momentos, eu me sinto uma privilegiada por não ter sofrido um ato muito violento (P₁₀, 2021).

Uma das principais políticas desenvolvidas para acesso e permanência de pessoas travestis e trans nos espaços de ensino é a do nome social, pois reconhece sua expressão de gênero e atende o anseio de serem reconhecidas.

Essa política foi desenvolvida inicialmente no campo da saúde, como uma das demandas do processo transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS), em 2008, e depois se ampliou com o Decreto Presidencial Nº 8.727/2016, que culminou na Resolução CNE/MEC Nº 1/2018 ampliando esse direito a estudantes travestis e trans de todo o Brasil.

Como já mencionado, na UFU, a política foi implementada em 2015, através da Resolução Nº 1 do Conselho Universitário. Entende-se, portanto, que a partir de sua publicação, toda(o)s agentes públicos a serviço da UFU deveriam respeitar o nome social da(o)s estudantes que assim requisitaram, assim como a tratativa no pronome adequado. É importante ressaltar que o nome social deverá ser usado em todos os documentos internos das instituições de ensino, ou seja, nas listas de chamadas, matrículas, crachás e na sala de aula.

A principal foi com a chamada de expor nome pra sala toda, e também em relação a certificados, foi um processo que acabou demorando um pouco, não sei se por falta de conhecimento do pessoal da UFU mesmo. A secretaria do curso me orientou para ir ao bloco 1A pedir pra fazer a alteração e solicitar a carteirinha com o nome social. Até o processo dar certo eu devo ter ido no bloco umas 10 vezes no decorrer de 6 meses por exemplo, nesse período eu tinha que ficar indo até o professor pedir para alterar o nome na chamada, e solicitar correção dos meus certificados junto a coordenação do curso, foi um processo bem chato (P₈, 2021).

Mais uma vez o despreparo da(o)s servidora(e)s da UFU é pautado nos relatos. A instituição tem dificuldade em fazer cumprir as diretrizes que ela mesma produz.

Atender o pedido para retificação do nome social não deveria despende tanto tempo e energia da(o) estudante, o procedimento deveria ser atendido de imediato de forma menos burocrática e expositiva.

A adoção do nome social por pessoas travestis e trans é uma estratégia para ter sua expressão de gênero reconhecida, principalmente para aquela(s) que ainda não tenham realizado a mudança de nome e gênero nos documentos de identificação oficiais. Como previsto no Provimento N° 73 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), publicado em junho de 2018, permite que transgênera(o)s alterem prenome e gênero nos registros civis diretamente no cartório, sem necessidade de cirurgia para mudança de sexo ou decisão judicial.

É notório que a universidade tem dificuldades em tratar sobre as questões de gênero e sexualidade, não só com seus estudantes, mas também junto ao seu corpo técnico e docente. Não há nos manuais de procedimentos, tratativas e com isso acabam gerando exclusões ao se omitir sobre estas questões.

Para Junqueira (2012), é importante lembrar que as possibilidades de tratar, em padrão de equidade, questões como essas que envolvem o diálogo sobre as diversidades e diferenças sexuais e de gênero, devem partir do sentido de promover o contato com outras formas de se construir, que tenham respeito com as outras formas de existir.

Em junho de 2018 eu retifiquei meu nome e levei meus documentos no bloco 1A e eles retificaram tudo. Eu formei pequei meu diploma e tudo estava correto. Só que em 2019 quando eu fui prestar o processo seletivo do mestrado, ao fazer a minha inscrição na página da DIRPS, era necessário logar no sistema, eu coloquei meu CPF e o nome que apareceu foi o meu antigo, [...] fiquei com medo de enviar todos os meus documentos como nome de retificado e lá constar o meu nome antigo, então resolvi ligar na DIRPS antes para saber como proceder. A pessoa que me atendeu disse ‘eu não sei como vamos fazer isso’, e super me enrolou e não resolveu meu problema. Então eu liguei pra coordenadora do SOMOS, expliquei o que aconteceu e preciso que vocês vão lá pressionar eles a resolverem essa questão, que eu só tenho mais um dia para fazer a inscrição e se eu enviar com os nomes divergentes terei problemas depois. Ela foi lá com os estagiários e pressionaram a DIRPS a dar uma tratativa para o meu caso, no dia seguinte de manhã já estava tudo resolvido [...] culpa é da UFU porque eu já tinha retificado o meu registro em 2018 e isso aconteceu 2019, pensei que isso já tinha finalizado e eu não teria mais problemas, mas em 2020 eu fui organizar um evento e meu colega quando foi cadastrar o projeto no SIEX, ao colocar o meu CPF

novamente apareceu meu nome morto¹⁶. Até então o pessoal do mestrado não sabiam que eu era trans, as aulas não eram presenciais então não tivemos essa liberdade e intimidade ainda, aí o meu colega me chamou e disse que ao colocar meu CPF aparecia outro nome, e me mandou a foto, aí eu tive que explicar todo o processo pra ele. Eu tive que ir atrás do SIEX para fazer a solicitação, fiz através do portal do aluno, enviei para a PROEX, PROPP e não tive resposta. Tive que entrar em contato com o colegiado, o representante discente, e contei tudo o que estava acontecendo, ele ficou bem bravo, e correu atrás desses setores para que regularizassem e foi só depois disso que eu obtive uma resposta. No ano passado eu recebi um e-mail de outro setor da UFU, acho que a PROPP explicando sobre as aulas remotas e o uso do *MS Teams* e novamente meu nome morto estava lá. O mundo me conhece pelo meu nome retificado, o Estado me reconhece, mas a UFU não. Teve que ir uma advogada e um representante do colegiado, porque a palavra de um aluno não foi ouvida (P₅, 2021).

Como relatado, o direito ao uso do nome social, foi violado diversas vezes pela UFU. Mesmo expressando o seu desejo e explicando todo o processo, a(o)s servidora(e)s não tiveram o mínimo respeito em acatar a solicitação. Foi necessária a intervenção de outros setores para que o direito fosse garantido e resguardado.

Ao mesmo tempo em que a cidadania é acessada por meio da retificação dos documentos, ela também estabelece sua impossibilidade aos que não os possuem. Dessa forma, a política de nome social é desenvolvida como resposta a esse imperativo dos documentos vigente em nossa sociedade. A falta de documentos muitas vezes é mecanismo impeditivo para que pessoas travestis e trans consigam ocupar certos espaços sociais.

Espaços como o do trabalho formal, como já discutido, são, na maioria das vezes, precarizados. Lincoln Rondas e Lucília Machado (2015) ao analisarem as condições sociais que envolvem a inserção profissional de pessoas travestis e trans no mundo do trabalho, mostram que a maioria delas desempenham ocupações consideradas femininas pela sociedade. Geralmente estão ligadas a trabalhos subalternizados, na prestação de serviços e na informalidade. O acesso a uma escolarização e a universidade, mostra-se como uma possibilidade de mudança para essa realidade e de ascensão social.

¹⁶ Nome de batismo ou o nome utilizado antes da retificação dos documentos.

É inquestionável a necessidade de revisão das práticas dentro da universidade, seja pelo corpo docente, discente e técnico. Há um despreparo muito grande por parte destes em lidar com estas questões. Poucos são a(o)s que ao se depararem com tais situações buscam ter uma atitude solidária e empática. Percebe-se que as vidas de pessoas travestis e trans são ceifadas pela transfobia que se inicia, em muitos casos, em discursos notadamente carregados de preconceitos que naturalizam essas violências.

A outra experiência me marcou muito mais porque foi vinda de uma professora. Contava com a boa vontade dos professores, chegava todo semestre e falava “o nome que você encontrar na sua lista é tal, substitua por favor para tal nome” primeiro dia de aula eu cheguei pra essa professora, e ela estava com a lista aberta no computador dela e ligando o data show, aí eu pedi pra ela fazer a troca dos nomes, daí ela perguntou se eu já tinha trocado os documentos junto a UFU, expliquei o porquê de não ter trocado ainda, e pedi para ela substituir na chamada mesmo, e que eu entendia que ia ter essa diferença, mas só na hora de você falar já estaria ótimo. Ela perguntou novamente “mas você já trocou os documentos na UFU” aí eu já fechei a cara e disse “como eu já te falei eu não troquei, mas eu tenho direito que foi garantido pelo STF de ser respeitado e chamado pelo meu nome social, e eu estou pedindo que você faça essa gentileza pra mim” daí ela falou “tá bom, anota aí num papel e coloca aqui do lado pra mim o nome que tem que ser substituído por qual” falei “ok!”. Peguei a folha e coloquei “nome tal ser substituído por e coloquei meu nome social”, ainda usei uma caneta de cor diferente. Aí ela abriu a lista de chamada na data show, na frente de todo mundo, foi chamando nome por nome, e chegou no meu nome ela chamou pelo nome de registro. O pessoal já me conhecia porque estava fazendo aula com pessoas da minha turma e amigos da filosofia, na hora que ela falou meu nome de registro já tiveram uns cinco que gritaram com ela “é fulano professora” aí ela repetiu “fulana?” e o pessoal repetiu “não é fulano” e aí na terceira vez que ela falou, uma das meninas levantou e falou “professora não é fulana é fulano” aí ela disse “ah é verdade, esse aqui era pra trocar né” aí ela apagou e perguntou “qual é mesmo o nome?” me fez ditar para ela o nome, mas ela apagou só o primeiro nome e manteve o sobrenome, aí eu pedi para apagar o sobrenome também e colocar o correto, ela disse “uai não é esse aqui não?” respondi “não, tá escrito no papel que eu te entreguei”. Ela fez esse processo de correção na frente de todo mundo, e eu saí dessa aula dela e nunca mais voltei, não tranquei não fiz nada só sai e não voltei nunca mais na aula dela (P9, 2021).

O relato demonstra quão desrespeitosa, constrangedora e violenta foi a atitude dessa professora em relação ao estudante. A professora, além de não reconhecer a expressão de gênero do estudante, o violenta. Mesmo solicitado, não atende, e ainda o expõe ao constrangimento público em sala de aula. Percebe-se mais uma vez como o

discurso impera nas relações de poder, onde o corpo cisgênero se coloca hierarquicamente superior e se sente autorizado a violentar o corpo trans.

Se na universidade, onde entende-se que é um espaço de construção de conhecimento e espera-se a presença de pessoas esclarecidas, esse tipo de situação ocorre, imaginemos então na educação básica ou na sociedade como estas situações de violência e opressão são reproduzidas. Esse tipo de estratégia de exposição, atua para desestabilizar as vozes das pessoas travestis e trans. O “silenciamento é uma das vertentes da transfobia” (YORK; OLIVEIRA; BENEVIDES, 2020, p. 3), nega-se a existência e corrobora com o regime de (in)visibilidade.

Sim, na verdade tem várias violências que acontecem na UFU. Estava ali no xerox do seu Pedro, nesse dia específico o seu Pedro disse algo assim “deixa só ele terminar”, isso na frente de todo mundo. Eu cheguei bem perto dele e falei bem baixo “olha o senhor me tratou no masculino e eu gostaria de ser tratada no feminino”, aí esse cara, o professor, começou a rir, eu falei “o que você está achando engraçado? Está rindo de mim?”, e ele disse que “estou achando engraçado você quer ser uma coisa que você nunca vai ser”, e foi falando um monte de coisa, falou de deus e tal [...] eu considero esse episódio que nem foi dentro da UFU, mas eu sou uma aluna ele é professor, eu perguntei o nome dele e ele mentiu, muito nojento que ódio desse cara [...] Eu também vivi um outro episódio envolvendo a feirinha solidária da UFU, não sei também se poderia considerar algo transfóbico. Eu acho que quem tem que considerar isso sou eu, mas ao mesmo tempo eu não sei. Eu tenho uma horta orgânica aqui na minha casa e eu comecei a ter muitas coisas e decidi levar pra UFU pra vender, eu não queria fazer parte da feira, só aproveitei aquele espaço, eles poderiam me acolher e me ajudar a vender. Aí uma professora e toda a galera da feira começou a ser super escrota, eles começaram a impedir as minhas vendas, dizendo “a gente não pode garantir que essa pessoa está vendendo as coisas 100% orgânicas” até parece que eu vou ter dinheiro para comprar glifosato e veneno. A professora chegou achando que eu ia calar pra ela, e a gente começou uma super briga e ela saiu. E no fim das contas eu decidi não ficar mais, porque não tinha condição de ficar naquela feira com esse pessoal assim. E ao mesmo tempo é uma galera do MST e eu fiquei meio que tipo assim, pensando sobre isso, mas ser de esquerda e pobre, não os colocam imune de ser transfóbico, machista, racista, enfim (P6, 2021).

Pode-se observar alguns pontos importantes neste relato. Começamos entendendo que a transfobia é limitadora das possibilidades de ser, tem como base a punição, a violência e a opressão daquela(e)s que estão fora da hetero/cis/normatividade (VERGUEIRO, 2015). Assim, toda a situação narrada são reconhecidamente atos transfóbicos, que teve início na tentativa de invalidar a existência do corpo travestis e

trans a partir da solicitação do uso do pronome correto; passa pela tentativa de silenciamento ao impor a autoridade cisgênera frente a este corpo e finda com a constatação que mesmo em espaços ditos progressistas, estes não estão livres de cometer opressões.

É notório que a transfobia ultrapassa os muros da UFU, e é perpetuada por sua comunidade. Há a necessidade de processos de formação continuada para seus docentes, técnica(o)s, terceira(o)s e discentes, com pessoas qualificadas que possibilite pensar e criar formas de se lidar com as questões que envolvem gênero e sexualidade. Para além disso, é necessário que se crie diretrizes que prevejam sanções a(o)s praticantes deste tipo de violência, pois esse ambiente hostil promove o abandono/expulsão da(o)s estudantes travestis e trans, uma vez que além de agressivo o ambiente universitário se torna inseguro para essa parcela de estudantes.

Diante de uma sociedade que diz instruir a(o)s cidadã(o)s para o caminho da justiça, solidariedade e livres de qualquer tipo de discriminação, torna-se importante enfrentar as problemáticas existentes na mesma, promovendo os direitos humanos e mostrar que atos transfóbicos têm seus efeitos de imediato para algumas vidas.

A transfobia acaba por diminuir a liberdade e a autonomia da(o)s estudantes travestis e trans. Uma vez que esta(e)s só querem “o direito de estar nos mesmos espaços que outras pessoas de sua idade, seu tempo, sua comunidade, seu grupo cultural e serem enxergadas como mais um ser humano com todas as suas fragilidades” (SALES, 2012, p. 94).

Lembro de um fato que aconteceu comigo no começo da transição, eu comecei a usar o banheiro feminino, teve uma professora que inclusive me deu aula, ela ficou um pouco desconfortável ao se deparar comigo dentro do banheiro e comentou com outras alunas que achava que eu não deveria usar o banheiro feminino, eu acabei relevando isso quando me contaram. Mas é uma coisa que a gente tem que problematizar, questionar, conversar e levar para reitoria se for preciso e tomar uma atitude um pouco mais séria. Então a gente não pode deixar isso passar em branco, a transfobia mata, ela tira estudantes das universidades e escolas, ela deslegitima a identidade da pessoa trans (P₁₁, 2021).

Estudantes travestis e trans enfrentam muitos obstáculos para se manterem e participarem das atividades e da vida acadêmica como um todo. Ao requer que não

façam uso do mesmo espaço, no caso o banheiro, além de demonstrar o desconhecimento sobre a travestilidade e transexualidade, coloca essas pessoas em uma condição de patologização ou de aberração. Como referencia Bento, “a patologização da experiência talvez seja a mais cruel, pois irradia a convicção de que são pessoa inferiores” (BENTO, 2008, p. 127).

Serem tolhidas de usarem os espaços comuns, devido ao incômodo que geram em pessoas cisgêneras, é apenas mais uma marca do dispositivo da sexualidade, que tenta controlar os locais possíveis e interditos para que essas corporalidades possam transitar. Além disso, o discurso do incômodo e a exposição do corpo travestis e trans no ambiente da sala de aula, tentando mais uma vez validar a transfobia praticada.

Ter consciência de seus direitos e buscar por justiça social e institucional é um ato de resistências e de subversão. Terem suas expressões minimamente respeitadas, poderem fazer uso das estruturas da universidade e conseguirem preservar sua integridade física são o mínimo que se espera. A(o) professor(a) é essencial para a inclusão e permanência desta(e)s estudantes, pois são o elo entre o conhecimento e a(o) educanda(o), sua função social é o de despertá-la(o)s para o caminho da ciência, mas também para noções de empatia e respeito as diferenças que existem na sociedade.

Diante de tantos relatos de violências, somos levadas a acreditar que a denúncia seria a primeira alternativa. Mas, para a população travestis e trans, que ocupa a posição social de sujeita(o) que, para os regimes normativos, não é permitido e reivindicar um direito lhe é negado, a denúncia não é uma opção capaz de ser ouvida ou levada a sério. Outro ponto está localizado em como esta questão será tratada, uma vez que a(o) agente que comete a violência, terá o caso tratado por seus pares, que podem ou não atuarem com imparcialidade.

Ser travesti é você passar por violências diárias (P₁, 2021).

O medo de como isso vai ser levado, porque se a pessoa que faz isso com todo mundo é chamada e fala que ela foi denunciada por transfobia [...] eu sou a única aluna trans da sala, vou falar de um professor transfóbico, eu vou me expor e abrir precedentes para que mais coisas aconteça (P₃, 2021).

A gente já tinha tido a experiência de levar um professor pra gestão superior por falta de didática, ele era concursado e em período probatório, e ainda assim a UFU não fez nada [...] então se numa

situação dessa que tinha muitas pessoas, e mesmo assim não fizeram nada, o que fariam acreditar que eu o único corpo trans daquela turma estava certo? [...] a cisgeneridade não tem problema pra corrigir a falta de didática entre eles mesmos (P9, 2021).

O medo, a insegurança, a exposição e a certeza que não tem uma tratativa adequada são alguns dos motivos apontados para não denunciarem as situações sofridas. Não se trata apenas de apontar o problema e fazer a denúncia, no fim é se expor e se colocar novamente em risco de novos ataques, pela(o) mesma(o) violadora(r) ou por outra(o)s em situações ainda piores.

Os discursos dentro do espaço universitário, estão sempre reiterando a norma reguladora. E sempre que são colocados em xeque, tendem a gerar medo e repulsa em relação as expressões que dissidem da norma. Nesse sentido, na maior parte das situações, a universidade se sente autorizada a não discutir e se posicionar. E tudo isso está pautado na insegurança que há por parte da(o)s agentes, de serem cobrada(o)s pelo poder hegemônico.

Nesta subseção, percebemos como o aparato opressor das normas de gênero e sexualidade operam dentro da UFU. A “sexualidade é regulada através do policiamento e da censura do gênero” (LOURO, 1997, p. 33), em todos os relatos é perceptível como a transfobia operou para negar a expressão de gênero dessa(e)s estudantes, através de atos de discriminação e violência que seus corpos foram submetidos, dentro e fora da sala de aula, de forma velada ou explícita.

As pessoas travestis e trans, foram tratadas em vários momentos como seres abjetos, sob um terrorismo explícito que é balizado pela transfobia estrutural que está enraizada na sociedade. Ficou evidente na inabilidade da(o)s agentes da educação em lidar com a questões dessa ordem, o uso do nome social e acolhimento das denúncias sobre transfobia foi um exemplo. Impera dentro da UFU um regime de invisibilidade, de retirada de liberdade e autonomia da(o)s estudantes travestis e trans.

5.6. R(E)xistir na UFU

Há uma desigualdade entre estudantes cisgêneros e trans. Pesquisas como as já citadas, das pesquisadoras travestis Andrade (2012), Viviane Vergueiro (2015), Oliveira (2018), Sales (2018) e York (2020) demonstram como o processo escolar de estudantes

travestis e trans, seja na Educação Básica ou Ensino Superior, foram permeados por dificuldades e obstáculos.

Uma das maiores dificuldades que as instituições de ensino enfrentam em lidar com a(o)s estudantes travestis e transexuais, está relacionado ao despreparo em lidar com as singularidades que esta(e)s possuem frente as normas regulatórias de gênero e sexo. Para além disso, a precarização da formação didático-pedagógica do corpo docente e técnico, juntamente com currículos que não contemplam as diferenças sexuais e de gênero, e uma infraestrutura inadequada, são aspectos fundamentais que reforçam esse processo.

O modelo educacional brasileiro está longe de conseguir atender o caráter público de efetivação do princípio da equidade para toda(o)s. Nesse sentido, a UFU também não consegue propiciar a(o)s estudantes travestis e trans uma experiência que, de fato, se pautar na inclusão institucional e social dessa parcela de sua comunidade acadêmica, apesar destas corporalidades estarem presentes em seus espaços.

Contudo, como nos ensina Foucault (1999), que toda estratégia de poder cria resistência a universidade pública também se torna um importante espaço para o reconhecimento positivo de uma expressão de gênero e ou sexualidade que foi culturalmente e historicamente estigmatizada.

Eu me descobri trans foi dentro da UFU, eu inclusive associei essa possibilidade de exploração da minha identificação de gênero e a performance de gênero a UFU (P₉, 2021).

Alguns espaços dentro da universidade se apresentaram como uma possibilidade de inclusão e de construção do conhecimento acerca da travestilidade e transexualidade. Como Butler (2018) fala que existem operadores biopolíticos que são locais que permitem o exercício performativo, a exemplo a rua, e a alguns espaços dentro da UFU se mostraram assim.

Nesses espaços de potências encontramos resistência e modos de pensar e viver que não são regulados pela norma. Entendemos que os corredores e os espaços não controlados dentro da universidade tenham se mostrado desta forma, como brechas para que as resistências se constituíssem e formas de viver e pensar pudessem se materializar coletivamente (FOUCAULT, 1999).

Eu comecei a me fortalecer para poder falar sobre isso foi dentro do espaço universitário. Estava difícil lidar com a puberdade e lidar com aquele corpo, não era uma sensação de desfragmentar “esse corpo não é meu” era exatamente ao contrário, aquele corpo é meu, mas eu quero ser lida de outra forma, quero poder vivenciar experiências femininas porque eu me identifico é com esse mundo. E quando eu entro na UFU que eu conheço o projeto “em cima do salto” dos profa. Flávia e Emerson, que hoje é o ambulatório CRAIST. Então ali eu vou conseguindo entender mais e conhecer pessoas semelhantes a mim, porque na infância eu não tive contato com pessoas trans, era uma realidade muito distante, e quando se ouvia falar era o estereótipo do homem que se veste de mulher, que vai pra rua se prostituir, é pervertido (P₁₁, 2021).

Espaços institucionalizados como o Centro de Referência e Assistência Integral para a Saúde Transespecífica (CRAIST) da UFU, possibilitaram encontros e trocas de experiências cotidianas entre as pessoas travestis e trans que ali frequentavam. Nesse espaço, o encontro com pares e aliada(o)s contribuíram para que alianças fossem criadas, para que redes de apoio fossem estabelecidas e que formas de resistências fossem acessadas para o enfrentamento das violências que lhes atingiam.

Para além do CRAIST, espaços de socialização e grupos de estudo e/ou militância também se constituem como instâncias geradoras de redes de apoio e proteção. Para algumas/alguns entrevistada(o)s, tais vivências permitiram a construção de resistências frente aos regimes normativos:

Eu acho que essa questão de resistência eu sempre tive como forma de respaldo a militância, que tinha uma rede de apoio. O “zona livre” do curso de direito, foi esse espaço, ali tínhamos reuniões e falávamos sobre e se apoiar, pesquisa desde o 3º período pesquisando e dando palestra. O que eu acho que dá maior resistência é ter o conhecimento de como me defender [...] nem todo mundo, mesmo tendo o conhecimento sabe dialogar, saber seus direitos dá uma base boa pra pessoa conseguir sair dessas situações (P₅, 2021).

Esses espaços de diálogo e construção de resistências criados pela(o)s estudantes travestis e trans, foram muito importantes. Acolheram aquela(e)s que estavam iniciando seus processos de transição e precisavam de uma rede de apoio. Sales (2018), ao cartografar a história do movimento travesti brasileiro, explica.

Estas emancipações políticas e posicionamentos pelas resistências às corporalidades estanques, articulam diálogos entre as pessoas que vão se reconhecendo enquanto pares, ou possíveis coletivos, que vão apontando demandas conjuntas, que se cruzam na garantia por suas vidas, mesmo cada corpo em sua singularidade (SALES, 2018, p. 122).

Estar em um coletivo, participar de movimentos sociais, rodas de conversas e dentre outras possibilidades, mostrou ser uma estratégia de posicionamento e reivindicação de reconhecimento para essa(e)s estudantes. Os espaços de socialização e de trocas, foram importantes para que a(o)s estudantes se fortalecessem e empoderassem frente as lutas pessoais e coletivas.

Há uma necessidade de se olhar para esta(e)s estudantes e levar discussões sobre travestilidade e transexualidade para dentro da universidade. São pessoas que fazem parte do cotidiano universitário e passam por situações que, como já abordadas, são em muitos momentos violentas. A universidade precisa fazer esta autocrítica e avaliar como tem tratado a(o)s estudantes travestis e trans.

A gente frequenta, a gente está matriculado nela, mas a gente não faz parte dela, a gente é tirada fora, é como se fosse um troféu, tem uma que fala bem, outra que canta e outra que isso e aquilo, essas são nossas meninas, que estão sempre à disposição para o que nós precisarmos. Eu não conheço nenhuma mulher trans ou homens trans, na Psicologia, na Medicina, na Matemática, em 90% dos cursos da UFU não temos representação, não estamos ali [...] políticas pra nós não existe, existe para o G pro L. o B se encaixa de alguma forma apesar de ser invisível, e para nós T não tem nada (P₃, 2021).

Adentrar não é suficiente. É preciso pensar além, na permanência, na inclusão e na participação efetiva dentro da universidade. Não ter pessoas travestis e trans em 90% dos cursos da UFU, como relatado é um ponto relevante. Somado a isso, analisar que dentro dos cursos de maior concorrência essas corporalidade não estão presentes. Percebemos como é excludente não só o acesso, mas principalmente a permanência desta(e)s estudantes na UFU.

A criação de ações de políticas educativas e afirmativas que busquem melhorar a qualidade de vida dessas pessoas, que de fato seja inclusivas e proporcione uma expectativa de vida real é uma forma de respaldar o acesso e a permanência. Existem direitos mínimos que podem e devem ser tratados com urgência, como a utilização e acesso a um banheiro, reconhecimento e respeito ao nome social e a expressão de gênero, são exemplos mínimos de dignidade, para que essas pessoas possam ser tratadas como humanas e com igualdade de direitos.

Eu sinto hoje que não existe nenhuma política, eu tenho sentido muito que o mais difícil pra mim foi à solidão dentro da UFU. Eu sempre tive essa questão de enfrentar espaços onde eu ouvia o tempo todo que

lá não era o meu lugar. Isso não foi tanto o foco, a questão mesmo foi o gênero, a sensação de não pertencimento a um lugar ou a outro, eu me sentia muito que eu não conseguia localizar outras pessoas trans dentro da UFU, senti falta de espaços onde a gente possa sentar e conversar de fato, onde meninas traga a questão da construção da feminilidade não competitiva, não tóxica não destrutiva, e que nós caras possamos conversar sobre qual tipo de masculinidade estamos construindo e deixando de legado. Essa integração para poder falar como estão sendo as relações entre corpos trans ente si, relações transcitradas. Talvez seja algo que deva ser incentivado pela UFU, pelo DCE mesmo, porque eles sempre fazem muitas coisas voltadas para as pessoas LGBT. Mas eu sinto que talvez isso seja até mesmo um mecanismo para nos manter de cabeça baixa e seguindo o fluxo do jeito que tá, porque se eu não localizei outras pessoas que tenha as mesmas demandas que eu, eu vou entender que essas demandas são minhas e não tem por que eu bater de frente porque isso é só eu. Mas se eu encontro um grupo de pessoas que pensam igual eu, tem o mesmo tipo de demanda que eu, nós já somos um corpo muito mais potente para bater de frente (P9, 2021).

A solidão aqui colocada vai desde seu sentido literal, o de estar só sem ninguém. Mas, passa também pelo sentido mais amplo, o de não se ver na(o)s outra(o)s pessoas, de não ter outra(o)s como você. A disputa é permanente! Seja contra os assujeitamentos aos quais estão submetida(o)s ou contra a tentativa constante de normatização de seus corpos.

Dessa formar, pensar na integração destas pessoas aos movimentos e coletivos que já existentes dentro da universidade, é necessário seguir o viés da interseccionalidade. Como posto por Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge “a Interseccionalidade tem sido usada para identificar problemas sociais, e como as respostas interseccionais às injustiças sociais potencializam o ativismo” (COLLINS; BILGE, 2021, p. 19). É necessário questionar as opressões estruturais em que a categoria gênero se intersecciona com outros marcadores políticos, tais como classe, “raça”, orientação sexual entre outros.

Ter a possibilidade de dialogar com outros grupos que também estão sob a influência dessas opressões, possibilita problematizar as categorias naturalizadas, os privilégios e silenciamentos que estão presentes em suas vivências dentro e fora da UFU. Oliveira, afirma que “tanto o racismo quanto o sexismo são categorias plurais e assim devem ser tratadas, o que faz da interseccionalidade uma ferramenta fundamental nesse processo” (OLIVEIRA, 2017, p. 85). Devemos pensar na interseccionalidade não

só pra que essa(e)s estudantes possam mobilizar forças de resistência, mas também para se pensar as políticas ou as ações desenvolvidas dentro da universidade.

A V Pesquisa Nacional de Perfil socioeconômico e cultural dos(as) Graduandos(as) das IFES (2018), da ANDIFES, aqui já mencionado outra vez, é um exemplo. Não se faz a separação por gênero, considerando as pessoas travestis e trans. Partem de uma visão binária e consideram que as questões que afastam estudantes cisgêneros são as mesmas que afastam a(o)s transgênera(o)s no mesmo pé de igualdade. Apesar de analisar outros marcadores como “raça” e idade, esquecem que algumas pessoas estão sob o marcador de gênero em uma posição que é, constantemente, subalternizada.

Portanto, para além de considerar essa parte da(o)s estudantes, deve-se buscar o diálogo no sentido de reeducar docentes, técnica(o)s e discentes, buscar estabelecer políticas de conscientização e sensibilização sobre as vivências travestis e transexuais, criar grupos de discussão sobre questões de gênero, entre outros. Hoje, dentro da UFU, são poucas as medidas institucionais que visam debater esse o assunto, são quase sempre atitudes pontuais de professora(e)s progressistas que muitas vezes são malquista(o)s e sofrem sanções institucionais e civis por suas atitudes.

Eu era essa pessoa de estar sem condições, mas de uma tarde por exemplo ir em uma reunião do CONSUN e ficar lá parada e sem falar nada, para que as pessoas ali pudessem ver que eu estou ali e existo. Então é muito complicado, porque nós estamos na universidade, mas ao mesmo tempo nós não estamos nela (P3, 2021).

Como já mencionado o corpo travesti e trans é político, o ato de se fazer presente muitas vezes é para demarcar o território e serem visibilizada(o)s. Espaços de discussão e tomada de decisão não são ocupados por estas pessoas, e muitas vezes suas pautas deixam de serem tratadas justamente por não terem representantes ali presentes. Suas demandas geralmente ficam a cargo de outras pessoas que ocupam vagas nos conselhos e se propõem a discutir.

No seio das categorias sociais mais desfavorecidas e marginalizadas, como os corpos travestis, trans e preta(o)s, que trazem consigo signos de maior subalternidade, a noção de resistência como posto por Foucault (1999) é uma alternativa. A resistência deve ser entendida como um conjunto de práticas de liberdade, isto é, como exercícios e

experiências críticas de autotransformação e de transformação da(o)s outra(o)s, com os quais interagimos socialmente e politicamente. A fórmula foucaultiana de onde há poder, há sempre possibilidade de se resistir.

Podemos também se valer para essa discussão da política de coalizão (BUTLER, 1990). Essa política que não tenha de postular qualquer identidade como fator de unificação, mas que busca nos pontos de interseções de suas lutas se alinhar. Sales (2018) fala de coalizões democráticas que buscam nas vozes das minorias menos privilegiadas, se organizar de maneira a associar e incluir diferentes pessoas sem deixar de lado suas diferenças e distinções, mas se unindo em suas causas em comum.

Estar em uma situação de vulnerabilidade social e econômica já se demonstrou ser uma realidade comum entre a(o)s estudantes travestis e trans, principalmente as travestis e mulheres trans que se auto identificaram como pretas. A universidade precisa enfrentar estas questões. Logo, torna-se necessário repensar os currículos dentro deste escopo, nos quais gêneros, sexualidades, masculinidades, feminilidades, “raça” e classe sejam problematizados. Dessa forma, a noção de resistência foucaultiana, de coalizão butleriana e de Sales e da interseccionalidade de Collins e Bilge, entrariam nessa discussão, já que estas pessoas são transpassadas por uma série de marcadores, para além do gênero.

Nesse contexto, o currículo é o *locus* onde se concentram e se desdobram lutas em torno de diferentes significados sobre o social e o político. Como dito por Silva (1996), o poder é aquilo que divide o currículo, e esta divisão está na linha tênue entre quem produz e quem não produz e o que é validado e invalidado. Deve-se defender que as ideias da(o)s envolvida(o)s potencializam as discussões que vislumbram a necessidade de a universidade receber, reconhecer e legitimar as pessoas travestis e trans no seu cotidiano universitário, mas não só essas como outras minorias que também estão à mercê dessas desigualdades.

Eu acho importante sim ter cotas. A gente precisa entender que a maioria das pessoas trans estão em situação de rua de vulnerabilidade social, tem hoje um cenário que se vê pessoas circulando dentro da universidade, sabemos que eles ainda são brancos tem o apoio familiar, tem uma situação financeira que não é paupérrima. É muito difícil uma mulher trans que está nessa situação se enxergar dentro de uma universidade, porque aquele lugar realmente não foi feito pra ela. A gente precisa mudar essa realidade, e começar a falar que esse lugar

também pode ser seu, você quer estar aqui? As cotas é esse convite, você pode estar aqui, vai ter que estudar e se esforçar, mas você vai concorrer com seus pares e não com pessoas que tiveram muito mais privilégios que você. As cotas cabem também para essa situação, você mulher trans que passou por situações difícil vem tentar se conhecer e conhecer outras áreas e ver o que você pode se desenvolver, é importante também abrir espaço para pessoas para pessoa jovens que estão nesse processo (P11, 2021).

A luta pela igualdade de oportunidades e equidade exige políticas públicas e institucionais de gênero e sexualidade que dialoguem com os movimentos feministas, travestis, transfeministas, transmasculinidades, raciais, multiculturais e outros não sendo, portanto, uma questão de gentileza e abdicação voluntária de privilégios, mas de mudanças reais e definitivas sob o *mode operandi* que estamos inseridos. Para reverter essa situação há necessidade constante de diálogo com as demandas que são apresentadas pelos movimentos sociais organizados, dentro e fora da universidade, junto com a(o)s gestora(e)s no que diz respeito às ações coletivas e políticas públicas que serão implementadas.

A militância travesti e trans, junto com os movimentos transfeministas, transmasculinidades e LGBTQIA⁺, ao trazer à tona temas desconhecidos pela grande maioria da sociedade, contribuem para a constituição de uma visibilidade e a incorporação da necessidade de colocar em discussão as existências travestis e trans. As cotas são uma reivindicação que tem sido, amplamente, discutida por esses movimentos.

No Ensino superior são poucas as instituições que adotaram políticas de cotas para pessoas trans nos cursos de graduação e/ou pós-graduação. Como, exemplo, temos a Universidade Federal do Grande ABC (UFABC), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), a Universidade Federal da Bahia (UFBA), a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) e a Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS), conforme Brume Dezembro (2019) apresenta em sua pesquisa.

Entende-se que assim como as cotas raciais, sociais e indígenas, que tem a intenção de dar equidade a uma camada social que passou, e continua passando, por processos de exclusão socioeconômica, historicamente constituídos. Pessoas travestis e trans também deveriam ter os mesmos direitos como incentivo e democratização de

igualdade de direitos perante a exclusão que sofrem. Dessa maneira, coletivamente, a construção de resistências e enfrentamentos se torna potente.

Eu participei de muitos movimentos e coletivos, feministas, negro. Então assim, pelo *campus* ser pequeno e eu ter feito uma rede de apoio com as manas e até com algumas bichas, eu acho que isso fez com que eu não passasse por situações de transfobia, por conta desse reconhecimento que eu fui conquistando dos técnicos, professores, vigilantes e alunos. Eu fui colocada no lugar de diva e de não tocarmos nela, eu me considero privilegiada, e eu não sei se outras travas que habitavam ali tiveram esse mesmo tratamento, me considero ser privilegiada, por eu estar dentro da bolha e não chegava nada. Eu acredito que tinha conversas e falas transfóbicas, até pelo próprio processo que a gente sabe como que é. Mas eu estava dentro destes coletivos, com a minha carteirinha de militante e com mulheres que me apoiavam e protegiam [...] quando você está com sede de saber ganha uma força né, é isso, eu lembro quando eu conheci a Linn da Quebrada ela trouxe para mim uma força tão grande, eu subia no palco e cantava as músicas dela e quando descia falava até parece que eu sou essa pessoa que eu acabei de cantar ali, mas era uma forma de falar para as pessoas, trazer aquele discurso que estremecia e fazia com que elas pensassem ou refletissem sobre tudo aquilo ali. Eu pregava, mesmo que não fosse a minha vivência, mas eu estava também naquele lugar, ali eu trazia a vivência de outras travas e foi através disso que eu fui me fortalecendo. Eu acho que a arte é isso (P₁₀, 2021).

Participei do grupo “Sexo das palavras”, lemos “manifesto contrassexual” do Paul Preciado, com o professor do curso de letras, ele lia com a gente esses livros de teoria *queer* e explicava e tudo, foi muito bom e me ajudou a entender muitas coisas [...] Eu acho que essa questão de resistência eu sempre tive como forma de respaldo a militância, que tinha uma rede de apoio. Tínhamos o coletivo ‘zona livre’ no curso, que ali no início tínhamos reuniões e falávamos sobre e se apoiar, desde o 3º período pesquisando e dando palestra. O que eu acho que dá maior resistência é ter o conhecimento de como me defender, por ser advogado e por ter a capacidade de dialogar também. Nem todo mundo mesmo tendo o conhecimento sabe dialogar, saber seus direitos dá uma base boa pra pessoa conseguir sair dessas situações. Lembrando que tudo isso é porque eu sou privilegiado, que a maioria não tem (P₅, 2021).

As redes de apoio encontradas dentro da universidade, através de coletivos e movimentos se mostraram como forma de resistência a hetero/cis/normatividade imposta dentro deste ambiente. Entender que os corpos são construções sociais, resultado do encontro, muitas vezes conflituoso, entre os desejos e as imposições sociais, é um exercício democrático da liberdade.

Estar em espaços de discussões sobre as lutas ligadas e a defesa dos direitos da população LGBTQIA⁺ é uma forma de combater o machismo, racismo, misoginia e todas as outras formas de opressão que operam dentro da universidade. Percebemos, como posto por Louro (1997), que os grupos dominados são capazes de fazer dos espaços de opressão lugares de resistência. A partir de uma política de coalizão, ocupam os espaços e levam para o debate discussões sobre a travestilidade e transexualidade, mas também as problemáticas vivenciadas na universidade.

Vomitando nas músicas, despertar o lado artístico é uma forma de colocar para fora essas coisas, conversar com amigos. As vezes nem todo mundo tem a arte como saída, mas tem um amigo que pode conversar, não pode ficar pilhando sozinho, senão você compra a ideia do transfóbico e traz ela para si [...] eu consigo me manter muito firme na minha racionalidade e isso é uma estratégia de resistência (P₁, 2021).

Eu uso a minha arte meio que pra isso pra fazer essas denúncias. A arte não tem uma regra e é o deixar fluir sentimentos, sensações e visões de mundo (P₆, 2021).

A arte se mostra como uma saída. Quando os espaços institucionais se fecham, os pontos fracos, as brechas, as linhas de força (FOUCAULT, 1999) são acionadas. A arte e cultura se fortalecem nesses espaços para transmitir a mensagem e trazer a reflexão seja através da música, do *slam*¹⁷, das performances ou de qualquer outra forma de se expressar artisticamente.

Esses fazeres artísticos, por vários momentos, trazem o corpo como elemento principal. Nesse caso, utilizam a sua experiência pessoal como parte desse processo. O corpo trans é político que se transfigura em linguagem, imagem, música, poema dentre outras formas. Nesse processo ele denuncia a hetero/cis/normatividade compulsória que é instaurada como norma regulatória.

Eu sempre entendi que a representatividade importava, mas eu não entendia até que nível. Quando eu vi um homem trans afeminado como eu na televisão, foi sensacional, porque é muito engraçado que a gente apesar de ser reprimido, a gente dá essa permissividade para que homens cisgêneros seja afeminado, a masculinidade deles enquanto homens não são tão (P₉, 2021).

¹⁷ Batalhas de poesia.

Quando eu estava em dúvida sobre ser ou não trans eu fui em uma palestra que teve na UFU, que teve a participação do João Neri como convidado. Eu só fui me entender e me aceitar como trans mesmo, quando eu o vi falando como ele era e se sentia, aí eu naquele momento eu me tremi inteiro, porque se eu for isso mesmo o que eu vou enfrentar daqui pra frente [...] eu não consigo ver que uma comunidade consiga ir pra frente e ter aceitação de todo mundo, quando eles mesmo não respeitam as pessoas que estão juntos com eles na comunidade, fica ali o L e o G, e esses estão contra o B e o T, não é uma competição, está todo mundo ali pra se ajudar, porque no final queremos a mesma coisa o respeito [...] eu vou te falar, na minha vida desde que eu entrei no ambulatório para fazer o tratamento, eu sempre gostei de estar próximo de homens trans, pra entender, pra conhecer, pra saber das novidades e caso alguém passasse por alguma situação pudéssemos apoiar na luta também. Então eu sempre estive em muitos grupos de trans, e hoje muitas pessoas vem falar comigo, por que elas têm dúvidas e eu posso ajudar. Como eu não passei por tanta transfobia, eu tento conversar com o máximo possível de pessoas trans para tentar ajudar elas e entender as situações que elas passam, eu sei que meu caso é único. E fico pegando esses relatos e vendo por que isso aconteceu? O que aconteceu para levar ela a passar por esta situação? Por que isso não aconteceu comigo? Eu fico muito pensativo (P₂, 2021).

Os espaços de construções proporcionados pelo movimento travesti, trans e LGBTQIA⁺ da UFU foram primordiais na formação desta(e)s estudantes travestis e trans que estão ali inseridos. Esta(e)s viram no movimento um espaço para reconhecimento de e constituição de sua expressão, propiciou o empoderamento na busca e na efetivação de seus direitos, não só dentro da UFU, mas na sociedade como toda.

A militância, a produção acadêmica, a vivência e a representatividade travesti e trans invadem estes espaços que antes eram limitados a hetero/cis/normatividade. “Representatividade importa se pressupor compromisso social, senso de coletividade, compromisso com a transformação e ruptura das estruturas transfóbicas e de exclusão” (YORK; OLIVEIRA; BENEVIDES, 2020, p. 9). Esse movimento vai tornando essas pessoas visíveis e demandando, cada vez mais, sua participação no meio social. Logo, é reivindicado que suas histórias, a de seus representantes, de seus conceitos e de suas lutas sejam contadas no mesmo patamar que demais histórias que são tradicionalmente repetidas para toda(o)s.

Você entra na UFU e encontra grupos feministas, jogadores de LOL, tem até o grupo dos evangélicos que se juntam para rezar, mas você não vê um grupo de mulher de pau e homem de buceta sentadinho numa mesa conversando. Eu sinto como a gente cresceu tão

acostumado com essa rejeição, tem essa rejeição dentro da comunidade LGBT muito grande, eu sinto que a gente se fechou com os poucos aliados que a gente encontrou ao longo das nossas caminhadas, e acaba tendo mais dificuldade misturar esses grupos de aliados mesmo. Eu conheci outra pessoa trans dentro da UFU, majoritariamente mulheres, ainda assim era um contato mais superficial, no sentido de eu sei que ela é um corpo como o meu, que existe aqui mediante a subversão, eu sinto que nunca teve uma roda de conversa de corpos trans para falar sobre corpos trans (P₉, 2021).

Para algumas pessoas travestis e trans, o acesso a espaços de diálogo e discussão foram primordiais para se fortalecerem e apoiarem umas as outras. Porém, muita(o)s não conseguiram acessar estes espaços, e o sentimento de solidão mais uma vez se fez presente.

A presença da militância nos espaços universitários atuou como uma estratégia de resistência, empoderando as pessoas e disseminando informações contra o poder opressor da hetero/cis/normatividade. As pesquisas como a de Andrade (2015) e de Oliveira (2018), já mencionadas aqui, problematizaram como a normatividade é agenciada nas instituições de ensino, justamente por terem esse caráter de guardião da norma. Como posto por Butler “o gênero é uma performance com consequências claramente punitivas [...], de fato habitualmente punimos os que não desempenham corretamente o seu gênero” (BUTLER, 2016, p. 199).

Deveria ter uma ouvidoria específica para as questões de discriminação. É uma exposição muito grande, são muitas questões e eu entendo quando as pessoas passam por essas situações e não levam pra frente, porque é algo muito desgastante [...] travesti tem essa imagem de que é uma pessoa escandalosa, que grita, mas se a gente não colocar a nossa voz, as pessoas não vão ouvir ou parar para escutar porque querem escutar. A gente tem que se fazer ser escutado e chegar no outro de alguma forma. Esses contatos, conversas, as amizades que eu fui fazendo ali no ambulatório, me fez entender que a minha identidade é legítima e que as pessoas vão ter que respeitar, elas podem não entender, gostar, pode estar contra religião princípios, mas você tem que respeitar porque eu também sou um ser humano, eu sempre bati muito nisso de que minha identidade é real, ela existe e é legítima, eu mereço ser reconhecida como mulher, vivenciar coisas interessantes como mulher trans (P₁₁, 2021).

A omissão e a falta de debates, ou espaços de trocas sobre questões de gênero e sexualidade dentro da UFU, é algo que une as falas de toda(o)s entrevistada(o)s. Aquela(e)s que minimamente tiveram alguma vivência com pessoas dos movimentos sociais ou estiveram em espaços de militância, relataram o quanto isso foi importante

em seus processos de construção e de crescimento como pessoa travesti e trans. Além disso, souberam a quem e onde recorrerem quando passaram por alguma situação de violência, desrespeito ou de exigências de direito.

Na pesquisa de doutoramento de Andrade (2012), foi discutido também que a ausência de debates nos espaços educacionais está aliada com a dificuldade de se apresentar e reconhecer as diversidades e as diferenças que existem na sociedade. Ela ressaltou que os espaços educacionais não trabalham estes assuntos, e quando o fazem é de forma superficial ou reiterando a norma. Dessa forma, a falta de discussões sobre estes assuntos, acabam gerando receio e medo na(o)s estudantes em como seus familiares e amiga(o)s poderiam reagir frente a essas situações.

As questões aqui colocadas nos mostram o quanto os corpos são controlados em nossa sociedade sob uma ótica heterossexual, cissexista, racista e machista que dita uma norma e uma verdade sobre quem somos e como devemos viver.

O regime de poder e de coerção coloca as pessoas travestis e trans em um espaço de invisibilidade, silenciamento e opressão, no qual a única alternativa encontrada para lidar contra a todo esse processo é a resistência que, como posto por Miskolci (2013), a pessoa luta por liberdade frente ao poder do opressor, e por desconstruir as normas e as convenções culturais, frente ao poder disciplinar.

Portanto, onde há poder á sim resistência (FOUCAULT, 1999). A resistência, nesse sentido, pode se expressar de diversas formas, buscando nas brechas formas de se manter, seja no próprio ato de calar para não sofrer discriminação, na atitude de buscar outra(o) colega para tirar dúvidas, dentre outras estratégias vivenciadas para ir de encontro a esse poder.

Da sociedade em geral, a universidade é um dos espaços em que eu mais me sentia segura. Porque as pessoas lá dentro têm um nível de conhecimento e acesso à informação muito maior e isso automaticamente gera um comportamento diferenciado. Todo mundo tem um discurso muito lindo, muito polido, sabe chamar de ela, fala que tem que respeitar, que ela é mulher sim, mas eu nunca fiquei com ninguém na universidade, ninguém nunca quis beijar minha boca, ninguém nunca fez acontecer lá dentro mesmo. Acho que isso reflete como a transfobia acontece nesse espaço (P₁, 2021).

Na verdade, eu não considero nenhum lugar seguro, não existe lugar seguro, mercado, *shopping*, até na minha casa não é seguro em vários

momentos, por que o que impede alguém de fazer algo? Porém a universidade não se esforça, eu nunca precisei de um segurança, mas eu tenho a certeza de que aqueles seguranças não são preparados para me defender, para entender, para apartar, para resolver uma situação deste tipo. Os professores também não estão nem aí, aqueles que estão não vão se sentir ofendidos, aqueles que não estão sabem que não é com eles, não está atrapalhando a vida deles, não está mexendo no bolso deles. E querendo ou não, é mais fácil eu não estar ali, porque eu não tenho que rever meus conceitos, opiniões, forma de pensar, minha crença. Não conviver com o diferente não me tira do comodismo (P₃, 2021).

Quando se fala a palavra a segurança, isso me remete a situações de violência. Então você se sente seguro? É uma palavra muito abrangente, seguro de forma uniforme, acolher ou do ponto de vista de violência. Deste ponto do acolhimento eu me senti na maior parte do tempo seguro, sempre tive apoio da coordenação, direção, professores e colegas, nunca sofri transfobia e violência [...] agora eu me sentia seguro de entrar em um banheiro masculino? Não! Porque lá tinha outros alunos que eu não conhecia e podia entrar ali e me violentar. Então 100% seguro em lugar nenhum, principalmente a partir do momento que a pessoa sabe que eu sou trans (P₅, 2021).

Pra falar a verdade eu nem sei se me sinto segura lá dentro, tem toda uma repressão dos guardas, as portas fechadas, a UFU nunca está aberta. Eu acho que não me sinto tão segura lá. A escrotidão está em todo lugar e pode acontecer coisas, mas realmente é um ambiente um pouco mais seguro para estar, para fazer experimentos artísticos, mas também vejo toda essa repressão por parte dos guardas, da estrutura acadêmica, é uma ditadura (P₆, 2016).

É muito fácil entrar no espaço universitário, tem essa falha de segurança. Qualquer pessoa pode entrar, seja mal-intencionada ou não, e pode entrar por saber que tem uma aluna trans e olhar e observar a rotina e esperar um momento para atacar (P₁₁, 2021).

Sob a ótica da(o)s entrevistada(o)s a UFU não somente deve cumprir seu papel de disseminadora de conhecimento, como também deve atuar de maneira a dar liberdade e segurança, auxiliando na redução da transfobia estruturada na sociedade. Para isso, deve-se melhorar de maneira significativa suas políticas e estruturas, desde a estruturas físicas, como banheiros, promoção de campanhas e atividades de sensibilização e esclarecimentos, treinamentos para a(o)s profissionais que atuam em seus *campi*, sejam servidora(e)s ou terceira(o)s, e presar em sua política de acesso e de permanência estudantil as cotas, para de fato incluir e respeitar a presença de estudantes travestis e transexuais.

No relato das participantes P₆ e P₁₁ apesar de parecer contraditório, referem-se a campi distintos da UFU. Ao dizer que as portas da UFU nunca estão abertas, está refere-se ao campus Santa Mônica, que possui portarias para controle de entrada que são fechadas em determinados horários ou dias. Já no outro relato ao se falar que há falha na segurança da UFU, refere-se ao campus Umuarama, que não possui portarias e o espaço universitário pode ser acessado de forma não controlada por transeuntes e veículos.

Nesta subseção, apresentamos o cenário enfrentado por estudantes travestis e trans dentro da UFU, que não se difere do cenário brasileiro. A todo o momento foram percebidas situações nas quais as pessoas travestis e trans, foram de algum modo marginalizadas e negligenciadas pela UFU.

Percebemos que há um despreparo muito grande por parte da(o)s seus servidora(e)s em lidar com a(o)s estudantes travestis e trans. Há também a precarização da formação didática pedagógica e dos currículos, não há abertura para o reconhecimento, a inserção e a legitimação dessas vivências dentro da UFU. Além disso, há uma estrutura precária, seja esta física ou de diretrizes e resoluções.

Os espaços de resistência foram encontrados por algumas pessoas, porém, nem todas tiveram contato com estes. Esses espaços serviram como instâncias formadoras para que esta(e)s pudessem se fortalecer e reivindicar seus direitos. A resistência, coalizão e interseccionalidade juntamente com a construção coletiva é a saída para o enfrentamento da omissão da UFU, em relação a experiência universitária de pessoas travestis e trans.

“Ela é lynda parece travesti!”
(GABI ALMEIDA, Instagram, 2021)

“Ser trans é apenas ser, é viver, é vivência”
(GABI LORAN, Instagram, 2021)

“Nosso orgulho jamais deveria ser um empecilho na hora de conseguir um emprego, afinal, é através dele que nós temos oportunidade de conhecer outras pessoas, de amar e nos expressarmos!”
(JONAS MARIA, Instagram, 2021)

CONSIDERAÇÕES TRANSITÓRIAS

Trazemos aqui nossas considerações TRANSitórias, pois entendemos que os dados aqui gerados, assim como as interpretações e discussões realizadas, são passíveis de novas provocações e interpretações. Sejam estas elaboradas por nós, ou por nossa(o)s leitora(e)s, a partir de novos entendimentos e conceitos que possam contribuir para esse caminhar.

Posto isto, trazemos algumas das nossas considerações. O estado da questão apresentado na seção II, colaborou para o entendimento de que base epistemológica apresentada na seção III, assim como a metodologia apresentada na subseção 1.2, possui similaridade com o arcabouço conceitual e metodológico que outra(o)s pesquisadora(e)s das Ciências Humanas têm se apoiado para produzirem conhecimentos em relação as singularidades e diversidade social. Os trabalhos localizados se apoiaram em autora(e)s dos Estudos Pós-críticos, Pós-estruturalista, Pós-feminismo e da Teoria *Queer*, e em uma abordagem qualitativa, com instrumentos de pesquisa como questionários e entrevistas, assim como nesta pesquisa.

Dessa forma, entendemos que nossa escolha esteve em consonância com o que a academia já vem produzindo, e que essa foi fundamental para o entendimento das questões apresentadas pela(o)s estudantes de nossa pesquisa e para o desenvolvimento de nossas discussões. Além disso, foi possível notar que pesquisas sobre essa temática dentro do campo dos Estudos de Gênero e da área da Educação, estão em um processo de ascensão, revelando haver um pacto coletivo entre pesquisadora(e)s na produção de novos conhecimentos e verdades.

É notório que há uma intencionalidade em produzir epistemologias que possibilitem elucidar os modos de vida das pessoas travestis e trans. Como também, há o interesse em gerar dados para se desenvolver políticas públicas e institucionais que busquem respaldar o acesso e a permanência dessas pessoas em ambientes de formação educacional e profissional.

Partindo para a nossa inquietação inicial que foi, “Quem são e como se dá o acesso e a permanência de estudante travestis e trans nos cursos de graduação e pós-graduação da UFU?”, as seções IV e V nos proporcionaram ensaiar algumas respostas.

Na seção IV, apresentamos o perfil social, educacional e econômico da(o)s estudantes que responderam ao questionário. As respostas e análises realizadas não refletem toda a realidade do universo da(o)s estudantes travestis e trans da UFU, mas é possível perceber as similaridades e cruzamentos entre essas vivências. Já na seção V, trouxemos a análise das entrevistas, abordando as seguintes questões: como foi o processo de sair do Ensino Médio e ingressar a UFU; como o processo de transição foi influenciado pelos olhares dos familiares e amiga(o)s; como as representações socioculturais impactaram suas vidas; como foi permanecer dentro da UFU; como foi lidar com situações de preconceito e discriminação dentro da UFU e como foram elaboradas as r(E)xistências dentro da UFU.

A partir do objetivo geral, que foi o de “problematizar como se deu o processo de acesso, permanência e vivências de estudantes travestis e transexuais dentro da UFU” e dos objetivos específicos que foram: mapear como se deu o processo de acesso desta(e)s estudantes travestis e trans ao Ensino Superior; mapear quais foram os principais desafios encontrados no processo de permanência na universidade; identificar se as relações estabelecidas no espaço universitário foram permeadas por experiências transfóbicas; analisar quais foram às formas de r(e)xistências elaboradas para se manterem na UFU, produzimos alguns dados que possibilitaram auxiliar a problematização dessas questões.

A priori, foi possível problematizar como se deu o processo de acesso desta(e)s estudantes travestis e trans ao Ensino Superior. Pode-se observar que o acesso ao Ensino Superior se deu através do ENEM/SISU, tendo a maior parte da(o)s estudantes cursado o Ensino Médio em instituições públicas e recorreram a cursinhos preparatórios para o ENEM ou vestibular.

Ressaltamos a importância do ENEM, que foi um facilitador para o processo de acesso à universidade, principalmente para a(o)s estudantes que vieram de outras cidades. Para além disso, a inclusão dessas pessoas na universidade torna possível o hackeamento destes espaços. E as brechas que são geradas possibilitam subverter as epistemologias dominantes e colocar em xeque a norma vigente.

Mas, constatamos também que a evasão/exclusão da(o)s estudantes travestis e trans na UFU é uma realidade. E para além disso, esses dados não são mensurados

estatisticamente pela universidade, o que não nos permite ter informações concretas sobre essa situação.

Nos relatos de nossa(o)s entrevistada(o)s sobre esse abandono, foram apontadas as seguintes questões: processo de depressão; exigências do currículo; não estar pronto para a graduação; trancamentos e retornos, seguidos de reprovação e não ver sentido no curso escolhido. A “evasão involuntária” (ANDRADE, 2012, p. 247), faz parte deste descaso por parte da(o)s gestora(e)s educacionais em investigar o real motivo se eximindo de qualquer responsabilidade sobre a decisão desta(e) estudante.

Assim, conseguimos localizar e mapear quais foram os principais desafios encontrados no processo de permanência na UFU. O primeiro ponto está relacionado com a dificuldade de se estabelecerem financeiramente, para muita(o)s conciliar o trabalho com os estudos foi uma necessidade, já que não receberam apoio financeiro das famílias, ou esse apoio foi insuficiente para suas despesas. O segundo por não terem sido contemplada(o)s com os auxílios e bolsas estudantis, devido ao processo instituído pela UFU, que se demonstrou a partir dos relatos serem morosos e insuficientes para a quantidade de estudantes que pleitearam. O terceiro ponto remete às alterações que os *status* financeiros dessa(e)s estudantes no decorrer do curso, seja pela perda do apoio familiar, o desemprego, a perda de um auxílio ou bolsa, dentre outros. O quinto ponto é a incompatibilidade das atividades dos cursos com a rotina de trabalho desta(e)s estudantes. Questões que envolvem um currículo extenso e puxado, laboratórios que não funcionam a noite, impossibilidade de realizar atividade extracurriculares e estágio, foram algumas das burocracias institucionais mencionadas. O sexto e último ponto está relacionado ao despreparo por parte do corpo técnico e docente em lidar com situações específicas que uma pessoa travestis e trans tem, como o uso de banheiros, retificação do nome social, uso de pronome adequado dentre outros.

Foi possível também identificar as experiências transfóbicas vivenciadas no espaço universitário. Em todos os relatos foi possível identificar como a transfobia opera dentro da UFU. Em vários momentos deparamos com relatos de atos de discriminação e violência dentro e fora da sala de aula, de forma velada ou explícita. Na universidade, assim como na sociedade, a reprodução da hetero/cis/normatividade é uma realidade que corrobora para a manutenção da transfobia estrutural.

Percebemos que constantemente a(o)s estudantes travestis e trans foram alvos de tentativas de docilização e normalização de seus corpos e demarcação e subalternização de suas identidades. A todo o momento foram percebidas situações nas quais as pessoas travestis e trans, foram de algum modo marginalizadas e negligenciadas pela UFU, além, da inabilidade do corpo docente e técnico em lidar com a presença de pessoas travestis e trans no espaço acadêmico, não respeitando o nome social e o uso de pronomes adequados. A instituição UFU teve e tem dificuldade em fazer cumprir suas diretrizes, deixando em muitos momentos essa(e)s estudantes vulneráveis a situações de exposição, constrangimento e de violências simbólicas.

Para enfrentar estas questões, conseguimos identificar e analisar as formas de r(e)xistências elaboradas por essa(e)s estudantes para se manterem na UFU. Para muita(o)s o apoio de familiares e de amiga(o)s se mostrou como um importante aliado para o reconhecimento, aceitação e segurança em relação aos seus processos de transição e enfrentamentos. Espaços de resistência dentro da universidade, foram encontrados por algumas pessoas, como o CRAIST e coletivos LGBTQIA⁺. Estes espaços serviram para que minimamente esta(e)s pudessem se fortalecerem e reivindicarem direitos coletivamente. Recorreram também a Arte como uma forma de denunciarem a hetero/cis/normatividade compulsória que é instaurada como norma regulatória dentro da UFU.

Dessa forma, entendemos que a(o)s estudantes tiveram, cada um(a) ao seu modo, estratégias para manutenção de sua existência, colocando a possibilidade de estar em uma universidade como prioridade na constituição de sua realidade e sobrevivência no mundo. No espaço universitário muita(o)s encontraram informações acerca de suas expressões de gênero e foi um local para elucidar questões relacionadas ao gênero e às diferenças sexuais, o que possibilitou o enfrentamento das lutas contra as normas de gênero nos espaços familiares e sociais.

Outro ponto percebido é que as preocupações fora do cotidiano educacional acabaram por afetar de forma significativa a vivência universitária. Foram várias as interferências e violências sofridas, que acabaram por marcar essas vidas, e não se pode negar que a existência de pessoas travestis e trans dentro do espaço universitário requer que políticas institucionais, assim como os currículos, sejam reavaliadas e modificadas,

no sentido de contemplar as suas particularidades que em muito se diferem da realidade das pessoas cis/hetero/normativas.

Chegamos à conclusão de que é necessária muita discussão ampla acerca de gênero e sexualidade dentro da UFU. E que a reivindicação de direitos dos corpos dissidentes dentro da UFU se torne pauta para criação de políticas, ações e programas, assim como para tomada de decisões e promoção da permanência dentro da instituição.

Acreditamos que a Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da UFU terá um uma grande importância dentro da instituição, uma vez que possibilitará promover os direitos constitucionais e institucionais da(o)s estudantes travestis e trans. Os trabalhos da Comissão deverão pautar a desconstrução estrutural da transfobia existente na UFU para possibilitar que essa(e)s estudantes tenham reais condições de não só de acessar, mas também de permanecer dentro da universidade.

Em relação as políticas afirmativas estabelecidas no âmbito da UFU, entendemos que para além das resoluções e portarias, consideradas como avanços e políticas de inclusão e reconhecimento, precisamos que estas estejam para além de descritas no papel. É necessário tornar esse debate muito mais amplo e criar meios de se desenvolver ações que possam, concretamente, TRANSformar a realidade acerca do reconhecimento de pessoas travestis e transexuais fato reais dentro da universidade pública.

Antes de finalizar nossas considerações TRANSitórias, e vale lembrar que não pretendemos esgotar as problematizações aqui geradas. Observamos que por mais desafios a serem enfrentados pelas pessoas travestis e trans para acesso e permanência na universidade pública, foi possível identificar que adentrar na universidade provocou possibilidades para uma subjetivação positiva. Muita(o)s da(o)s entrevistada(o)s relataram que o processo de transição teve início dentro da universidade, fato que demonstra, que o espaço universitário também deve ser reconhecido como potente para produção de expressões de gêneros e sexualidades dissidentes dos regimes reguladores.

Ainda, é preciso avançar com políticas públicas e educacionais que reconheçam e garantam espaços para as diferenças, principalmente para o contexto universitário público brasileiro. Porém, também é preciso reconhecer as potencialidades

já instauradas nesses espaços para produzir fissuras, brechas, buracos, tornando cada vez mais porosa o processo de naturalização de determinada norma.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luis de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa.** 2012. 278 fl. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós- Graduação em Educação, Fortaleza, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/7600>. Acesso em: 18 jan. 2021.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR [ANDIFES]. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018.** Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2021/07/Clique-aqui-para-acessar-o-arquivo-completo.-1.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2021.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara N. B. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019.** São Paulo: Expressão Popular; ANTRA; IBTE, 2020.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara N. B. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020.** São Paulo: Expressão Popular; ANTRA; IBTE, 2021.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara N. B. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2021.** São Paulo: Expressão Popular; ANTRA; IBTE, 2022.

BENTO, Berenice. Brasil: o país do transfeminicídio. **Revista Fórum**, 2014. Disponível em [HTTPS:// revistaforum.com.br/noticias/brasil-o-pais-transfeminicidio/](https://revistaforum.com.br/noticias/brasil-o-pais-transfeminicidio/). Acesso em: 25 jul. 2020.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Estudos Feministas**. v. 19, n. 2, p. 549- 559, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/DMNhmpzNbKWgH8zbgQhLQks/?lang=pt>. Acesso em: 25 jun. 2021.

BENTO, Berenice. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Artigos Contemporânea**. v. 4, n. 1, p. 165-182, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/197/101>. Acesso em: 18 jun. 2021.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade.** São Paulo: Brasiliense, 2008.

BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 28 fev. 2020.

BRAGA, Keith Daiani da Silva. **Homofobia na escola: análise do livro de ocorrência escolar.** 2014. 200 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista,

Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/113831>. Acesso em: 05 jul. 2021.

BRASIL. **Decreto Presidencial Nº 8.727 de 28 de abril de 2016**. Dispõe sobre o uso de nome social e o reconhecimento da identidade de gênero para travestis e transexuais, no âmbito da administração pública federal. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm. Acesso em: 10 maio, 2020.

BRASIL. **Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 20 jan. 2021.

BRASIL. **Lei Nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e base da educação. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 20 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instituições credenciadas**. Brasília, DF. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/instituicoes-credenciadas-sp-1781541355>. Acesso em: 10 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Nº 389 de 9 de maio de 2013**. Ministério da Educação cria o Programa de Bolsa Permanência e dá outras providências. Brasília, DF: ME, 2013. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/30550825_Acesso em: 15 jan. 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº4275, de 9 de março de 2018**. Supremo Tribunal Federal permite a alteração de nome e sexo nos Registros Cíveis como direito para travestis e transexuais. Brasília, DF: STF, 2018. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=2691371>. Acesso em: 10 maio 2020.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BUTLER, Judith. Regulações de gênero. **Cadernos Pagu**, (42), p. 250-274, jan.-jun. de 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/Tp6y8yyyGcpfdbzYmrc4cZs/?lang=pt>. Acesso em: 16 mai. 2021.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa da assembleia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam: os limites discursivos do sexo**. São Paulo: n-1 edições, 2019. 400 p.

CAPES. Catálogo de teses e dissertações da Capes. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses>. Acesso em: 01 mar. 2021.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

CONNELL, Raewyn. **Gênero em termos reais**. São Paulo: inVersos, 2016.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasil). **Resolução Nº 1, de 29 de janeiro de 2018**. Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2018. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-01-2018.pdf>. Acesso em: 10 maio 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasil). Transexualidade não é transtorno mental, oficializa OMS. *In: Notícias CFP*. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/transexualidade-nao-e-transtorno-mental-oficializa-oms/>. Acesso em: 10 maio 2021.

CONSELHO NACIONAL DA SAÚDE (Brasil). **Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Define diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humano. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html. Acesso em: 10 maio 2020.

CONSELHO NACIONAL DA SAÚDE (Brasil). **Resolução Nº 510, de 7 de abril de 2016**. Define as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html. Acesso em: 10 maio 2020.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). **Resolução nº 1, de 19 de janeiro de 2018**. Define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=81001-rcp001-18-pdf&category_slug=janeiro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 maio 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). **Provimento Nº 73, de 29 de junho de 2018**. Dispõe sobre a averbação da alteração do prenome e do gênero nos assentos de nascimento e casamento de pessoa transgênero no Registro Civil de Pessoas Naturais. Brasília, DF: Conselho Nacional de Justiça, 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/cnj-regulamenta-alteracoes-nome-sexo.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2021.

CUNHA, Thaís; HANNA, Wellington. Discriminação rouba de transexuais o direito ao estudo: Agressões e ameaças e diversos tipos de violência simbólica fazem com que pessoas trans sejam especialmente suscetíveis à evasão educacional. *In: Correio Braziliense*. Brasília, DF, 2020. Disponível em:

<http://especiais.correiobraziliense.com.br/violencia-e-discriminacao-roubam-de-transexuais-o-direito-ao-estudo>. Acesso em: 3 maio 2020.

FOUCAULT, Michel. Sobre a história da sexualidade. *In*: M. Foucault. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1995.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

GATTI, Bernadete. A. Estudos quantitativos em educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 11-30, jan./abr. 2004. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/27922/29694>. Acesso em: 15 fev. 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. 5. reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

GROSSI, M. G. R.; OLIVEIRA, E. S.; SILVA L. C. Transexualidade na formação do professor da educação básica: desvelando a realidade brasileira. **Revista Humanidades**, Fortaleza, v. 32, n. 2, p. 180-192, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/rh/article/view/7475>. Acesso em: 21 jan. 2022.

IAZZETTI, Brume Dezembro. **Existe universidade em pajubá?**: transições e interseccionalidades no acesso e permanência de pessoas trans. 2021. 311 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2021. Disponível em: <https://bv.fapesp.br/pt/publicacao/206286/existe-universidade-em-pajuba-transicoes-e-interseccion/>. Acesso em: 10 fev. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Característica étnico raciais da população: classificações e identidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63405.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Nome social será usado por mais de 400 travestis e transexuais**. 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/enem/nome-social-sera-usado-por-mais-de-400-travestis-e-transexuais>. Acesso em: 08 mar. 2020.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos - guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. 2. ed. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.diversidadesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>. Acesso em: 3 de jun. de 2020.

JUNQUEIRA, R. D. Pedagogia do armário e currículo em ação: heteronormatividade, heterossexismo e homofobia no cotidiano escolar. *In*: MISKOLCI, R.; PELÚCIO, L. (Orgs.). **Discursos fora da ordem**: sexualidades, saberes e direitos. São Paulo: Annablume, 2012. p. 277-305.

LANZ, Leticia. **O corpo da roupa**: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. 2014. 342 f. Dissertação (Mestrado em

Ciências Humanas) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/36800/R%20-%20D%20-%20LETICIA%20LANZ.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2020. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/36800/R%20-%20D%20-%20LETICIA%20LANZ.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2021.

LE BRETON, David. **La sociologie du corps**. Paris: Presses Universitaires de France, 1992. 128 p.

SANTOS, Sandro Prado. **Experiências de pessoas trans - ensino de Biologia**. 2018. 289 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018. Programa de Pós-Graduação em Educação. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/21157>. Acesso em 28 jan. 2022.

RONDAS, Lincoln de Oliveira; MACHADO, Lucília Regina de Souza. Inserção profissional de travestis no mundo do trabalho: das estratégias pessoais às políticas de inclusão. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João Del-Rei. v.10(1), jan./jun., 2015. p. 194-207. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082015000100016. Acesso em: 28 jan. 2022.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MISKOLCI, Richard. **Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças**. 2. ed. rev. e ampl., 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. Transexistências negras: o lugar de travestis e mulheres transexuais negras no Brasil e em África até o século XIX. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa et al. **Corpo, gênero e sexualidade: resistência e ocupa(ações) nos espaços de educação**. Rio Grande: EDFURG, 2018.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O diabo em forma de gente: (r) existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação**. 2017. 190 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/47605>. Acesso em: 25 nov. 2021.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **Transpolíticas Públicas**. Prefácio. In: OLIVEIRA, Antônio Deusivan de; PINTO, Cristiano Rosalino Braule. Campinas: Papel Social, 2017. p. 23-29.

ONG TRANSGENDER EUROPE (TGEU). **Relatório pessoas trans assassinadas 2016**. Disponível em <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-fontes/pesquisa/pessoas-trans-assassinadas/>. Acesso em: 20 fev. 2020.

PALHA, Amanda. **Travestis x mulher transexual: afinal, qual a diferença?** Disponível em: <https://medium.com/@amanda.palha/travestis-x-mulher-transexual-afinal-qual-a-diferen%C3%A7a-1167c8507e06>. Acesso em: 13 maio 2021.

PATTON, Michael Quinn. **Qualitative evaluation and research methods**. London: Sage, 1990.

PRECIADO, Beatriz. **Manifesto contrassexual**. São Paulo: N-1 Edições, 2014.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 227-278. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 21 maio 2020.

RANKING DE UNIVERSIDADES FOLHA. Disponível em: <https://ruf.folha.uol.com.br/2019/ranking-de-universidades/principal/>. Acessado em 27 jan. 2022.

REDE NACIONAL DE PESSOAS TRANS DO BRASIL. **Dia do Trabalhador: Rede Trans Brasil traz ação para empregar pessoas trans**. Disponível em: <http://redetransbrasil.org.br/2021/05/01/dia-do-trabalhador-rede-trans-brasil-traz-acao-para-empregar-pessoas-trans/#more-1913>. Acesso em: 21 jun. 2021.

RODRIGUES, Alexsandro; OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de; ROCON, Pablo Cardozo; ROSEIRO, Steferson Zanoni. **Precárias experiências em dissidências: crianças que não cabem em si**. v. 30. Campinas, SP: Pro-Posições, 2019.

SALES, Adriana **Travestis brasileiras e escolas (da vida): cartografias do movimento social organizado aos gêneros nômades**. 2018. 310 f. Tese de Doutorado – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/152979>. Acesso em: 22 fev. 2022.

SALES, Adriana. **Travestilidades e escolas nas narrativas de alunas travestis**. 2012. 114 f. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual do Mato Grosso. Programa de Pós-Graduação em Educação, Rondonópolis, 2012. Disponível em: <https://ri.ufmt.br/handle/1/1230>. Acesso em: 22 fev. 2022.

SCOTE, Fausto Delphino; GARCIA, Marcos Roberto Vieira. Trans-formando a universidade: um estudo sobre o acesso e a permanência de pessoas Trans no Ensino Superior. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 38, n. 2, p. 1-25, abr./jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2020.e65334>. Acesso em: 16 jan. 2021.

SCOTE, Fausto Delphino. **Será que temos mesmo direitos a universidade?: o desafio do acesso e a permanência de pessoas transexuais no ensino superior**. 2017. 152 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, Faculdade de Educação, Programa de Pós- Graduação em Educação, Sorocaba, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/9202?show=full>. Acesso em: 18 jan. 2021.

SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, 16(2) julho/dezembro, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667> Acesso em: 20 jan. 2020.

SILVA, Joseli Maria. Espaço interdito e a experiência urbana travestis. *In*: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; JUNIOR, Alides Baptista Chimin (Org.). **Geografias malditas: corpos, sexualidades e espaços**. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2013. p.143-182.

SILVA, Keo; VAZ, Alexandre Fernandez. Pessoas trans no ensino superior: lutas por acesso e permanência, a exemplo da Universidade Federal de Santa Catarina (2012-2015). **Revista Crítica Cultural**, v. 14, n. 2, 2019. Disponível em: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Critica_Cultural/article/view/8133. Acesso em: 3 mar. 2021.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidades terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política**. Petrópolis: Vozes, 1996. 273 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Diretoria de Comunicação Social da Universidade Federal De Uberlândia. **Histórico de quantitativo de estudantes UFU**. Disponível em: <https://comunica.ufu.br/conheca-a-dirco/ufu-em-numeros>. Acesso em: 27 jan. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Pró-Reitoria de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Uberlândia. **Portaria PROAE Nº 18, de 17 de agosto de 2020**. Dispõe sobre a metodologia utilizada para a realização de análise socioeconômica executada pela equipe técnica de Serviço Social da Divisão de Assistência e Orientação Social (DIASE) no âmbito da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, MG: Pró-reitoria de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Uberlândia, 2018. Disponível em: https://www.sei.ufu.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?9LibXMqGnN7gSpLFOOgUQFziRouBJ5VnVL5b7-UrE5QdZx-UfPo3ZqtscAwGhyuZpzGEAYtnlkeWuJAhjePTePkLwpOUhGs1JPiVKxNqVsUOcbIFFGj32p18at72a6m1. Acesso em: 25 fev. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Reitoria da Universidade Federal de Uberlândia. **Portaria Reito Nº 1175, de 29 de dezembro de 2020**. Dispõe sobre a Comissão Permanente de Acompanhamento da Política de Diversidade Sexual e de Gênero da Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em: https://www.sei.ufu.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?9LibXMqGnN7gSpLFOOgUQFziRouBJ5VnVL5b7-UrE5TtUexId6H_owQ4nHofhdrAZ6tV_XT3GO_JFggVqEjSQP9xD08UokqirtgoFd_mILkftb-LSq2C_dv1-ar57raz. Acesso em: 20 jan. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Regimento Geral da Universidade Federal de Uberlândia**. Disponível em: http://www.proae.ufu.br/sites/proae.ufu.br/files/media/documento/regimento_geral_da_uvu.pdf. Acesso em: 10 jan. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Repositório Institucional**. Disponível em: https://repositorio.ufu.br/?locale=pt_BR. Acesso em: 27 fev. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Conselho Universitário da Universidade Federal de Uberlândia. **Resolução Nº 1, de 30 de janeiro de 2015**.

Assegura às pessoas travestis, transexuais e transgêneros o direito do uso do nome social no âmbito d Federal de Uberlândia, e dá outras providências. Uberlândia, MG: Conselho Universitário da Universidade Federal de Uberlândia, 2015. Disponível em <http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/resolucaoCONSUN-2015-1.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Conselho de Graduação da Universidade Federal de Uberlândia. **Resolução Nº 12, de 22 de junho de 2018**. Aprova regulamento que estabelece os critérios a serem aplicados pela Comissão de Heteroidentificação dos candidatos Pretos, Pardos e Indígenas (PPIs) nos processos seletivos de ingresso na Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, MG: Conselho de Graduação da Universidade Federal de Uberlândia, 2018. Disponível em: <http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/resolucaoCONGRAD-2018-12.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Conselho Universitário da Universidade Federal de Uberlândia. **Resolução Nº 10, de 30 de agosto de 2019**. Estabelece a Política de Diversidade Sexual e de Gênero da UFU. Uberlândia, MG: Conselho Universitário da Universidade Federal de Uberlândia, 2019. Disponível em <http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/ataCONSUN-2019-10.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Diretoria de Comunicação Social da Universidade Federal De Uberlândia. **UFU elege membros de sua comissão de política de diversidade sexual e de gênero**. Disponível em: <https://comunica.ufu.br/noticia/2020/01/ufu-elege-membros-de-sua-comissao-de-politica-de-diversidade-sexual-e-de-genero>. Acesso em: 27 jan. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Observatório de políticas Públicas da Universidade Federal De Uberlândia. **Relatório Final: Perfil da Evasão e da Retenção de Estudantes dos Cursos de Ciências Humanas e Ciências Biomédicas**. Disponível em: <https://observatorioppufu.wixsite.com/ppufu/boletins-opp>. Acesso em: 27 jan. 2022.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2015. 244 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/19685/1/VERGUEIRO%20Viviane%20-%20Por%20inflexoes%20decoloniais%20de%20corpos%20e%20identidades%20de%20genero%20inconformes.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2022.

YORK, Sara Wagner. **Tia, você é homem?**: trans da/na educação: des(a)fiando e ocupando os “cistemas” de Pós-graduação. 2020. 185 f. Dissertação (mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/16716>. Acesso em: 16 mar. 2022.

YORK, Sara Wagner; OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes; BENEVIDES, Bruna. Manifestações textuais (insubmissas) travestis. **Revista Estudos Feministas**,

Florianópolis, 28(3), 2020. Disponível em:
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/75614>. Acesso em: 17 mar. 2022.

ANEXOS

Anexo A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) maior de 18 anos.

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) maior de 18 anos

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “(TRANS)FORMANDO no ensino superior: trajetórias de estudantes Trans em uma universidade pública”, sob a responsabilidade da pesquisadora Rosilaine Cristina Silva, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Uberlândia.

Nesta pesquisa nós estamos buscando compreender como se dá o processo de acesso, permanência e as vivências de estudantes de graduação, que se reconhecem na estética da transgeneridade, transexualidade e travestilidade, em uma universidade pública no interior de Minas Gerais, na região do Triângulo Mineiro. Os Termos de Assentimento e de Consentimento Livre e Esclarecido, será obtido pela pesquisadora Rosilaine Cristina Silva, no período de 01/12/2020 a 28/02/2021. O contato com a(o)s possíveis colaboradores será realizado via mediação do Projeto de extensão “SOMOS” da instituição foco da pesquisa, que objetiva a “Promoção da população LGBTQIA+ de Uberlândia, com a defesa de direitos por meio de assessoria jurídica gratuita e conscientização” (SOMOS, 2020, p.1) e do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB) da mesma instituição, que dentre suas pastas possui uma vinculada a população LBGT. Além do contato com estudantes no qual a pesquisadora já possui vínculo de outros projetos. O contato os grupos será realizado previamente através de carta convite, que solicitará auxílio para contato com estudantes transgêneros, transexuais e travestis da instituição foco da pesquisa. O contato com os estudantes será via telefone, redes sociais ou e-mail, para envio do convite para participarem da pesquisa e envio do questionário com os termos, me colocando à disposição para retirar dúvidas em relação à pesquisa. A data, horário e local para coleta de dados será combinado previamente com cada participante. O tempo para responder aos instrumentos da pesquisa será de 60 minutos, sendo 10 minutos para responder o questionário e 50 minutos para a entrevista semiestruturada. A(o) entrevistada(o) terá ciência que ele tem um tempo para decidir se concorda com a participação conf. item IV da Resol. CNS 466/12 ou Cap. III da Resol. 510/2016 quando for pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.

Na sua participação, você responderá primeiramente a um questionário para levantamento de seu perfil socioeconômico e dados básicos referente ao seu processo de acesso ao Ensino Superior. A segunda etapa da coleta de dados, será a condução de uma entrevista semiestruturada que será agendada (data, horário e local) a partir de sua disponibilidade, podendo ser conduzida de forma remota devido a pandemia por covid-19. Em atendimento as orientações da Resolução 510/2016, no Cap. VI, Art.28, inciso IV, que dispõe sobre a guarda e segurança dos dados coletados, para essa pesquisa estes serão arquivados em formato digital, e ficarão sob a minha guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa. Os dados serão submetidos a análise qualitativa.

Em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada.

Você não terá nenhum gasto nem ganho financeiro por participar na pesquisa.

Havendo algum dano decorrente da pesquisa, você terá direito a solicitar indenização através das vias judiciais (Código Civil, Lei 10.406/2002, Artigos 927 a 954 e Resolução CNS N° 510 de 2016, Artigo 19).

Os riscos consistem em possível identificação do entrevistado. Para evitar que haja essa identificação utilizaremos nomes fictícios.

O benefício será a produção de informações sobre estudantes trans que estão inseridos na universidade foco da investigação, que possibilitará a criação de políticas institucionais com foco na população trans e poderá propiciar um olhar mais apurado a respeito das questões que envolvem a transexualidade e travestilidade no ambiente acadêmico.

Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem qualquer prejuízo ou coação. Até o momento da divulgação dos resultados, você também é livre para solicitar a retirada dos seus dados da pesquisa. Mesmo seu responsável legal tendo consentido, você não é obrigado a participar da pesquisa se não quiser.

Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você.

Em caso de qualquer dúvida ou reclamação a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com: Rosilaine Cristina Silva, telefone (34)99185-9670, ou via Faculdade de Educação (FACED) / Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED). Av. João Naves de Ávila, 2121 – bloco G – Campus Santa Mônica – CEP 38400-902 – Uberlândia/MG | 34 3239-4212.).

Para obter orientações quanto aos direitos dos participantes de pesquisa acesse a cartilha no link:
https://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/documentos/Cartilha_Direitos_Eticos_2020.pdf.

Você poderá também entrar em contato com o CEP - Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos na Universidade Federal de Uberlândia, localizado na Av. João Naves de Ávila, Nº 2121, bloco A, sala 224, *campus* Santa Mônica – Uberlândia/MG, 38408-100; telefone: 34-3239-4131. O CEP é um colegiado independente criado para defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde.

Uberlândia, de de 20.....

Assinatura do(s) pesquisador(es)

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

Assinatura do participante da pesquisa

Anexo B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para Responsável Legal por Menor de 18 Anos.

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para Responsável Legal de Menor de 18 Anos

Considerando a sua condição de responsável legal pelo(a) menor, apresentamos este convite e solicitamos o seu consentimento para que ele(a) participe da pesquisa intitulada “(TRANS)FORMANDO no ensino superior: trajetórias de estudantes Trans em uma universidade pública”, sob a responsabilidade da pesquisadora Rosilaine Cristina Silva, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Uberlândia.

Nesta pesquisa nós estamos buscando compreender como se dá o processo de acesso, permanência e as vivências de estudantes de graduação, que se reconhecem na estética transgeneridade, transexualidade e travestilidade, em uma universidade pública no interior de Minas Gerais, na região do Triângulo Mineiro. Os Termos de Assentimento e Termos de Consentimento Livre e Esclarecido, será obtido pela pesquisadora Rosilaine Cristina Silva, no período de 01/12/2020 a 28/02/2021. O contato com a(o)s possíveis colaboradores será realizado via mediação do Projeto de extensão “SOMOS” da instituição foco da pesquisa, que objetiva a “Promoção da população LGBTQIA⁺ de Uberlândia, com a defesa de direitos por meio de assessoria jurídica gratuita e conscientização” (SOMOS, 2020, p.1) e do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB) da mesma instituição, que dentre suas pastas possui uma vinculada a população LBGT. Além do contato com estudantes no qual a pesquisadora já possui vínculo de outros projetos. O contato os grupos será realizado previamente através de carta convite, que solicitará auxílio para contato com estudantes transgêneros, transexuais e travestis da instituição foco da pesquisa. O contato com os estudantes será via telefone, redes sociais ou e-mail, para envio do convite para participarem da pesquisa e envio do questionário com os termos, me colocando à disposição para retirar dúvidas em relação à pesquisa. A data, horário e local para coleta de dados será combinado previamente com cada participante. O tempo para responder aos instrumentos da pesquisa será de 60 minutos, sendo 10 minutos para responder o questionário e 50 minutos para a entrevista semiestruturada. A(o) entrevistada(o) terá ciência que ele tem um tempo para decidir se concorda com a participação conf. item IV da Resol. CNS 466/12 ou Cap. III da Resol. 510/2016 quando for pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.

Na participação da(o) menor, consiste primeiramente a responder um questionário para levantamento de seu perfil socioeconômico e dados básicos referente ao seu processo de acesso ao Ensino Superior. A segunda etapa da coleta de dados, será a condução de uma entrevista semiestruturada que será agendada (data, horário e local) a partir de sua disponibilidade, podendo ser conduzida de forma remota devido a pandemia por covid-19.

Em atendimento as orientações da Resolução 510/2016, no Cap. VI, Art.28, inciso IV, que dispões sobre a guarda e segurança dos dados coletados, para essa pesquisa estes serão arquivados em formato digital, e ficarão sob a minha guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa. Os dados serão submetidos a análise qualitativa.

Em nenhum momento, nem o(a) menor nem vocês serão identificados. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a identidade dele(a) e a sua serão preservada(o)s.

Nem ele(a) nem vocês terão gastos nem ganhos financeiros por participar na pesquisa. Os riscos consistem em possível identificação do entrevistado, para evitar que haja essa identificação utilizaremos nomes fictícios.

O benefício será a produção de informações sobre estudantes trans que estão inseridos na universidade foco da investigação, que possibilitará a criação de políticas institucionais com foco na população T e poderá propiciar um olhar mais apurado a respeito das questões que envolvem a transgeneridade, transexualidade e travestilidade no ambiente acadêmico.

A qualquer momento, você poderá retirar o seu consentimento para que o(a) menor sob sua responsabilidade participe da pesquisa. Garantimos que não haverá coação para que o consentimento seja mantido nem que haverá prejuízo ao(à) menor sob sua responsabilidade. Até o momento da divulgação dos resultados, você também é livre para solicitar a retirada dos dados do(a) menor sob sua responsabilidade da pesquisa.

O(A) menor sob sua responsabilidade também poderá retirar seu assentimento sem qualquer prejuízo ou coação. Até o momento da divulgação dos resultados, ele(a) também é livre para solicitar a retirada dos seus dados da pesquisa.

Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você.

Em caso de qualquer dúvida a respeito desta pesquisa, você poderá entrar em contato com: Rosilaine Cristina Silva, telefone (34)99185-9670, ou via Faculdade de Educação (FACED) / Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED). Av. João Naves de Ávila, 2121 – bloco G – Campus Santa Mônica – CEP 38400-902 – Uberlândia/MG | 34 3239-4212. Você poderá também entrar em contato com o CEP - Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos na Universidade Federal de Uberlândia, localizado na Av. João Naves de Ávila, Nº 2121, bloco A, sala 224, *campus* Santa Mônica – Uberlândia/MG, 38408-100; telefone: 34-3239-4131. O CEP é um colegiado independente criado para defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde.

Uberlândia, de de 20.....

Assinatura dos pesquisadores

Eu, responsável legal pelo(a) menor (nome do(a) menor) _____
consinto na sua participação na pesquisa citada acima, após ter sido devidamente esclarecido.

Assinatura do responsável pelo(a) participante da pesquisa

Anexo C - Termo de Assentimento para o Menor entre 12 e 18 Anos Incompletos.

Termo de Assentimento para o Menor entre 12 e 18 Anos Incompletos

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “(TRANS)FORMANDO no ensino superior: trajetórias de estudantes Trans em uma universidade pública”, sob a responsabilidade da pesquisadora Rosilaine Cristina Silva, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Uberlândia.

Nesta pesquisa nós estamos buscando compreender como se dá o processo de acesso, permanência e as vivências de estudantes de graduação, que se reconhecem na estética transexual e travesti, em uma universidade pública no interior de Minas Gerais, na região do Triângulo Mineiro. Os Termos de Assentimento e Termos de Consentimento Livre e Esclarecido, será obtido pela pesquisadora Rosilaine Cristina Silva, no período de 01/12/2020 a 28/02/2021. O contato com a(o)s possíveis colaboradores será realizado via mediação do Projeto de extensão “SOMOS” da instituição foco da pesquisa, que objetiva a “Promoção da população LGBTQIA+ de Uberlândia, com a defesa de direitos por meio de assessoria jurídica gratuita e conscientização” (SOMOS, 2020, p.1) e do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB) da mesma instituição, que dentre suas pastas possui uma vinculada a população LBGT. Além do contato com estudantes no qual a pesquisadora já possui vínculo de outros projetos. O contato os grupos será realizado previamente através de carta convite, que solicitará auxílio para contato com estudantes transgêneros, transexuais e travestis da instituição foco da pesquisa. O contato com os estudantes será via telefone, redes sociais ou e-mail, para envio do convite para participarem da pesquisa e envio do questionário com os termos, me colocando à disposição para retirar dúvidas em relação à pesquisa. A data, horário e local para coleta de dados será combinado previamente com cada participante. O tempo para responder aos instrumentos da pesquisa será de 60 minutos, sendo 10 minutos para responder o questionário e 50 minutos para a entrevista semiestruturada. A(o) entrevistada(o) terá ciência que ele tem um tempo para decidir se concorda com a participação conf. item IV da Resol. CNS 466/12 ou Cap. III da Resol. 510/2016 quando for pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.

Na sua participação, você responderá primeiramente a um questionário para levantamento de seu perfil socioeconômico e dados básicos referente ao seu processo de acesso ao Ensino Superior. A segunda etapa da coleta de dados, será a condução de uma entrevista semiestruturada que será agendada (data, horário e local) a partir de sua disponibilidade, podendo ser conduzida de forma remota devido a pandemia por covid-19. Em atendimento as orientações da Resolução 510/2016, no Cap. VI, Art.28, inciso IV, que dispõe sobre a guarda e segurança dos dados coletados, para essa pesquisa estes serão arquivados em formato digital, e ficarão sob a minha guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa. Os dados serão submetidos a análise qualitativa.

Em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada.

Você não terá nenhum gasto nem ganho financeiro por participar na pesquisa.

Havendo algum dano decorrente da pesquisa, você terá direito a solicitar indenização através das vias judiciais (Código Civil, Lei 10.406/2002, Artigos 927 a 954 e Resolução CNS N° 510 de 2016, Artigo 19).

Os riscos consistem em possível identificação do entrevistado, para evitar que haja essa identificação utilizaremos nomes fictícios.

O benefício será a produção de informações sobre estudantes trans que estão inseridos na universidade foco da investigação, que possibilitará a criação de políticas institucionais com foco na população T e poderá propiciar um olhar mais apurado a respeito das questões que envolvem a transgeneridade, transexualidade e travestilidade no ambiente acadêmico.

Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem qualquer prejuízo ou coação. Até o momento da divulgação dos resultados, você também é livre para solicitar a retirada dos seus dados da pesquisa. Mesmo seu responsável legal tendo consentido, você não é obrigado a participar da pesquisa se não quiser.

Uma via original deste Termo de Assentimento ficará com você.

Em caso de qualquer dúvida ou reclamação a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com: Rosilaine Cristina Silva, telefone (34)99185-9670, ou via Faculdade de Educação (FACED) / Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED). Av. João Naves de Ávila, 2121 – bloco G – Campus Santa Mônica – CEP 38400-902 – Uberlândia/MG | 34 3239-4212.).

Para obter orientações quanto aos direitos dos participantes de pesquisa acesse a cartilha no link:
https://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/documentos/Cartilha_Direitos_Eticos_2020.pdf.

Você poderá também entrar em contato com o CEP - Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos na Universidade Federal de Uberlândia, localizado na Av. João Naves de Ávila, Nº 2121, bloco A, sala 224, *campus* Santa Mônica – Uberlândia/MG, 38408-100; telefone: 34-3239-4131. O CEP é um colegiado independente criado para defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde.

Uberlândia, de de 20.....

Assinatura do(s) pesquisador(es)

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

Assinatura do participante da pesquisa

APÊNDICES

Apêndice A - Convite I

Convite I – *WhatsApp, Facebook e Instagram*

Olá, boa tarde!

Sou mestranda em educação e estou em processo de localização de pessoas trans que estão ou estiveram matriculadas na UFU entre os anos de 2015 e 2020.

O objetivo da pesquisa é contar a história da trajetória de pessoas trans dentro da UFU, para isso tenho como primeira etapa teremos um questionário online que pretende traçar o perfil socioeconômico de estudantes, e na segunda etapa, para aquela(s) que se propuserem, participarão de uma entrevista para aprofundarmos as questões.

O convite é para que vc me ajude nessa primeira fase, e se puder colaborar na segunda etapa.

Vou te encaminhar o link para acesso aos termos éticos da pesquisa, e nele terá maiores explicações sobre o projeto, se tiver dúvidas pode me chamar que esclareço.

Após o aceite dos termos, o questionário estará disponível para responder.

Link - <<https://forms.gle/48mpiamzlj1tzsx7>>

Apêndice B - Convite II

Convite II – E-mail enviado para NEAB e SOMOS

Uberlândia, xx de xxxx de 2020.

Prezada(o)s,

Solicito auxílio para com a minha pesquisa, sou discente do Programa de Pós-Graduação em Educação, vinculada a linha de “Saberes e Prática Educativas” do Programa de Pós-graduação em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e estou sob a orientação do Prof. Dr. Vagner Matias do Prado. Sou também membra do Grupo de Pesquisa Educação, Sexualidade e Performatividades da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia UFU e membra do Grupo de Trabalho LGBT do SINTET-UFU.

O auxílio solicitado, seria no sentido de colaborar na divulgação da pesquisa e do questionário para levantamento de dados do perfil socioeconômico da(o)s estudantes que estiveram matriculada(o)s nos cursos de graduação da UFU e se declaram dentro da estética da transexualidade e travestilidade, sendo está a primeira etapa da pesquisa. A solicitação se baseia na necessidade de se localizar esta(e)s estudantes para o desenvolvimento da pesquisa a qual objetiva saber quem são a(o)s estudantes transexuais e travesti que frequentam/frequentaram os cursos de graduação da universidade no período de 2015 a 2020, e entender como se deu o processo de acesso, permanência e quais foram/são os desafios encontrados por esta(e)s em sua trajetória acadêmica e como a universidade influenciou todo esse processo. A pesquisa terá uma segunda etapa que será uma entrevista semiestruturada, baseada nos dados produzido nos questionários para aprofundar as questões que corroborem a responder os objetivos da pesquisa.

Encaminho o link do questionário (<https://forms.gle/EEMCVSkNZANADu2w5>) e solicito que se possível seja dada ampla divulgação.

Se possível ainda, solicitamos o contato de outros grupos, coletivos que sejam engajados às questões de gênero e sexualidade e possam contribuir com a pesquisa.

Atenciosamente,

Rosilaine Cristina Silva

Mestranda em Educação do Programa de Pós-graduação em Educação

Apêndice C - Modelo Questionário Perfil Socioeconômico

Perfil Socioeconômico – Pesquisa: “TRANS(FORMANDO) no Ensino Superior: trajetórias de estudantes TRANS em uma universidade pública”

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “(TRANS)FORMANDO no ensino superior: trajetórias de estudantes Trans em uma universidade pública”, sob a responsabilidade da pesquisadora Rosilaine Cristina Silva, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Uberlândia. Nesta pesquisa buscamos compreender como se dá o processo de acesso, permanência e as vivências de estudantes de graduação, que se reconhecem na estética da transgeneridade, transexualidade e travestilidade em uma universidade pública.

*Obrigatório

Endereço de e-mail * _____

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - MAIOR DE 18 ANOS

Você deve estar ciente que pode ou não participar desta pesquisa, conf. item IV da Resol. CNS 466/12 ou Cap. III da Resol. 510/2016 quando for pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.

Na sua participação, você responderá primeiramente a um questionário para levantamento de seu perfil socioeconômico e dados básicos referente ao seu processo de acesso ao Ensino Superior. A segunda etapa da coleta de dados, será a condução de uma entrevista semiestruturada que será agendada (data, horário e local) a partir de sua disponibilidade, podendo ser conduzida de forma remota devido a pandemia por covid-19.

Em atendimento as orientações da Resolução 510/2016, no Cap. VI, Art.28, inciso IV, que dispõe sobre a guarda e segurança dos dados coletados, para essa pesquisa estes serão arquivados em formato digital, e ficarão sob a minha guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa. Os dados serão submetidos a análise qualitativa e em nenhum momento você será identificada(o). Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada.

Você não terá nenhum gasto nem ganho financeiro por participar da pesquisa. Havendo algum dano decorrente da pesquisa, você terá direito a solicitar indenização através das vias judiciais (Código Civil, Lei 10.406/2002, Artigos 927 a 954 e Resolução CNS Nº 510 de 2016, Artigo 19).

Os riscos consistem em possível identificação da(o) entrevistada(o). Para evitar que haja essa identificação utilizaremos nomes fictícios. O benefício será a produção de informações sobre estudantes trans que estão inseridos na universidade foco da investigação, que possibilitará a criação de políticas institucionais com foco na população T e poderá propiciar um olhar mais apurado a respeito das questões que envolvem a transgeneridade, transexualidade e travestilidade no ambiente acadêmico.

Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem qualquer prejuízo ou coação. Até o momento da divulgação dos resultados, você também é livre para solicitar a retirada dos seus dados da pesquisa.

Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você. Em caso de qualquer dúvida ou reclamação a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com: Rosilaine Cristina Silva, telefone (34) 99185-9670, e-mail rosilainecrisilva@gmail.com, ou via Faculdade de Educação (FACED) / Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED). Av. João Naves de Ávila, 2121 – bloco G – Campus Santa Mônica – CEP 38400-902 – Uberlândia/MG | 34 3239-4212. Para obter orientações quanto aos direitos da(o)s participantes de pesquisa acesse a cartilha no link: https://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/documentos/Cartilha_Direitos_Eticos_2020.pdf.

Você poderá também entrar em contato com o CEP - Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos na Universidade Federal de Uberlândia, localizado na Av. João Naves de Ávila, Nº 2121, bloco A, sala 224, campus Santa Mônica – Uberlândia/MG, 38408-100; telefone: 34-3239-4131. O CEP é um colegiado independente criado para defender os interesses da(o)s participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde.

Dúvidas:

Caso possua alguma dúvida em relação ao "Termo de consentimento livre e esclarecido", favor encaminhá-la para telefone (34) 99185-9670 ou e-mail rosilainecrisilva@gmail.com, para saná-las antes de dar continuidade ao questionário.

1 - Após a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e não tendo dúvidas, você aceita participar desta pesquisa? *

() Sim

() Não

2 - Em que país, estado e cidade você nasceu? * _____

3 - Qual é a sua idade em anos? * _____

4 - Possui algum tipo de deficiência? *

() Sim

() Não

5 - Em caso afirmativo para a questão anterior, qual tipo deficiência? * _____

6 - Você se define? *

() Branca(o)

() Indígena

() Parda(o)

() Preta(o)

() Outro: _____

7 - Qual sua expressão de gênero? *

() Homem trans

() Mulher trans

() Não binário

() Travesti

() Outro: _____

8 - Qual sua orientação sexual? *

() Assexual

() Bissexual

() Gay

() Heterossexual

- Lésbica
- Pansexual
- Outro: _____

9 - Qual é o seu estado civil? *

- Casada(o)
- Divorciada(o)
- Solteira(o)
- União estável
- Outro: _____

10 - Você tem filha(o)s? *

- Sim
- Não

11 - Quantos filhos tem?

- 1
- 2
- mais de 2

12 - Com quem mora atualmente? *

- Cônjuge/companheira(o)/esposa(o)
- Família
- Moradia estudantil
- República
- Sozinha(o)
- Outro: _____

13 - A casa que você mora atualmente é? *

- Alugada
- Cedida
- Própria
- Outro: _____

14 - Sua casa está localizada em? *

- Zona rural
- Zona urbana
- Outro: _____

15 - Sua família oferece apoio financeiro para manter os estudos? *

- Sim
- Não

16 - Você teve que conciliar os estudos com o trabalho? *

- Sim
- Não

17 - Quantas horas semanais você trabalha ou trabalhou?

- Sem jornada fixa, até 10 horas semanais.
- De 11 a 20 horas semanais
- De 21 a 30 horas semanais
- De 31 a 40 horas semanais
- Mais de 40 horas semanais

18 - Com que idade você começou a trabalhar? *

- Antes dos 14 anos
- Entre 14 e 16 anos
- Entre 17 e 18 anos
- Após 18 anos

19 - Qual a sua renda mensal, aproximadamente? *

- Não tenho renda
- Até 1 salário-mínimo
- De 1 a 2 salários-mínimos
- De 2 a 3 salários-mínimos
- Mais de 3 salários-mínimos

20 - Como avalia ter estudado e trabalhado simultaneamente? *

- Atrapalhou meus estudos
- Não atrapalhou meus estudos
- Não trabalhei durante os estudos
- Possibilitou meu crescimento pessoal
- Possibilitou meus estudos
- Outro: _____

21 - Em que tipo de escola cursou o Ensino Médio? *

- Parcialmente em escola particular e pública
- Totalmente em escola particular
- Totalmente em escola pública

22 - Se estudou em escola particular teve bolsa de estudos?

- Não tive bolsa
- Tive bolsa parcial
- Tive bolsa total

23 - Você frequentou algum cursinho pré-vestibular? *

- Não frequentei
- Sim, comunitário (ofertado por universidades públicas, lideranças de bairro etc.)
- Sim, particular
- Ambos: particular e comunitário
- Outro: _____

24 - Seu ingresso na universidade se deu por qual sistema? *

- ENEM/SISU
- Portador de Diploma
- Transferência
- Vestibular
- Outro: _____

25 - Qual sua forma de ingresso na universidade? *

- Ampla concorrência
- Cota para autodeclarados negros ou pardos
- Cota para baixa renda
- Cota para escola pública
- Cota para indígenas
- Cota para pessoas com deficiência
- Outro: _____

26 - Em qual ano ingressou na Universidade? * _____

27 - Qual curso de graduação está/esteve matriculada(o)? * _____

28 - Qual ano encerrou ou encerrará o vínculo com a universidade? * _____

29 - Em algum momento pensou em desistir ou trocar de curso? * _____

- Sim
- Não

30 - Pretende dar continuidade aos estudos em uma pós-graduação? *

- Sim

Não

31 - É sua primeira formação no ensino superior? *

Sim

Não

32 - Qual o período das aulas de seu curso *

Diurno (aulas eventualmente pela manhã e pela tarde)

Integral (aulas o dia todo)

Matutino (manhã)

Noturno

Vespertino (tarde)

Outro: _____

33 - Como você se desloca de sua residência até a universidade? *

A pé

Bicicleta

Carro

Inter campi

Moto

Serviços de aplicativos

Transporte Público

Outro: _____

34 - Você é beneficiário de algum tipo de bolsa de estudos? *

Apoio aos Laboratórios de Ensino ou pesquisa

Aprimoramento Discente

Iniciação científica

PIBID

Tutoria

Não tive bolsa

Outro: _____

35 - Você é beneficiário de algum programa de assistência estudantil ou similar? *

Auxílio alimentação

Auxílio aluguel

Auxílio transporte

Moradia estudantil

Não recebo nenhum auxílio

Outro: _____

36 - Você acessa ou já acessou programas de auxílio como? *

Atendimento médico

Atendimento pedagógico

Atendimento psicológico

Atendimento odontológico

Outro: _____

37 - Você já participou de algum programa de mobilidade estudantil (intercâmbios)? *

Sim

Não

38 - Você já vivenciou algum tipo de violência Transfóbica na Universidade? *

Sim

Não

39 - Em caso de já ter sido vítima, fez denúncia a polícia ou procurou auxílio/apoio na Universidade?

Sim

Não

40 - Caso tenha procurado auxílio/apoio na universidade, sentiu que foi acolhida(o) e que a situação foi tratada da forma adequada?

Sim

Não

Outro: _____

41 - Você já presenciou alguma violência LGBTfóbica com outro estudante na Universidade? *

Sim

Não

42 - Você considera a universidade um ambiente seguro pra pessoas Trans?

Sim

Não

43 - Você considera que as políticas institucionais, as atividades promovidas, o atendimento nos diversos setores da universidade têm acolhido as demandas da comunidade trans? *

Sim

Não

Outro: _____

44 - Qual a melhor forma de contato para agendar a sua entrevista, lembrando que esta poderá ser realizada de forma virtual, devido a pandemia por COVID-19? *

45 - Você poderia indicar outra(o)s estudantes de graduação da UFU que esteja dentro da estética Trans para participar da pesquisa. _____

Apêndice D - Modelo Roteiro de Entrevista Semiestruturada

Roteiro de Entrevista Semiestruturada

A narrativa será livre e buscaremos abordar alguns temas como:

- Como cresceram e estão vivendo enquanto reconhecidas como travestis ou transexuais;
- Qual a importância dos laços familiares nesse processo;
- E qual foi o papel da escola nesse processo;
- Quais são os ideais religiosos ou morais, crenças e valores que estimulam ou inibem a expressão da sua identidade;
- Como se percebem em termos de inclusão e aceitação social;
- Como formam ideias e fazem juízos de valor a respeito de si próprias;
- Quais foram as formas de resistências criadas e encontradas no processo de transicionar;
- Como o ambiente universitário tem contribuído para sua inserção social;
- Como é a interação com pessoas cisgêneras no ambiente universitário;
- Como é a interação com pessoas transgêneras no ambiente universitário;
- Como percebem o corpo técnico e docente perante sua presença no ambiente acadêmico;
- Como tem constituído vínculos eróticos e emocionais no ambiente universitário;
- Como é percebido a LGBTfobia no ambiente universitário;
- Quais foram os maiores desafios para se manterem na universidade;
- Como percebem as políticas institucionais para acesso e permanência.